



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente

PAULO NICHOLAS MESQUITA LOBO

O TURISMO COMUNITÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: O CASO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO BATOQUE –
AQUIRAZ/CE

FORTALEZA

2014

PAULO NICHOLAS MESQUITA LOBO

**O TURISMO COMUNITÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: O CASO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO BATOQUE –
AQUIRAZ/CE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Proteção ambiental e gestão dos recursos naturais.

Orientador: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

-
- L784t Lobo, Paulo Nicholas Mesquita.
O turismo comunitário como estratégia de desenvolvimento sustentável: o caso da Reserva Extrativista do Batoque, Aquiraz/CE / Paulo Nicholas Mesquita Lobo. – 2014.
156 f.: il. , color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.
Orientação: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas.
1. Sustentabilidade. 2. Desenvolvimento local. 3. Comunidade. I. Título.

CDD 363.7

PAULO NICHOLAS MESQUITA LOBO

**O TURISMO COMUNITÁRIO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: O CASO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO BATOQUE –
AQUIRAZ/CE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – do Centro de Ciências da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Proteção ambiental e gestão dos recursos naturais.

Orientador: Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas (orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Telma Maria Sousa dos Santos
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Aos meus queridos pais e amigos, Aristeu e Socorro, e à minha doce companheira, Jane Eyre.

AGRADECIMENTOS

Aos meus estimados pais, que com perseverança e ao seu modo, mesmo enfrentando diversos obstáculos, sempre me possibilitaram o apoio necessário para a realização de minhas atividades acadêmicas e pessoais. A mão amiga que está sempre à distância certa.

À minha doce companheira de longos caminhos, Jane. A presença calorosa que me proporcionou o suporte emocional e afetivo necessário para trilhar não somente o caminho profissional, mas principalmente a vida em toda sua plenitude e amor. Seu carinho foi de fundamental importância principalmente nos anos de construção deste estudo.

Às instituições financiadoras da pesquisa: Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP); e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Sem o apoio financeiro deles a pesquisa nunca poderia ser viável.

Ao meu orientador, prof. Dr. Eustógio Dantas, sempre com apontamentos precisos sobre qual o caminho a ser seguido; e a todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). O que foi vivenciado em sala de aula e nas visitas de campo com estes mestres é imensurável.

À coordenação do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, sempre disponível, principalmente na representação da secretária Sônia, disposta e pró ativa, sempre a guardar um tempo para resolver nossos problemas.

Aos meus colegas e amigos de mestrado e doutorado que tanto engradeceram as aulas com seus debates e diálogos inteligentes e pertinentes.

Aos moradores da RESEX do Batoque, que cordialmente me receberam, além dos gestores do ICMBio, da Rede Tucum e da Associação de Moradores, que gentilmente cederam informações para a construção desta pesquisa.

Ao corpo docente do mestrado em Geografia Humana da Universidade de Coimbra (UC), notadamente em nome de meu orientador, Dr. João Luís Fernandes, que me acolheu de forma calorosa e me auxiliou em todo o período de estudos e intercâmbio cultural que lá passei.

À Comissão Europeia de Educação, que me disponibilizou uma bolsa de estudos no âmbito do Programa ERASMUS MUNDUS para cursar um semestre em Mobilidade Acadêmica em Portugal.

“Por falta de um prego, perde-se a ferradura;
por falta de uma ferradura, perde-se o cavalo;
e por falta de um cavalo, perde-se o cavaleiro”
(GEORGE HERBERT).

RESUMO

O modelo de desenvolvimento pautado pelo turismo de massa adotado principalmente a partir da década de 1980 no litoral do Nordeste e, mais especificamente, no litoral cearense provocou inúmeros conflitos com as populações locais. Essas clivagens foram a gênese dos movimentos de resistência e da mobilização comunitária nestas áreas. É com este contexto que emerge o turismo comunitário. Tratado por alguns como o verdadeiro turismo sustentável ao trazer a valorização da identidade cultural e a geração de benefícios diretos à comunidade ao centro do planejamento, o que possibilita dotar de maior poder decisório a própria população local. É desta forma que o principal objetivo do presente estudo se impõe: a análise do turismo de base e sua gestão participativa posto como uma real estratégia para se alcançar o desenvolvimento sustentável. Foi realizada uma revisão do arcabouço teórico que constrói o conceito de sustentabilidade, além do delineamento e correlação entre o desenvolvimento do turismo litorâneo no Ceará e a emergência do turismo comunitário. Para estudo de caso foi escolhida uma comunidade entre 15 comunidades cearenses que desenvolvem o turismo de base. A comunidade da Reserva Extrativista do Batoque, situada no litoral Leste do Estado do Ceará, participante da Rede Cearense de Turismo Comunitário desde sua fundação (2008). Foram confeccionados três questionários semiestruturados envolvendo as principais dimensões do desenvolvimento sustentável, específicos para as entrevistas com cada grupo (realizadas entre os meses de maio e julho de 2014): população geral (62 famílias locais), enfatizando que a abordagem utilizada foi aleatória e simples; empreendedores locais (proprietários dos principais equipamentos turísticos); líderes comunitários e das instituições que mantém alguma relação com a atividade; além de observações *in loco*. A partir dos resultados de campo concluiu-se que o distanciamento das ações previstas em teoria em relação às ações aplicadas na prática não permite um caráter sustentável ao turismo desenvolvido pela comunidade do Batoque. Embora, reconheça-se que o processo de sustentabilidade é gradativo e o turismo de base possui real potencial de promovê-lo a nível local. A falta de institucionalização, a gestão desorganizada, a frágil articulação e participação popular durante as decisões, a hegemonia de interesses privados, entre outros fatores, dificultam a melhor geração e distribuição da renda, a formação de arranjos produtivos, o melhor manejo dos ecossistemas, além de enfraquecer o interesse da própria população em aderir ao planejamento da atividade.

Palavras-chave: Turismo comunitário. Desenvolvimento sustentável. Batoque. Rede Tucum.

ABSTRACT

The development model guided by mass tourism adopted mainly from the 1980s on the northeast coast and, more specifically, in Ceará triggered numerous conflicts with local populations. These divisions were the genesis of the resistance movements and community mobilization in these areas. It is in this context that emerges community tourism. Treated by some as the true sustainable tourism by bringing the value of cultural identity and the creation of direct benefits to the community at the center of planning, which allows give greater decision-making power to local people themselves. This is how the main purpose of this study arises: the analysis of the basic tourism and its participative management as a real strategy for achieving sustainable development. A review of the theoretical framework was carried out building the concept of sustainability, in addition to the design and correlation between the development of coastal tourism in Ceará and the emergence of community tourism. For case study was chosen a community among 15 communities that develop based tourism in Ceará. The community of Batoque's Extractive Reserve, located in the Ceará's East coast, part of the Community Tourism Network of Ceará since its foundation (2008). We built three semi-structured questionnaires involving the key dimensions of sustainable development, specific to interviews with each group (held between May and July 2014): general population (62 local families), emphasizing that the approach used was random and simple; local entrepreneurs (owners of the main tourist facilities); community leaders and institutions that maintains a relationship with the activity; as well as on-site observations. From the field results it was concluded that the distance of the actions planned in theory about the actions applied in practice does not allow a sustainable nature to the tourism developed by Batoque's community. Although it is recognized that the sustainability process is gradual and based tourism has a real potential to promote it locally. The lack of institutionalization, the disorganized management, weak coordination and public participation in decisions, the hegemony of private interests, among other factors, hamper the best generation and distribution of income, the formation of clusters, better management of ecosystems, while weakening the interest of the population to join the planning of the activity.

Keywords: Community tourism. Sustainable development. Batoque. Rede Tucum.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Avenida Beira-Mar, 1935.....	51
Figura 2 – Dunas do Mucuripe, anos 1950.....	52
Figura 3 – Vista aérea da cidade de Fortaleza, anos 1930.....	56
Figura 4 – Vista aérea do bairro Pirambu, zona Oeste do litoral de Fortaleza.....	57
Figura 5 – Avenida Beira-Mar, década de 1970.....	59
Figura 6 – Imagem colocada no viaduto da Avenida Senador Carlos Jereissati próximo ao Aeroporto Internacional de Fortaleza.	64
Figura 7 – Marca Brasil.	66
Figura 8 – Polos de desenvolvimento criados pelo PRODETUR/NE.....	69
Figura 9 – A cadeia de valor do turismo.....	80
Figura 10 – Visão aérea da Praia de Canoa Quebrada, Aracati/CE.....	87
Figura 11 – Mapa do Município de Aquiraz/CE.	100
Figura 12 – Localização geográfica da Reserva Extrativista do Batoque, Aquiraz/CE.	101
Figura 13 – Mapa das principais cidades que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza.....	102
Figura 14 – Divisão político-administrativa do Município de Aquiraz.....	103
Figura 15 – Lagoa do Batoque com a tradicional presença da tabuba.	107
Figura 16 – Casa de morador do Batoque para alugar por períodos curtos.....	117
Figura 17 – Placa promocional da Rede Tucum divulgando o turismo comunitário na praia do Batoque.	118
Figura 18 – Comunidades integrantes da Rede Tucum (em vermelho).	118
Figura 19 – Estrutura descentralizada da Rede Tucum.	120
Figura 20 – Pousada comunitária Marisol.	122
Figura 21 – Fragmentos de antigas construções e novas barracas construídas no pós-praia.....	125
Figura 22 – Casa de veraneio construída por sobre o campo de dunas.	126
Figura 23 – Lagoa do Batoque.....	127
Figura 24 – Pescadores preparam o manzuá.....	130
Figura 25 – Estrada do Batoque.....	136
Gráfico 1 – Evolução demográfica ao longo do tempo.	10
Gráfico 2 – Chegada de turistas ao Brasil (1970/2012).	63
Gráfico 3 – Valores investidos pelo PRODETUR/NE (por Estado, em U\$ milhões).....	70

Gráfico 4 – PRODETUR/NE – aplicações por componente (em todos os Estados).....	71
Gráfico 5 – Comportamento do fluxo turístico internacional (1995-2012).....	80
Gráfico 6 – Composição por faixa etária; entrevistados (total de 62 pessoas); amostragem geral (total de 154 pessoas).....	128
Gráfico 7 – Composição da renda familiar no Batoque.....	129
Gráfico 8 – Principais ocupações produtivas da população do Batoque.	131
Gráfico 9 – Opinião das famílias sobre o desenvolvimento do turismo no Batoque.	134
Gráfico 10 – Justificativa dos moradores que apoiam o turismo comunitário.	136
Gráfico 11 – Frequência dos moradores associados às reuniões da Associação de Moradores.	138
Gráfico 12 – Origem das famílias não naturais do Batoque.....	139
Quadro 1 – Definições de turismo comunitário.....	94
Tabela 1 – Valorização dos imóveis nas localidades de Iguape, Prainha e Porto das Dunas (período 1983/2003).....	107

SUMÁRIO

1. Introdução.....	13
2. O que é desenvolvimento sustentável?.....	20
2.1. Crescimento econômico e impactos ambientais: surge o debate sobre desenvolvimento e meio ambiente.	20
2.2. A importância da preservação dos sistemas ecológicos.....	33
2.3. O pensamento econômico e o desenvolvimento sustentável: quais as propostas da economia?.....	38
2.4. A dimensão social do desenvolvimento sustentável.....	45
3. Como o turismo se desenvolveu no Ceará e no Nordeste brasileiro.....	51
3.1. A influência ocidental no processo de valorização das zonas de praia.....	51
3.2. As transformações do espaço: o mar virou sertão.....	55
3.3. A emergência do turismo litorâneo e a construção da imagem turística.....	61
3.4. A evolução das políticas públicas voltadas para desenvolver o turismo.....	68
4. Surge o turismo comunitário.....	79
4.1. A influência econômica do turismo.....	80
4.2. O turismo pode se tornar sustentável?.....	85
4.3. A emergência do turismo comunitário.....	92
5. A Reserva Extrativista do Batoque.....	101
6. Turismo comunitário na RESEX do Batoque.....	114
6.1 A influência da Prainha do Canto Verde.....	115
6.2 A relação com a Rede TUCUM.....	118
6.3 O turismo e seu impacto ambiental.....	125
6.4 Conhecendo os “batoqueiros” e sua relação com o turismo: a importância da participação.	128
7. Conclusão.....	143
Referências.....	148

1. INTRODUÇÃO

Há duas principais vertentes de pensamento acerca da atividade turística: a primeira diz respeito à importância do turismo como gerador de divisas, empregos e renda, ou seja, faz uma alusão positiva à atividade; a segunda, constituída como uma crítica ao primeiro pensamento, afirma que o turismo traz em seu bojo o espectro da destruição das culturas tradicionais, faz ressurgir relações de exploração neocolonialista, além de ocasionar degradação do ambiente, grosso modo, deveria ser evitado a todo custo. De acordo com Fontes; Lage (2003) essa diferença de enfoques está apoiada em metodologias diferentes que ignoram a possibilidade de se desenvolver as atividades de maneira equilibrada ao se apropriar de determinado espaço. Para estes autores essas duas vertentes de pensamento são complementares e podem ser harmonizadas, minimizando as características negativas da atividade turística. Essa diferença de enfoques também está no cerne do conflito gerado com o conceito de sustentabilidade. Como se desenvolver social e economicamente sem degradar o meio ambiente e modificar profundamente as culturas locais?

É inegável a importância e força econômica do turismo, principalmente para áreas com baixo desenvolvimento econômico. Como deve ser reconhecido o caráter destruidor que o turismo massificado possui, tanto social como ambientalmente, modificando radicalmente os lugares onde se instala (notadamente quando este processo é conduzido pelo foco unilateral do crescimento econômico). Entretanto, algumas tentativas de se minimizar os impactos negativos mantendo o caráter de geração de emprego e renda têm demonstrado que a atividade turística pode ser realizada junto de preceitos sustentáveis e trazer melhora da qualidade de vida da população local. É com este pensamento que surge o turismo comunitário (também chamado de turismo de base comunitária), planejado como uma alternativa sustentável em contraponto ao turismo convencionalmente ou tradicionalmente desenvolvido. Todavia, ao longo das últimas décadas, muitos segmentos têm aproveitado o crescente interesse pela sustentabilidade e buscado se caracterizar como tal, mesmo não sendo necessariamente sustentável. Seria o turismo comunitário mais uma tentativa canhestra de se adquirir um “selo verde”? É desta indagação que parte o presente estudo, tendo como principal objetivo analisar o turismo comunitário como uma real estratégia para se alcançar o desenvolvimento sustentável.

Com o turismo litorâneo, o Estado do Ceará despontou como um dos principais destinos turísticos do Nordeste e do Brasil. Contudo, esse “desenvolvimento” acarretou

inúmeros problemas, principalmente para aquelas comunidades que tradicionalmente habitavam as regiões de praia (DANTAS, 2009). Entrementes, essas comunidades, como uma estratégia de resistência aos grandes empreendimentos turísticos, passaram a desenvolver uma forma mais “amigável” de atividade turística, baseado na participação comunitária e no associativismo junto ao planejamento da atividade. Influenciados pela resistência realizada por determinados grupos em algumas localidades da América Latina, notadamente comunidades indígenas, que buscavam impedir a expansão do turismo de massa em suas localidades, os moradores da Prainha do Canto Verde, situada no Município de Beberibe, litoral Leste do Ceará, se organizaram em torno da criação de um turismo de base. Esse processo se deu em meados da década de 1990 após conflitos sobre a legitimidade da posse da terra, principalmente contra especuladores impulsionados pelo turismo (LIMA, 2002). Como esses conflitos se espalharam como regra em quase toda a totalidade do litoral cearense, a experiência com o turismo comunitário da Prainha do Canto Verde, vista como uma estratégia de defesa para a própria comunidade, começou a influenciar comunidades próximas. É desta forma que os moradores da Prainha passam a prestar consultorias e oficinas visando à instalação do turismo de base em outras comunidades (FABRINO, 2013). De acordo com Borges (2011), foi o modelo de turismo comunitário pensado na Prainha do Canto Verde o norteador para a construção das novas experiências que se iniciaram na zona costeira cearense.

O debate acerca dessa nova maneira de se pensar o turismo cresceu e, junto às novas comunidades que estavam aderindo ou tinham interesse de realiza-lo, construiu-se o Seminário Internacional de Turismo Sustentável entre os anos de 2005 e 2008, além de ações como cursos de formação de lideranças, culminando na articulação que deu origem à Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum¹). O litoral cearense assim despontou como um dos pioneiros no desenvolvimento do turismo de base (a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário é um projeto semelhante, embora seja mais abrangente, com participantes de vários Estados e que inclui a própria Rede Tucum como parceira). É por isso que a presente pesquisa não poderia se dar em outro lugar que não fosse o litoral cearense,

¹ As 15 comunidades que fazem parte da Rede TUCUM são: Tatajuba (Camocim), Caetanos de Cima (Amontada), Batoque (Aquiraz), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Ponta Grossa (Icapuí), Pousada Tremembé (Icapuí), Flecheiras (Trairi), Curral Velho (Acarauá), Assentamento Coqueirinho (Fortim), Tapeba (Caucaia), Assentamento Maceió (Itapipoca), Vila da Volta (Aracati), além do Centro de Capacitação e Pesquisa Frei Humberto (MST/Fortaleza) e Associação Mulheres em Movimento, no Conjunto Palmeiras (Fortaleza), que também são pontos de apoio para a Rede.

palco de grandes contradições e conflitos em torno da atividade turística que proporcionaram a ascensão de uma forma diferente de se pensar e executar o turismo.

Durante a construção do processo de análise do turismo comunitário do Batoque, o conhecimento de alguns fatores se tornou essencial, o que deu origem aos objetivos específicos deste estudo. Tornou-se fundamental entender e apresentar o processo de desenvolvimento e expansão do turismo no litoral cearense ao longo do tempo, suas influências e características e o porquê desembocou nas diversas clivagens entre os “novos” e “velhos” habitantes dessas áreas e mesmo entre espaços de produção e consumo. Para analisar o turismo de base como uma estratégia de desenvolvimento sustentável, fez-se necessário também a busca pela construção do conceito de sustentabilidade, suas contradições e conflitos, e como isso influenciou na tentativa de se criar uma alternativa sustentável para a atividade turística.

A escolha de uma comunidade específica para o estudo de caso se justifica devido às características do Batoque (embora a Prainha do Canto Verde também tenha se tornado RESEX, lá o processo ainda não se consolidou devido ao menor tempo de implantação da Reserva), que desenvolve suas atividades em uma Unidade de Conservação (Decreto Lei s/n de 05 de junho de 2003), o que torna o processo de se alcançar a sustentabilidade ainda mais peculiar. Situada no extremo Leste do Município de Aquiraz, Região Metropolitana de Fortaleza, a praia do Batoque recebe inúmeras pressões dos fluxos turísticos e da especulação imobiliária. Próxima à capital do Estado (receptora dos maiores fluxos turísticos com destino ao Ceará) e de um dos principais destinos turísticos cearenses, a praia do Porto das Dunas, também situada no Município de Aquiraz, a comunidade do Batoque se acostumou a viver com a presença do turismo. Presença que deixa marcas inclusive na história dos “batoqueiros”, tão enraizada que o próprio processo de formação da Reserva Extrativista se dá contra a pressão exercida pela especulação imobiliária trazida pelo crescimento do turismo.

É necessário salientar que, como toda pesquisa realizada em uma Unidade de Conservação, foi solicitado e aprovado requerimento de autorização para a pesquisa junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e à própria comunidade. Tomando como base os apontamentos de Appolinário (2009), a pesquisa se caracteriza como de natureza predominantemente qualitativa, embora dados quantitativos sejam levantados e necessários para a análise do tema. Segundo Appolinário (2009, p. 59), “qualquer pesquisa provavelmente possui elementos tanto qualitativos como quantitativos, ou seja, em vez de

duas categorias dicotômicas e isoladas, temos antes uma dimensão contínua com duas polaridades extremas, e as pesquisas se encontrarão em algum ponto desse contínuo”. Assim, a pesquisa fez uso de dados e características quantitativas, embora tenha uma abordagem observacional e busque como objetivo compreender melhor o fenômeno analisado (turismo comunitário).

Como instrumentos da pesquisa foram confeccionados três distintos questionários semiestruturados, tendo os diversos agentes do turismo como alvo (os questionários foram complementos às entrevistas, principalmente quando direcionados às lideranças). O primeiro questionário foi aplicado com os líderes da comunidade que possuem alguma relação com a atividade turística ou com as instituições parceiras (ICMBio, Rede Tucum, Associação Caiçara, Associação dos Moradores do Batoque). Depois foi feito um recenseamento com os equipamentos turísticos particulares da praia (18 barracas e 2 pousadas). Foram entrevistados proprietários e/ou funcionários de sete barracas e de todas as pousadas, com aplicação de questionário específico com eles também. Por fim, representando a dimensão mais importante, 62 famílias (em um universo de 262 famílias residentes na Reserva) foram questionadas acerca de assuntos correlacionados com algum aspecto envolvente do turismo de base. As perguntas que constituem os questionários são em grande parte abertas, para que a opinião dos entrevistados não possua direcionamentos pré-estabelecidos, buscando interpretar o pensamento real da população local. Os questionamentos buscam elucidar questões acerca da participação popular, da governança e da gestão local, do planejamento, além de caracterizar a própria comunidade.

Embora a pesquisa tenha um caráter descritivo, pois busca descrever uma realidade específica sem intervir diretamente no processo, há uma finalidade aplicada e o interesse que a mesma possa servir de instrumento de gestão para aqueles que participam diretamente das tomadas de decisão na comunidade, inclusive a população local. Por isso, mesmo que a pesquisa seja transversal, houve o cuidado de se realizar um diálogo com outras pesquisas que abordam a área para que a realidade do Batoque fosse mais bem compreendida, além de um contato mais próximo com os gestores, tanto do Instituto Chico Mendes, como da Rede TUCUM e da própria Associação de Moradores. A finalidade é que se pavimente um caminho conjunto para a construção da tão almejada sustentabilidade.

Foi visando os objetivos apresentados e a metodologia escolhida que a pesquisa se organizou e se estruturou. O processo de tessitura do presente estudo também refletiu o longo

processo de construção e evolução do conhecimento do fenômeno estudado, das etapas inerentes a este processo, o que justifica uma maior profundidade em alguns temas. A organização da pesquisa tentou emular essa construção, por exemplo, ao trazer a gênese do debate ambiental como elemento basilar de todo o estudo em um primeiro plano. É relevante compreender todo o debate que se criou acerca da sustentabilidade, pois é essa a origem do turismo sustentável e comunitário (a construção cuidadosa dos conceitos também se faz essencial em qualquer trabalho que se reivindica interdisciplinar).

É desta forma que o primeiro capítulo é apresentado, buscando ampla fundamentação teórica sobre a construção da ideia de desenvolvimento sustentável, trazendo as contradições e conflitos políticos e econômicos que forjaram este pensamento. Como afirma Veiga (2005), a retórica do desenvolvimento sustentável oscila entre uma visão de futuro extremamente pessimista e uma crença quase que ingênua de que surgirão inovações tecnológicas capazes de manter o elevado nível de crescimento econômico atual à custa de catástrofes ambientais. É aí que está, justamente em suas fraquezas e imprecisões, a força e aceitação quase total desse pensamento nos dias de hoje. E, também, é aí que reside a necessidade de se escolher um caminho para a sustentabilidade, embora um caminho totalmente seguro e claro não exista para esta ideia. Mais uma vez, Veiga (2005, p. 165) explica que “a sustentabilidade não é, e nunca será, uma noção de natureza precisa, discreta, analítica ou aritmética, como qualquer positivista gostaria que fosse”.

É na construção do capítulo que busca explicar o que é o desenvolvimento sustentável que a pesquisa encontra seu horizonte para a análise da sustentabilidade do turismo comunitário. O capítulo foi fragmentado de forma a percorrer a gradativa construção do termo, atravessando as diversas disciplinas que o mesmo exige (economia, ecologia, sociologia, entre outras) desde o surgimento dos primeiros debates envolvendo a questão ambiental até encontrar o ponto comum de todas as abordagens de sustentabilidade: a busca pela harmonia entre as dimensões econômicas, sociais e ecológicas de qualquer atividade. Contudo, um pilar para se iniciar a busca por essa “quimera” exigia definição. É aí que o pensamento trazido à luz pelo economista indiano Amartya Sen, em sua obra *Desenvolvimento como liberdade* (SEN, 2000), que foca na dimensão social e na expansão das liberdades substantivas do indivíduo e sua comunidade, surge como paradigmático à pesquisa e à análise de um turismo gerido pela própria população local.

Em um segundo momento, após a definição do paradigma definidor de desenvolvimento sustentável, fez-se necessário entender o processo que torna o litoral cearense (e, de forma ampliada, o litoral nordestino) um importante destino turístico. É a compreensão deste contexto que permitirá entender porque a costa cearense percebeu o surgimento do turismo comunitário. Afinal, foi a forma de “desenvolvimento” buscada pelos planejadores, notadamente durante o final da década de 1980 e o início dos anos 1990, que ocasionou os inúmeros conflitos presenciados, primordialmente, nas zonas de praia (LIMA, 2002). Desta forma, entender o processo de tessitura de um crescente desejo pela praia através da valorização dos espaços litorâneos, além do papel que as políticas públicas tiveram para legitimar e incentivar o crescente interesse por estes espaços e como o processo de formação do território cearense caracterizou todos esses acontecimentos é de fundamental importância. Neste ponto, estudos como os de Dantas (2009) e de Pontes (2009) se colocam como essenciais para a compreensão do fenômeno estudado.

No terceiro capítulo o turismo comunitário foi mais especificamente abordado. Quando o discurso ambiental atinge a atividade turística e a sua forma de desenvolvimento, os impactos negativos oriundos desta atividade econômica são evidenciados, trazendo a necessidade de se pensar uma nova forma de se fazer turismo. O Nordeste brasileiro, influenciado pela expansão do chamado turismo industrial (turismo massificado), não foge deste contexto, apresentando inúmeros problemas originados do crescimento do turismo. É desta forma que algumas pesquisas são analisadas, buscando exemplificar as principais formas de degradação socioambiental acarretadas por um incentivo sem planejamento adequado do turismo, especificamente no litoral nordestino. O trabalho de Rodrigues (2010) surge como norteador (junto com outros estudos), ao se fazer o contraponto entre o crescimento da atividade turística, com seus empreendimentos litorâneos, e os conflitos com as comunidades locais que habitam as áreas demandadas pelo turismo. A modificação do meio social e ambiental das localidades que receberam forte presença do turismo é analisada mais detalhadamente. Esse processo acaba por influenciar na opção adotada mais adiante pelas comunidades a favor do turismo de base comunitária. Para finalizar a fundamentação teórica e o arcabouço que sustenta a pesquisa e as análises posteriores, o capítulo fecha com a emergência do turismo comunitário: as influências e características que moldam essa forma de se organizar a atividade turística; a diversidade de conceitos abordados por diversos pesquisadores e o diálogo com a sustentabilidade; a caracterização do turismo de base como uma atividade econômica complementar, estopim da formação de arranjos produtivos locais;

o envolvimento da comunidade; seus limites ambientais bem definidos; entre outras características.

Após extensa pesquisa bibliográfica para realizar a fundamentação teórica, o capítulo seguinte trouxe a caracterização da área de pesquisa: a Reserva Extrativista do Batoque, situada no litoral Leste do Ceará. A abordagem de alguns autores como Lima (2002) e Vidal (2006) foi utilizada como subsídio para o delineamento da área de estudo, apresentando de forma detalhada as principais características sociais e ambientais da RESEX do Batoque. Os conflitos com a especulação imobiliária e os impactos que o turismo originou na dinâmica social e no meio ambiente ao longo dos últimos trinta anos, principalmente; a pesca como atividade econômica caracterizadora dos “batoqueiros”; o surgimento do movimento de resistência e a criação da Associação de Moradores que, junto com o apoio de algumas instituições parceiras, conseguiu unir a comunidade local em torno da ideia de criação de uma Unidade de Conservação que resguardasse os interesses comunitários; são fatores apresentados junto com a caracterização das principais unidades geoambientais da Reserva. Toda a fundamentação teórica abordada nos capítulos iniciais compõe o arcabouço crítico necessário para a análise do turismo comunitário realizado pela comunidade da RESEX do Batoque.

2. O QUE É DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

2.1. CRESCIMENTO ECONÔMICO E IMPACTOS AMBIENTAIS: SURGE O DEBATE SOBRE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

No período pós-Segunda Guerra a economia mundial conheceu uma de suas maiores épocas, quando chegou a crescer 4,9% ao ano no decênio 1950-1960. Isso se torna ainda mais relevante se evidenciado que o crescimento econômico nos 50 anos anteriores (1896-1951) foi de apenas 2,21% (ROSSINI & TRINTIN, 1999). Grande parte do crescimento econômico desse período deve-se à grande expansão do comércio internacional ocasionada justamente pela implantação do livre comércio em um contexto que envolve decisões tomadas pelas principais potências capitalistas da época na Conferência de *Bretton Woods*, em 1944. O comércio se desenvolveu de forma exponencial graças a uma grande modificação nos padrões de consumo de algumas sociedades, notadamente dos países da Europa Ocidental e do Japão, se aproximando do que havia acontecido anteriormente nos EUA e que ficou caracterizado como o “modo de vida americano”. Esse aumento crescente da demanda obrigou que houvesse um profundo rearranjo da cadeia produtiva para elevar a oferta, puxada pela indústria manufatureira. Conforme explica Feix; Miranda; Barros (2010), em razão de o meio ambiente ser fonte de insumos básicos para a produção e destino para os rejeitos da atividade econômica, o aumento no nível global de produção tende a gerar, consequentemente, uma maior pressão sobre os recursos naturais.

Esse é o contexto que será o estopim para o início do debate sobre o impacto da economia sobre o meio ambiente. À época, a grande preocupação era de haver crescimento econômico, principalmente nos países destruídos pela guerra, e o modelo de crescimento econômico vigente até então supunha um uso intensivo dos recursos naturais. Assim, esse crescimento e desenvolvimento econômico foram conseguidos graças a grandes perdas ambientais. Cresceu-se o número de desmatamentos de florestas, de degradação de corpos d’água, a poluição do ar aumentou a níveis alarmantes em diversos países, entre outras degradações. É importante destacar que o próprio conceito de desenvolvimento econômico passou a ser contestado já que, mesmo com o grande crescimento da riqueza mundial verificado nos anos 1950, não se traduziu em acesso das populações menos abastadas dos países pobres a bens materiais e culturais, diferentemente do que foi visto nos países desenvolvidos. É desta forma que o termo desenvolvimento econômico, que até aquele momento era utilizado como sinônimo de crescimento econômico, passou a representar uma ideia mais ampla. O desenvolvimento agora focava na justiça social e no bem-estar

econômico como fatores que seriam agregados ao crescimento econômico. Além de crescer, a economia tinha que distribuir socialmente este crescimento. Veiga (2005) aborda esse momento de ruptura, fazendo uma breve retrospectiva da economia até meados do século XX, colocando esse momento como de grande importância para a gênese do que virá a ser conhecido como sustentabilidade.

Até o início dos anos 1960, não se sentiu muito a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que haviam se tornado ricas pela industrialização. De outro lado, os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado. Todavia, foram surgindo evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados não se traduziu necessariamente em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países considerados desenvolvidos. (VEIGA, 2005, p. 19)

Contudo, a ideia de desenvolvimento prosseguiu sendo aquela norteadas pelos padrões das sociedades dos países industrializados. Diegues (1995) lembra que o conceito de progresso, que tem suas origens no positivismo, está na base dos enfoques tradicionais de desenvolvimento e crescimento. O pensamento reinante era de que as sociedades poderiam progredir indefinidamente para níveis cada vez mais elevados de riqueza. Ao progresso se agrega a noção de constante evolução, que tem como base a crença na razão, no conhecimento tecnológico como meio para se conhecer e dominar a natureza colocando-a a serviço do ser humano. É junto a este pensamento que muitos pensadores colocam o desenvolvimento como uma ilusão, uma quimera improvável de se concretizar. Economistas como Arrighi (1997), falam da existência de um núcleo central de países desenvolvidos que mantêm sua riqueza através da exploração dos recursos de países subdesenvolvidos. Ao redor desse núcleo central, gravitam países industrializados que não alcançaram o desenvolvimento (os chamados países “em desenvolvimento”). Na periferia desses núcleos estão os países pobres. A mobilidade entre um núcleo e o posterior é quase impossível devido às características político econômicas que mantêm o *status quo*. Nessa concepção de desenvolvimento, alcançá-lo é uma mera ilusão, um mito.

[...] são os gurus do mito do desenvolvimento que têm uma visão quantitativa do mundo. Ignoram os processos qualitativos histórico-culturais, o progresso não linear da sociedade, as abordagens éticas, e até prescindem dos impactos ecológicos. Confundem crescimento econômico com o desenvolvimento de uma modernidade capitalista que não existe nos países pobres. (RIVERO, 2002, p. 132)

Já outros pensadores contra argumentam essa ideia afirmando que “a renúncia à ideia de desenvolvimento deve-se ao fato de ter funcionado como armadilha ideológica inventada para perpetuar as assimétricas relações entre as minorias dominantes e as maiorias

dominadas, nos países e entre países” (Veiga, 2005, p. 79). Para eles, o desenvolvimento é algo bem mais amplo e profundo, que não pode ser polarizado entre o mero crescimento econômico e a quimera inalcançável. Veiga (2005, p. 81) afirma que “o desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as escolhas”. O desenvolvimento passa a ser uma questão mais política do que econômica. Essa ideia influenciou o debate a partir da década de 1960, sendo incorporado, posteriormente, ao pensamento de se alcançar um desenvolvimento sustentável.

Nas décadas subsequentes, alguns episódios envolvendo impactos ambientais veem à tona e colocam o foco nas questões que envolvem o meio ambiente e em suas relações com as atividades antrópicas. Agora o debate que contrapunha crescimento econômico e desenvolvimento econômico ganha contornos mais “verdes” e a questão ambiental passa a fazer parte do bojo do que se entende como desenvolvimento. Alguns casos foram bem notórios para colocar o meio ambiente no centro das discussões, como o desastre socioambiental que ocorreu em 1956, conhecido como “desastre de Minamata”². Esses incidentes serviram para expor o modelo de desenvolvimento baseado amplamente na industrialização. Modelo este que representava o único caminho para se alcançar um rápido crescimento econômico e, conseqüentemente, o desenvolvimento.

Era inegável o fato de que a riqueza mundial continuava em franca expansão, porém, com um alto custo ambiental. Almeida (2002) explica que o efeito líquido da expansão da riqueza sobre o meio ambiente é conhecido como efeito escala comércio-meio ambiente, e ele tem um aspecto dicotômico (positivo e negativo). Positivo, pois a eficiência da alocação de recursos e a intensificação da concorrência reduzirão a demanda sobre os recursos naturais e aumentarão a eficiência do ciclo produtivo, diminuindo o desperdício ao longo do

² De acordo com Tsudaa (2009), durante a década de 1950, na cidade de Minamata, uma cidade costeira do Japão, alguns pacientes começaram a apresentar disfunções semelhantes como: convulsões severas, surtos de psicose e perda de consciência, entre outros distúrbios. Esses acontecimentos deixaram a comunidade científica local perplexa, pois não tinham informações que pudessem esclarecer esse mal súbito coletivo, que também se apresentava em animais domésticos e pássaros. Logo, as pesquisas indicaram um fator comum entre todos os que apresentaram o mal-estar: eles se alimentavam de grandes quantidades de peixes oriundos da baía de Minamata. Pesquisas levantaram dados que mostravam grande contaminação dos peixes por mercúrio, o que causava a intoxicação de quem os consumisse, provocando os sintomas observados. As investigações sobre como a baía estava sendo contaminada levaram à empresa Chisso, que produzia, além de outros produtos, fertilizantes químicos, e utilizava o mercúrio como catalisador de sua produção, despejando-o sem qualquer tratamento na baía. Os efeitos do envenenamento por mercúrio demoram alguns anos para aparecerem, daí o motivo de as autoridades não terem tomado as devidas providências logo em seguida, afinal, a fábrica empregava muitas pessoas e movimentava a economia da cidade.

mesmo. E negativo, de acordo com o modelo keynesiano de determinação da renda, que afirma que o consumo agregado é função direta do nível de renda. Quer dizer que um aumento no nível de renda global, ao expandir o conjunto de possibilidades de consumo, também eleva o nível de demanda agregada. Assim, os agentes econômicos são incentivados a aumentar o nível de produção, aumentando a demanda sobre os recursos naturais.

É importante salientar que o pensamento desenvolvimentista baseado na indústria não era exclusividade dos países ocidentais. Os países ditos socialistas, principalmente a antiga URSS, ansiosos por atingir os mesmos níveis de produção e consumo dos países capitalistas, importaram tecnologia e *know-how* destes, repetindo os mesmos impactos ambientais negativos – a salinização do Lago Aral³ é um exemplo disso (e talvez seja o maior exemplo de como o homem sempre sonhou em dominar a natureza). De acordo com Deleage (*apud* DIEGUES, 1995, p. 15) “o controle estatal dos meios de produção não oferece garantia contra o desperdício de recursos gerado pela anarquia do modo de produção capitalista”.

Com os inúmeros incidentes ambientais acontecendo ao redor do planeta, a questão ambiental passou a entrar, realmente, no debate internacional. O modelo de desenvolvimento econômico, baseado na industrialização e no uso intensivo dos recursos naturais, passou a ser sistematicamente questionado. Esse modelo desenvolvimentista seguia os modelos clássicos, onde os países desenvolvidos são países industrializados, contrapondo-se àqueles que possuem economia prioritariamente agrária. De acordo com Diegues (1995, p. 13):

O processo de desenvolvimento teria por objetivo colocar estes últimos no patamar dos primeiros. Mais do que simplesmente conseguir os mesmos níveis de produção de bens e serviços, de bem-estar, os países não desenvolvidos deveriam desenvolver uma ética, um conjunto de valores compatíveis com o objetivo da acumulação de capital, além de contarem com classes sociais imbuídas da ideologia da industrialização.

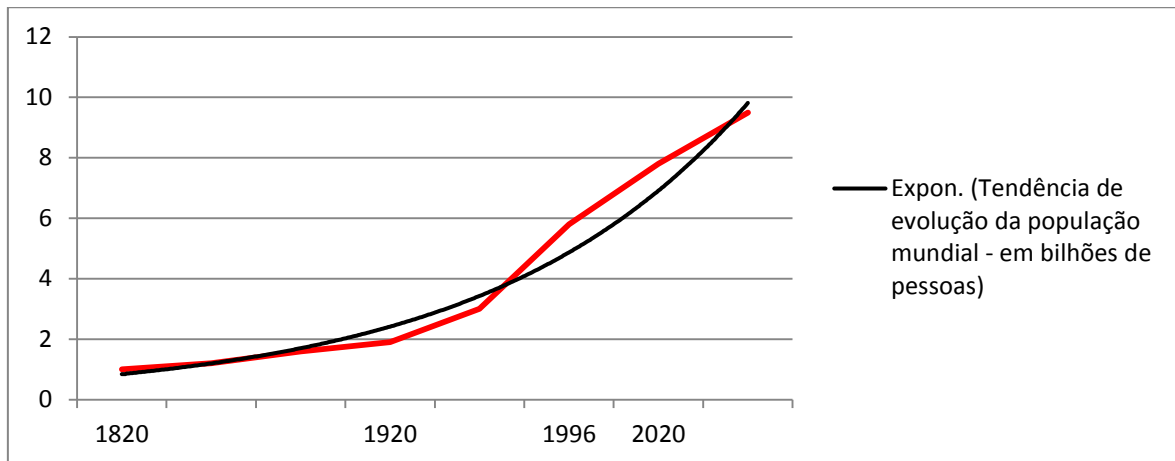
³ O Mar de Aral (conhecido por este nome, mas que na verdade é um lago terminal formado por dois rios principais, o Sirdaria e o Amudaria) fica situado a 600 km do Mar Cáspio, sendo a fronteira natural entre o Cazaquistão e o Uzbequistão. Até a década de 1960, era o quarto maior lago do mundo – com uma área de 66 mil km². Por se situar em uma região semiárida, o governo soviético passou a realizar inúmeros projetos de irrigação ao longo do tempo tendo os afluentes do Aral como principal fonte hídrica, principalmente para a cultura do algodão. Com o uso intensivo da água dos dois principais rios, o caudal que alimentava o Mar de Aral foi drasticamente diminuído. Isso aliado à alta evaporação característica da região fez com que o Aral logo apresentasse altos níveis de salinidade, o que causou ainda mais desequilíbrios ecológicos. Seu volume hídrico caiu em torno de 75% desde a década de 1960, causando o colapso da atividade pesqueira que movimentava toda a economia local, da agricultura familiar de povos ribeirinhos, além da salinização e erosão do solo, alteração do clima regional, entre outros impactos negativos. A previsão é de que o lago desapareça ainda nesta década (KUMAR, 2002).

A contestação a esse modelo se acirrou, principalmente no início da década de 1970, quando o grupo de pesquisadores conhecido como o Clube de Roma lança um estudo intitulado *Os limites do crescimento* (MEADOWS et al., 1972) onde aprofundaram o debate acerca dos impactos ambientais provocados pelas atividades econômicas e, no mesmo ano, quando aconteceu a primeira Conferência da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada em Estocolmo, na Suécia. Contudo, de acordo com Couto e Teixeira (2009, p. 219):

A principal preocupação dessa Conferência era conter as várias formas de poluição, sendo que os debates foram marcados por uma polêmica que envolveu, de um lado, os representantes de países centrais e membros da comunidade científica, reunidos no chamado Clube de Roma, que defendia o *crescimento zero*, e, de outro, representantes de países do Terceiro Mundo, que reivindicavam o direito ao desenvolvimento, mesmo trazendo impactos ambientais. De modo geral, ambos os lados não questionavam o sistema econômico utilizado, apenas buscavam aperfeiçoá-lo, com medidas restritivas localizadas.

As ideias trazidas pelo chamado Clube de Roma possuíam em seu bojo uma revisão do pensamento catastrófico do economista inglês Thomas Malthus que afirmava que “a população, quando descontrolada, aumentava em uma razão geométrica e a subsistência para o homem em uma razão aritmética”. Esses pesquisadores se basearam no aumento exponencial da população humana verificado ao longo do século XX. Para se ter uma ideia, a humanidade levou toda sua história para atingir um bilhão de pessoas em 1800. A partir daí, acrescentou-se um bilhão a mais em cada vez menos tempo – atingiu-se o patamar de 2 bilhões em 1930, 3 bilhões em 1960, 4 bilhões em 1975 e assim por diante, até o contingente populacional começar a se estabilizar por volta de 2050, quando passará a acrescentar um bilhão de pessoas em um intervalo de tempo cada vez maior, segundo as estimativas da ONU, como pode ser observado no gráfico 01.

Gráfico 01: Evolução demográfica ao longo do tempo.



Fonte: ROGERS; JALAL; BOYD (2008, p. 29).

O Clube de Roma alertava para a pressão que esse imenso contingente populacional faria no meio ambiente. Todavia, estas ideias não representavam unanimidade e também havia pensadores que não as aceitavam. Um grupo conhecido como cornucopianos, que rejeitava o pensamento malthusiano e refutava as ideias do livro *Os limites do crescimento* (MEADOWS et al., 1972), ficou notório por se opor ao debate ambiental. “Os cornucopianos confiam na capacidade de superar a escassez física e as consequências deletérias do lançamento de dejetos na biosfera por meio do ‘ajuste tecnológico’, deixando de perceber os limites da substituição do capital ‘natural’ pelo capital construído pelo homem” (SACHS, 1993, p. 11). Assim, acreditavam que o aumento na pressão populacional, na realidade, agiria como um incentivo para desenvolver novas tecnologias (ROGERS; JALAL; BOYD, 2008).

Grande parte das ideias do Clube de Roma era defendida por análises e previsões que mais tarde seriam refutadas por outros pesquisadores (a maioria porque não se concretizou), o que desacreditaria em muito a teoria. É interessante destacar a dificuldade de se apontar com certeza quais limites poderiam ser alcançados primeiro ou quais consequências poderiam advir, já que as respostas humanas às crises são imprevisíveis. O Clube de Roma recomendava que o crescimento econômico exponencial tivesse um fim para que o equilíbrio entre população e recursos fosse restabelecido. O objetivo não era colocar o meio ambiente acima dos padrões de vida dos pobres, mas sim se comprometer em garantir a eles as necessidades básicas de sobrevivência e isso deveria ser o objetivo primordial do crescimento econômico. As previsões do Clube de Roma podem soar como catastróficas e errôneas, todavia o pensamento central trazido pelo livro *Os limites do crescimento*

(MEADOWS et al., 1972) continua pertinente e pode ser representado pelo trecho destacado abaixo:

Se as atuais tendências de crescimento da população mundial, da industrialização, poluição, produção de alimentos e repressão de recursos continuarem inalteradas, os limites para o crescimento neste planeta serão alcançados em algum momento dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um súbito e incontrolável declínio tanto da população como da capacidade industrial; é possível alterar tais tendências de crescimento e estabelecer uma condição ecológica e econômica estável que seja sustentável a longo prazo. O estado de equilíbrio global poderia ser concebido de modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas e cada pessoa tenha a mesma oportunidade de desenvolver seu potencial humano; se as pessoas do mundo decidirem por lutar por este segundo resultado em vez do primeiro, e se o mais breve possível eles trabalharem para consegui-lo, maiores serão suas chances de sucesso. (MEADOWS et al., 1972, p. 24, tradução nossa⁴)

Alguns pesquisadores acreditam que o debate voltou a se centralizar na crítica ao crescimento econômico como única medida para o desenvolvimento. A questão de o desenvolvimento ser relacionado a questões sociais e políticas ganhou ainda mais força, o que tornou o pensamento que trata o desenvolvimento como um mito estreitamente relacionado ao debate ambiental. Nesse contexto de ebulição da década de 1970, Celso Furtado (1974) abordou o desenvolvimento como uma ideia construída para sustentar a riqueza dos países “desenvolvidos”. É desta forma que ele afirma:

Como negar que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e leva-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforcem o caráter predatório do sistema produtivo? (FURTADO, 1974, p. 75)

No entanto, mesmo com estas divergências, a partir da conferência da ONU os pesquisadores passaram a se aprofundar nas questões que envolvem o meio ambiente e a propor novas ideias. O termo desenvolvimento sustentável, por exemplo, é usado pela primeira vez em 1974, na declaração Cocoyoc⁵ sobre desenvolvimento e meio ambiente. O pensamento se voltou para catalisar o debate sobre a relação entre as mudanças econômicas e os recursos naturais sobre os quais a economia se desenvolve. O termo desenvolvimento sustentável sugere que as lições da ecologia sejam absorvidas e aplicadas pelos processos

⁴ If the present growth trends in world population, industrialization, pollution, food production and resource depletion continue unchanged, the limits to growth on this planet will be reached sometime within the next one hundred years. The most probable result will be a rather sudden and uncontrollable decline in both population and industrial capacity; it is possible to alter these growth trends and to establish a condition of ecological and economic stability that is sustainable far into the future. The state of global equilibrium could be designed so that the basic material needs of each person on earth are satisfied and each person has an equal opportunity to realize his individual human potential; if the world's people decide to strive for this second outcome rather than the first, the sooner they begin working to attain it, the greater will be their chances of success.

⁵ Disponível em: http://helsinki.at/projekte/cocoyoc/COCOYOC_DECLARATION_1974.pdf

econômicos. A necessidade de um pensamento interdisciplinar, que ultrapasse as “paredes” das ciências, fazendo com que haja um diálogo entre elas, se faz essencial para se compreender os processos que conectam os paradigmas ecológico e econômico. Norgaard (1985, *apud* REDCLIFT, 1987), por exemplo, fala de um processo que ele chama de desenvolvimento “co-evolucionário”, que tem como objetivo não construir um novo paradigma fora dos modelos já existentes e sim possibilitar a utilização destes modelos simultaneamente, de forma que eles dialoguem entre si. O desenvolvimento sustentável exige uma visão mais ampla da economia e da ecologia, aliado a um compromisso político para assegurar que o desenvolvimento seja realmente sustentável.

Um dos pensamentos que ganhou bastante notoriedade nesta época foi o conceito de ecodesenvolvimento. Ele traz novas ideias à busca pela sustentabilidade. De acordo com Redclift (1987, p. 34) é definido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) como um “desenvolvimento em nível local e regional [...] de acordo com as potencialidades da área envolvida, com atenção dada ao uso racional e adequado dos recursos naturais, e aplicação dos estilos tecnológicos”. Por isso, sugere um foco nos recursos e desenvolvimento local, esclarecido pelas considerações tecnológicas. Maurice Strong (*apud* SACHS, 1993), por exemplo, conceitua ecodesenvolvimento objetivando a relação meio ambiente e desenvolvimento das zonas rurais dos países subdesenvolvidos. Ele apresenta o termo como uma estratégia de desenvolvimento que rejeitava o crescimento econômico que implicasse degradação dos recursos naturais.

Propondo uma nova ética de desenvolvimento, sublinhava a necessidade de se utilizar os recursos naturais de cada ecossistema de maneira parcimoniosa pelas populações locais. O objetivo desse processo era melhorar a qualidade de vida dessas populações e satisfação de suas necessidades básicas, por meio de tecnologias social e ecologicamente adequadas, restritivas do uso de combustível fóssil, e minimizadoras de impactos ambientais. Essa estratégia de desenvolvimento propunha também uma descentralização nas tomadas de decisões e a solidariedade com as gerações futuras. (DIEGUES, 1995, p. 18)

Ignacy Sachs (1993) complementa esse pensamento agregando áreas urbanas e indicando estratégias plurais e planejadas de harmonização entre as atividades socioeconômicas e o trabalho de gestão do meio ambiente. Para ele as estruturas internacionais, assim como o comprometimento moral, deveriam ser radicalmente alteradas. Havia uma preocupação de incorporar os processos social e cultural junto com a condução do ecodesenvolvimento. Essa característica se manteve e influenciou outros autores que

dissertaram sobre o termo. Dasmann (1985, p. 215, tradução nossa⁶), por exemplo, assim explica: “para de alguma maneira simplificar ecodesenvolvimento, eu considere como sendo representado por um triângulo, o qual de um lado tem as necessidades básicas, do outro a autoconfiança, e na base a sustentabilidade ecológica”. Cada variável dessas deve ser considerada, pois não poderá haver sustentabilidade sem que seja levada em consideração a necessidade de sustento dos pobres, por exemplo.

Chambers (1986, *apud* Redclift, 1987) afirma que as prioridades dos pobres devem ser consideradas antes de tudo, e que o desenvolvimento e o meio ambiente são para as pessoas e não o contrário. O termo ecodesenvolvimento foi incorporando novos pensamentos e se transformou em uma ideia mais abrangente, que ajudou a aprimorar a ideia de desenvolvimento sustentável. Sachs formulou os princípios do ecodesenvolvimento como sendo seis: a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e programas de educação (BRÜSEKE, 1994). Percebe-se que o foco antes posto apenas sobre as questões ambientais abrange, agora, muitas questões de cunho social.

A preservação ambiental passou a caracterizar-se também como um direito essencial ao bem-estar social. As discussões em torno do desafio de se aliar crescimento econômico com preservação ambiental e justiça social continuaram, ainda mais com novas catástrofes ambientais acontecendo, como o vazamento de gases tóxicos em Bophal – Índia em 1984⁷, e o desastre nuclear de Chernobyl – Ucrânia (então parte da extinta União Soviética) em 1986⁸, somente para enumerar duas das maiores tragédias socioambientais já ocorridas na história. Acidentes que mataram milhares de pessoas e que até hoje ainda representam problemas sérios como sequelas deixadas na população sobrevivente exposta aos

⁶ To somewhat simplify ecodesvelopment, I have considered it to be represented by a triangle, one side of which is basic needs, the second self-reliance, and the base ecological sustainability.

⁷ Em 1984, 41 toneladas de gases tóxicos vazaram da fábrica de origem americana Union Carbide, na cidade de Bophal, Índia, matando imediatamente 2.500 pessoas de acordo com números oficiais, embora estimativas extraoficiais fiquem em torno de 1.800 a 20.000 óbitos, fora as mais de 100.000 pessoas que foram expostas à nuvem tóxica (FREITAS et al., 1995).

⁸ Em 1986 houve um acidente na usina nuclear de Chernobyl, contaminando uma vasta área com resíduos radioativos. Os dados oficiais da época remontam a 4.000 mortes devido ao acidente, principalmente entre os moradores da cidade de Pripjat, que ficava próxima à usina nuclear de Chernobyl (em torno de 7 km). Porém, pesquisadores afirmam que o número de pessoas atingidas pela catástrofe é imensurável e impressionante, pois milhões de pessoas foram expostas à poeira radioativa ou alimentos contaminados e não puderam ser contabilizadas. Em um cálculo aproximado, pode-se afirmar ter havido mais de 600.000 mortes devido aos efeitos da radioatividade, incluindo as 120.000 pessoas retiradas do local do acidente, além dos milhares de trabalhadores que “limparam” os destroços e outros 270.000 residentes nas áreas mais contaminadas (DUPUY, 2007).

acidentes e em seus descendentes, áreas que se tornaram estéreis, modificação genética das espécies animais afetadas, entre outros inúmeros agravantes oriundos dos eventos.

Contudo, a ênfase na busca pelo crescimento econômico persiste. Por exemplo, durante a década de 1980 o comércio internacional continuou a se expandir consideravelmente através da queda de barreiras protecionistas e incentivos financeiros (por meio de órgãos como o GATT, FMI e Banco Mundial) e sua expansão, como já explicado, ocasionou uma pressão ainda maior sobre os recursos naturais. Muitos economistas e agências internacionais defendem que sem um comércio internacional forte e justo é quase impossível se manter o crescimento econômico e sem esse crescimento da economia não há meio de se diminuir a pobreza. A teoria neoclássica, por exemplo, defende que os benefícios desse crescimento comercial compensam os prejuízos trazidos por ele (as chamadas externalidades). Todavia, de acordo com Redclift (1987), os benefícios desse comércio internacional são desigualmente distribuídos entre os países, o que agrava o problema da concentração de renda a nível global. A sustentabilidade se torna difícil de ser alcançada não somente devido à maior pressão sobre os recursos naturais, mas também pela pobreza crescente em muitas nações.

Para a teoria neoclássica sempre haverá ganhadores e perdedores, entretanto ela não explica como equalizar as vantagens e desvantagens a nível individual, ou seja, para um país específico. Quando, por exemplo, o Banco Mundial faz empréstimos para determinados países a fim de que eles desenvolvam um setor econômico específico, as consequências ambientais e sociais têm sido desastrosas. Tomando-se como exemplo a pecuária, atividade amplamente incentivada no Norte do Brasil por aportes internacionais, que ainda hoje desmata grandes áreas de floresta úmida, além de expulsar populações tradicionais que habitavam a região, percebe-se que as consequências sociais e ambientais foram negativas em sua maior parte, até mesmo em relação ao turismo (como será mais especificamente analisado adiante), incentivado e financiado no Nordeste brasileiro, com consequências semelhantes. A economia tradicional identifica o ponto ótimo para exploração dos recursos em vez de focar nos diferentes processos que poderiam levar à sustentabilidade (MÉRICO, 2002).

Como explica Feix; Miranda; Barros (2010, p. 608) “é sabido que um ambiente institucional favorável à livre circulação de bens e serviços por longos períodos, tal qual observado nos últimos 50 anos, atua como um vetor de estímulo à especialização produtiva dos países em setores de maior vantagem comparativa”, ou seja, a expansão do comércio internacional (principalmente devido à livre concorrência) provoca uma divisão internacional

da produção. Os países desenvolvidos se colocam como consumidores de produtos primários oriundos dos países menos desenvolvidos, que alimentam os mais ricos. Isso provoca problemas graves em países pobres, como nações africanas que exportam determinados produtos agrícolas que tem como destino países europeus ou norte-americanos em vez de destinar as terras para o cultivo de produtos para sua própria população. Os produtores desses países ainda são obrigados a implantar tecnologia agrícola mais avançada buscando modernizar suas culturas, o que leva a um déficit na balança comercial entre estes e os países mais desenvolvidos, donos de tal tecnologia (REDCLIFT, 1987).

Alguns países da África e até mesmo da América Latina, por exemplo, tomaram empréstimos, principalmente do FMI e do Banco Mundial (vale destacar que em grande parte a indicação de como os investimentos deveriam ser feitos veio diretamente de consultores dos próprios órgãos, como no caso do PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo, financiado por recursos do BID) para conseguirem se enquadrar no mercado internacional. Redclift (1987) afirma que a ênfase dada às chamadas externalidades ambientais do processo econômico e ao impacto trazido com o crescimento populacional desviou ainda mais a atenção dos problemas estruturais induzidos externamente. Para o autor os países menos desenvolvidos encontram-se atrelados a políticas incentivadas por agências internacionais para se inserirem no mercado internacional, contudo, isto os torna menos capazes de resolver seus próprios problemas ambientais.

Mesmo diante de todo este panorama político e estrutural, a pressão para que se rever o modelo econômico continuou aumentando. Ironicamente, a maior pressão veio principalmente através da sociedade dos países ocidentais. Assim explica Thorstensen e Branco (2001, *apud* QUEIROZ, 2005, p. 1):

A partir desta nova percepção, muitos setores foram pressionados a mudar métodos e processos tradicionais de produção para se adequar às novas demandas da sociedade por produtos ambientalmente saudáveis que, em muitos casos, passaram a representar o principal segmento de vendas de inúmeras empresas cujos esforços de marketing e comercialização convergiam para alcançar os cada vez mais numerosos ‘consumidores verdes’.

A ideia de que o crescimento econômico e os recursos naturais eram ilimitados enfrenta agora grandes contestações também entre a população em geral. Viola (1994, *apud* DIEGUES, 1995, p. 12) afirma que:

[...] há uma consciência crescente de que o modelo de sociedade industrial avançada do Ocidente não poderá se manter a longo prazo com os padrões de produção e consumo baseados no esbanjamento de energia não-renovável, na degradação

ambiental, na marginalização social e política de importantes grupos sociais (os migrantes, por exemplo), na espoliação da mão-de-obra e dos recursos naturais dos países do Terceiro Mundo e no crescente fosso entre o Norte e o Sul.

Foi com este panorama que surgiu o *Relatório Brundtland*, originado como resultado do trabalho da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, órgão da ONU criado em grande parte como resposta aos anseios da sociedade mundial. No documento gerado por essa comissão, intitulado *Nosso Futuro Comum* (ONU, 1987), o termo desenvolvimento sustentável é conceituado como: “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. O relatório sublinha a interligação entre economia, tecnologia, ecologia, sociedade e política, partindo de uma visão complexa sobre os problemas socioeconômicos e ambientais do planeta, chama também atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual – “o desenvolvimento é um processo de mudança social que implica transformações das relações econômicas e sociais”. Ele traz uma série de medidas que devem ser tomadas em âmbito nacional, como a limitação do crescimento populacional, garantia da alimentação a longo prazo, preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, entre outras coisas, e em âmbito internacional como a obrigação da comunidade internacional de proteger ecossistemas supranacionais como a Antártida, os oceanos, o espaço, além de banir guerras, entre outras coisas.

O relatório toma uma posição ambígua e diplomática, não tocando no ponto principal que é o modelo de crescimento econômico adotado. Para Veiga (2005, p. 113) “o relatório [...] foi intencionalmente um documento político, que procurava alianças com vistas à viabilização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92”. Além disso, como afirma Brüseke (1994), a crítica à sociedade industrial e aos países industrializados tem em comparação com os documentos internacionais anteriores um espaço bastante enxuto. O *Relatório Brundtland* descreve o nível do consumo mínimo partindo das necessidades básicas, mas é omissivo na discussão detalhada do nível máximo de consumo (e de uso de energia, por exemplo), principalmente nos países industrializados. Como esta posição casa com a crítica ao desenvolvimento do ponto de vista ecológico não fica muito claro. Mas, os benefícios do *Relatório Brundtland* também são inegáveis, já que ele popularizou o termo desenvolvimento sustentável, além de colocar a necessidade da sustentabilidade em discussão em praticamente todos os cantos do globo.

Autores como Sylvan (1985, *apud* Redclift, 1987) perceberam uma mudança de paradigma, antes centrado no ser humano, agora englobando uma visão mais ampla, biocêntrica. Contudo, não deixam de criticar algumas propostas do *Relatório Brundtland*. A comissão ignorou as relações de forças internacionais, os diversos interesses nacionais em questão, as relações desiguais de comércio, desfavoráveis aos países em desenvolvimento, e também não levou em consideração as contradições internas de cada país. Pensadores como Redclift (1987) ainda acrescentam que a comissão deixa implícita sua crença nas forças do mercado para resolver a questão ambiental. Esta posição se aproxima daquela defendida pela economia neoclássica que põe os problemas ambientais como externalidades do processo de desenvolvimento. Diegues (1996, p. 24) salienta que “a questão, no entanto, não é somente técnica, mas sobretudo política, e diz respeito às visões e interesses dos vários grupos sociais, com interesses divergentes a respeito do acesso e uso dos recursos ambientais”. O próprio termo desenvolvimento (mesmo quando posto de forma sustentável) ainda era contestado por alguns pesquisadores que afirmavam que não havia apenas um meio de se alcançar o bem-estar social, tradicionalmente visto como sendo o nível alcançado pelos países desenvolvidos.

Havia a necessidade de se adaptar a sustentabilidade às particularidades históricas, culturais e, principalmente, ambientais de cada ecossistema existente na biosfera. Até mesmo porque o padrão de vida das sociedades desenvolvidas é baseado em um consumo exorbitante de energia e recursos. Essa crítica deu origem, inclusive, ao conceito de sociedades sustentáveis, significando que cada sociedade se estruture em termos de sustentabilidade própria, segundo suas próprias tradições e parâmetros. Embora não seja muito utilizado, este conceito tem uma visão adequada da sustentabilidade já que possibilita a cada sociedade (dentro dos limites ambientais, obviamente) definir seus padrões de consumo e produção, bem como o de bem-estar, por exemplo. Diegues (1996, p. 25) assim explica: “[...] deixa-se de lado o padrão das sociedades industrializadas, enfatizando-se a possibilidade de existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, desde que pautadas pelos princípios básicos da sustentabilidade ecológica, econômica, social e política”.

No decorrer das últimas décadas do século XX o debate ambiental se consolidou como uma grande força política, gerando algumas mudanças, embora parciais e pequenas, nas formas de se organizar as sociedades. Outras conferências organizadas pela ONU continuaram acontecendo, o que foi causa e consequência da manutenção do debate acerca da questão ambiental em evidência, porém sem maiores avanços. Deve-se destacar a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como

Rio-92, organizada no Rio de Janeiro em 1992. Foi nesta conferência que se conseguiu avançar, de forma concreta, em direção a uma maior sustentabilidade global. Alguns importantes documentos foram originados dos diálogos e debates da Rio-92, como a Carta da Terra e as convenções sobre biodiversidade, desertificação e mudanças climáticas (esta, por exemplo, deu origem ao protocolo de Kyoto, importante documento gerado na Conferência de Kyoto, em 1997, que dissertava sobre metas para diminuição da emissão de gases causadores do efeito estufa).

Todavia, o documento mais tangível dessa conferência foi mesmo a Agenda 21, que discutia sobre a importância de cada país na construção de um processo de desenvolvimento socialmente mais justo e ambientalmente correto. Cada país signatário se propôs a fazer sua própria Agenda 21. As outras conferências que ocorreram no decorrer dos anos perderam importância e impacto se comparadas a Rio-92, contudo os temas discutidos à época continuam pertinentes e a necessidade de se encontrar uma alternativa sustentável ao desenvolvimento (mesmo que este adjetivo cause inúmeras controvérsias, como será abordado posteriormente) está, cada vez mais, se tornando vital em um planeta já bastante exaurido.

2.2. A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DOS SISTEMAS ECOLÓGICOS

Principalmente a partir do *Relatório Brundtland* muitas discussões são geradas acerca da definição de desenvolvimento sustentável. Apenas para compreender a complexidade do tema, John Pezzey, ex-técnico do Banco Mundial, listou 72 definições do termo desde 1972. Porém, alguns itens podem ser apontados como ponto comum para se atingir um desenvolvimento sustentável, como as três abordagens que devem ser utilizadas para atingi-lo citadas por Munasinghen (*apud* ROGERS; JALAL; BOYD, 2008): econômica – deve-se maximizar renda enquanto se mantêm constantes os estoques de capital; ecológica – deve-se manter a resiliência dos sistemas biológicos e físicos; cultural – deve-se manter a estabilidade dos sistemas social e cultural. Essas três abordagens e suas implicações surgem como pressuposto essencial à sustentabilidade, fazendo o contraponto aos pensamentos que focavam apenas em uma dessas vertentes. Correlacionar estas três esferas sem que haja predominância de uma sobre a outra, portanto, se torna o grande desafio desse pensamento, pois a ação dos três termos interfere diretamente uns nos outros e em seus valores. O próprio Munasinghen não aponta caminhos e não deixa claro como fazê-lo, por exemplo. Surgem então diversos indicadores e formas que auxiliam na busca pela sustentabilidade.

A preocupação com a degradação ambiental, ponto de origem da construção do debate sobre um desenvolvimento sustentado em longo prazo, é base da abordagem ecológica, que tem como principal objetivo a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais. De acordo com a IUCN – *International Union for Conservation of Nature* (1980, *apud* DIEGUES, 1995) algumas condições são essenciais para que esta conservação se realize, como: prever a manutenção dos processos ecológicos fundamentais dos quais depende a existência humana (fotossíntese, ciclo hidrológico, ciclagem de nutrientes, etc.), preservar as diversidades genéticas e biológicas, que são constantemente ameaçadas pelas atividades humanas, além de utilizar de forma sustentada estas espécies e ecossistemas, permitindo que sua capacidade de resiliência seja mantida.

Alguns autores afirmam que a ideia de um uso sustentável dos recursos naturais já era bastante difundida há algum tempo, a criação de inúmeras unidades de conservação e os diversos planos de manejo de áreas florestais e de vida selvagem atestam este fato. Inclusive, havia o pensamento reinante de que florestas poderiam se recompor através de processos naturais depois de desmatamentos e queimadas regulares, populações de animais poderiam se reestabelecer após ser caçadas quase à extinção se o ambiente ou habitat natural fosse mantido. A partir da década de 1950, principalmente, é que o pensamento de que as comunidades naturais não se recuperariam após terem sofrido destruição excessiva passou a ganhar mais notoriedade. Havia uma linha tênue que limitava a capacidade de resiliência destas comunidades. Segundo Odum (1971), a principal característica da dinâmica dos ecossistemas é que um “ajuste evolucionário” para novos padrões de uso dos recursos naturais leva considerável tempo. O controle homeostático que existe nas comunidades naturais e que permite a sucessão só é efetivo se os ecossistemas forem protegidos de mudanças bruscas. Bartelmus (1986) afirma que é a sucessão ecológica que permitirá que o ecossistema atinja um clímax de alta biodiversidade e estabilidade. O autor também explica que:

Em sistemas jovens o nível de crescimento bruto de biomassa e material orgânico tende a exceder o nível de respiração da comunidade, este é o custo de manutenção do ecossistema. Por outro lado, sistemas maduros exibem níveis iguais ou quase iguais de produção e respiração (BARTELMUS, 1986, p. 44, tradução nossa⁹).

Isso é importante, pois é na manutenção dos sistemas sempre jovens, com alta produtividade, que reside o interesse econômico do ser humano. A agricultura, particularmente, é um grande catalisador destes processos. Maximizar a produtividade

⁹ In young systems the rate of gross production of biomass and organic matter tends to exceed the rate of community respiration, that is the maintenance costs of the ecosystem. Mature systems on the other hand exhibit equal or near-equal rates of production and respiration.

agrícola, por exemplo, inevitavelmente leva a uma perda de ecossistemas maduros ou de etapas que poderiam levar os ecossistemas a este estágio, o que causa impactos na adaptação e proteção da natureza. Além disso, como afirma Redclift (1987), manter artificialmente um ecossistema em um estágio jovem de alta produtividade requer quantidades imensas de energia em formas não encontradas naturalmente naquele meio. Fertilizantes, combustível para as máquinas, tecnologia para irrigação, seleção genética de espécies e uso de pesticidas, são exemplos da grande quantidade de energia despendida na manutenção da alta produtividade destes ecossistemas. Atualmente o nível de práticas ecologicamente errôneas é tal que a questão que se impõe é encontrar um nível em que a produção não degrade os recursos naturais além do seu ponto de renovação.

O conceito de sustentabilidade foi fruto, em grande parte, de publicações como a *World Conservation Strategy* (IUCN, 1980), que fazia uma conexão entre a manutenção dos processos ecológicos e os sistemas de suporte à vida, a principal de suas prioridades. Ela afirmava que isso só poderia ser feito se alguns objetivos conservacionistas fossem levados em conta: a utilização das terras boas para o cultivo em vez de utilizadas para a pecuária, o manejo ecologicamente correto dos cultivos e a proteção das bacias hidrográficas. Vale destacar que nenhum desses objetivos foram alcançados. Por exemplo: grande parte das terras utilizadas para agricultura são ecologicamente frágeis; o rompimento de alguns padrões da agricultura tradicional promoveu degradação de solos; pesticidas usados de forma indiscriminada em plantações de arroz destruíram populações de peixes, trazendo sérias consequências, principalmente para a dieta das populações mais humildes; entre outros.

Uma grande contribuição desse documento foi demonstrar que a manutenção da diversidade genética não era só meramente uma preocupação ecológica, era essencial para o desenvolvimento da própria agricultura. A extinção da variedade genética reduz a oferta de genes, o que ameaça a habilidade do ser humano em fazer adaptações às mudanças ecológicas. Há também que se destacar a relação entre a capacidade produtiva dos recursos naturais e sua exploração pelas atividades humanas, pois qualquer desequilíbrio no meio ambiente provoca impactos nestas atividades. Por exemplo: se uma espécie vegetal for extinta, irá criar um desequilíbrio na cadeia alimentar da qual ela faz parte, o que causará impactos em atividades humanas que fazem uso desta cadeia.

O desenvolvimento da agricultura, principalmente a partir do fim do século XIX, que conheceu seu ápice durante a chamada “revolução verde” em meados do século XX,

representou um forte crescimento na pressão sobre os ecossistemas. Isso se deu primeiramente nos países desenvolvidos (principalmente através do aumento do uso de forças mecânicas combinadas com fertilizantes químicos e/ou biológicos para aumentar a produção) e foi mantido como lição para os países pobres se desenvolverem. Em alguns países ou regiões mais pobres, por exemplo, foram introduzidas culturas agrícolas de acordo com os interesses mercadológicos em detrimento das características ambientais (REDCLIFT, 1987), além do sistema tradicional de agricultura ter sido substituído por técnicas modernas importadas dos países desenvolvidos (uma característica muito mais política do que econômica). É interessante apontar que estratégias de desenvolvimento como essa, pensadas “de fora para dentro”, também foram utilizadas em outros nichos econômicos, como o turismo adotado no Nordeste brasileiro.

Em relação à agricultura, é relevante apontar que, geralmente, as tecnologias agrícolas são utilizadas combinadas, o que potencializa seus efeitos, tanto benéficos quanto maléficis. Os fatores que vão determinar quais os métodos que serão utilizados pelos fazendeiros são vários, desde as condições estruturais da área, os recursos naturais disponíveis, até o acesso destes às melhores alternativas tecnológicas. As considerações ambientais deveriam representar a maior parte das características destas determinações, contudo não são levadas em tamanha consideração, assim como quando consideradas outras potencialidades econômicas. Como explica Redclift (1987, p. 24, tradução nossa¹⁰): “fazendeiros necessariamente usam os tipos de tecnologias que estão mais facilmente ou localmente disponíveis e de uma maneira que eles possam pagar, todavia estas tecnologias podem não ser as mais apropriadas para as condições ambientais sob as quais eles trabalham”. A chamada “revolução verde”¹¹ trouxe inúmeras inovações tecnológicas à agricultura (inclusive através da modificação genética de espécies), aumentando de forma exponencial a produtividade agrícola. Todavia, os efeitos ecológicos dessa “revolução” aparecem nos dias atuais com a salinização da água usada para irrigação, poluição devido aos *sprays* químicos

¹⁰ Farmers necessarily use the kinds of technology that are made available locally and in a way they can afford, but that may not be those which are most appropriate for the environmental conditions under which they work.

¹¹ A “revolução verde” foi um movimento fortemente influenciado pela administração industrial que teve seu ápice na década de 1970 com a introdução de novas técnicas de cultivo na agricultura como também pela inserção de novas sementes, mais produtivas. Propiciou um aumento em larga escala da produção agrícola mundial, o que ajudou a desacreditar as ideias neomalthusianas do Clube de Roma. Todavia, como aponta Moreira (2000), o uso em larga escala de fertilizantes, agrotóxicos e insumos de alto custo, além de ampliar a fronteira agrícola com monoculturas, ocasionou inúmeros impactos negativos sobre o meio ambiente, provocando desequilíbrios ecológicos em diversos ecossistemas.

borrifados nas lavouras e o aumento da resistência das pestes aos agrotóxicos, entre outros fatores.

Historicamente o crescimento econômico também está ligado a um progressivo aumento do consumo de energia e isso é mais visível do que o desenvolvimento da agricultura, além de estar mais ligado a outras atividades econômicas. Assim, países subdesenvolvidos como a Etiópia consomem bem menos energia do que um país desenvolvido como a França. Para se compreender melhor essa conexão, Taiwan, um país que se industrializou de forma rápida, percebeu um aumento de quatro vezes em seu consumo de energia em apenas vinte anos. Redclift (1987) traça um panorama tendo a Espanha como exemplo e fazendo mais uma vez a correlação com a agricultura. Um país que tinha a atividade agrícola como força motriz da economia durante as décadas de 1950 e 1960, atividade que empregava metade da população ativa do país, ainda praticada de forma tradicional. A partir da década de 1970 a “revolução verde” chega aos campos espanhóis e os tratores e fertilizantes passam a ser empregados em larga escala (no fim da década o número de tratores cresceu de 10.000 para 400.000 no país), o que diminuiu o número de trabalhadores rurais pela metade em relação a 1940 (REDCLIFT, 1987).

O autor (1987) conclui o raciocínio enumerando o aumento do consumo de energia gerado por este desenvolvimento. Ele afirma que entre os anos de 1950-51 uma caloria de energia introduzida artificialmente na agricultura resultava em seis calorias de produção vegetal. No fim da década de 1970 esse número havia caído para uma caloria por uma. O que leva a crer que houve uma queda na eficiência agrícola espanhola em termos de conversão de energia utilizada. E grande parte dessa energia é conseguida graças a fontes não renováveis, principalmente os combustíveis fósseis. É interessante também abordar que foi graças à conversão de energia que a produção de alimentos conseguiu se manter à frente do crescimento demográfico, o que contrariou muitas das previsões pessimistas dos neomalthusianos. Todavia, a eficiência energética desses sistemas deveria ser aperfeiçoada, o que, inclusive, diminuiria a degradação ambiental. Para se ter uma ideia da ineficiência (em termos energéticos) destes sistemas, a produtividade de uma plantação de espinafres nos EUA que utiliza estas tecnologias chegava a ser 50 vezes menos eficiente que uma plantação tradicional de milho no interior do México (REDCLIFT, 1987).

O exemplo da pressão que o desenvolvimento agrícola representa sobre os ecossistemas é notável, pois a agricultura é a base de praticamente toda a economia,

fornecendo os insumos para a produção e alimentação para a população. Tomando como base o próprio turismo, se perceberá que um aumento significativo dos fluxos tem impacto direto na demanda local por alimentos e energia (nesse caso específico, a atividade traz impactos em todos os processos de sua produção, desde o transporte até o “consumo”). É devido a essa importância que os neomalthusianos formularam suas teorias de escassez de recursos. Essa escassez não aconteceu como previsto por eles devido ao advento de inúmeras tecnologias agrícolas que aumentaram a produtividade, porém a um alto custo ambiental. Alguns autores já alertavam para o erro das previsões demográficas contarem apenas com a melhora no padrão de vida do ser humano como problema, o mau uso ou o sobre uso dos recursos ocasionado por uma demanda cada vez maior também poderia acarretar problemas:

Geralmente se parte do pressuposto de que haverá algum aumento no bem-estar do ser humano, atingido em parte devido à melhor utilização dos recursos naturais, e com implicações positivas para os níveis de fertilidade. Mas, é além disso, que se reconhece que pode também haver mal uso ou uso excessivo dos recursos naturais, levando a um pequeno avanço no bem-estar do homem, até mesmo com declínio desse bem-estar, além de implicar perdas na fertilidade. (MYERS, 1985, p. 7, tradução nossa¹²)

Desta forma, o desenvolvimento sustentável baseia-se na necessidade de uma relação mais harmoniosa com a natureza, de forma duradoura e capaz de se adaptar a condições de mudança. Ele se impõe como uma alternativa para a humanidade harmonizar o potencial do meio ambiente em satisfazer as necessidades das populações, mas evitando o colapso dos recursos naturais, como explica o relatório da IUCN (1980, *apud* Diegues, 1995, p. 32):

Em última análise, a Terra, os recursos naturais e a população chegarão a outro ponto de equilíbrio, que poderá ser atingido ou de forma mais planejada e organizada – no qual os recursos naturais ainda estarão à disposição da humanidade de forma sustentada – ou depois de mudanças catastróficas que resultarão num mundo empobrecido ou mesmo aniquilado.

2.3. O PENSAMENTO ECONÔMICO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: QUAIS AS PROPOSTAS DA ECONOMIA?

Da economia, ciência chave para o conceito de desenvolvimento sustentável e que já vinha a algum tempo incorporando o debate e auxiliando na construção do novo conceito, surgem alguns dos principais indicadores sobre sustentabilidade. Ainda nos anos 1920,

¹²Generally assume there will be some increase in human welfare, achieved in part through enhanced utilization of natural resources, and with positive implications for fertility rates. But it is beyond their scope to recognize that there can also be misuse and over-abuse of natural resources, leading to little advance in human welfare, even to declines in welfare, and with negative implication for fertility decline.

portanto antes de o mundo passar a se preocupar com a questão ambiental, Arthur Pigou (1920) introduziu o reconhecimento das externalidades ambientais do processo produtivo e a necessidade de internalização econômica desses efeitos. Alfred Lotka (1945) analisou o fluxo de energia nos seres vivos e suas consequências econômico-ecológicas. Nicholas Georgescu-Roegen (1971) trouxe as bases para a Economia Ecológica quando demonstrou com profundidade as relações entre entropia e processo econômico¹³, entre outros autores que agregaram novos pensamentos a essa seara. Foi assim que a teoria econômica acompanhou o debate ambiental e tentou de diversas formas incorporar esse debate.

Surgiram diversas formas de análise econômica relacionadas ao ambiente natural, todas elas trazendo novos caminhos. Como aponta Merico (2002), a Economia dos Recursos Naturais, difundida nas décadas de 1960 e 1970, tinha sua ênfase na forma de utilização dos recursos naturais. Seu grande objetivo era alcançar o uso ótimo dos recursos, o que significava maior retorno financeiro com menor custo. Contudo, percebeu-se que esse pensamento não evitava a degradação ambiental e ainda podia levar os recursos naturais à completa exaustão ou extinção.

A Economia Ambiental, surgida na década de 1980, teve sua ênfase voltada para a poluição. Nessa análise, a poluição é vista como uma externalidade do processo de produção e consumo, ou seja, falha dos mecanismos de mercado, assim pode ser tratada pelos vários meios de internalização de custos ambientais nos preços dos produtos. Mas, como internalizar custos ambientais a nível planetário, como o aquecimento global? Essas duas visões se mostraram insuficientes para produzir uma ampla introdução do ambiente natural na análise econômica, visto que não discutem uma escala adequada das atividades econômicas em relação aos ecossistemas e, em última análise, em relação à própria biosfera.

¹³ Georgescu-Roegen (1971) utilizou preceitos da termodinâmica, que diz que “a energia total do universo permanece constante e a entropia do universo continuamente tende ao máximo”, essa é a lei conhecida como conservação da energia. Por exemplo: um automóvel transforma a energia contida na gasolina no trabalho realizado pelo motor, mais o calor gerado e a energia dos produtos da descarga. A energia não foi criada, ela apenas foi transformada de um estado para outro. Porém, se o problema fosse apenas esse, bastaria reutilizar esta energia. Contudo, quando a energia é dispersa no espaço, com a queima do carvão, por exemplo, ela não poderá mais ser reaproveitada. A quantidade de energia que não é mais capaz de realizar trabalho é chamada de entropia e corresponde à segunda lei da termodinâmica. Assim, o crescimento da entropia significa que há decréscimo na energia disponível. Parte dessa energia não disponível toma a forma de poluição e degradação ambiental, à qual se acumula no meio ambiente e passa a ameaçar gravemente os ecossistemas. Embora seja um processo natural, as atividades econômicas potencializam este processo e o concentram em determinadas direções, já que somente tem valor econômico aquilo que possui baixa entropia, desequilibrando os ecossistemas e não permitindo sua readaptação.

A Economia Ecológica surge como uma união das formas de análise anteriores, englobando a problemática do uso de recursos naturais e as externalidades do processo produtivo, com ênfase no uso sustentável das funções ambientais e na capacidade dos ecossistemas em geral de suportar a carga imposta pelo funcionamento econômico, considerando custos e benefícios da expansão da atividade humana. Merico (2002) aponta alguns dos principais conceitos trazidos pela Economia Ecológica: a relação entre a escala da economia e a capacidade de suporte da biosfera, o problema do aumento entrópico gerado pelo processo econômico, a introdução do capital natural na análise econômica, a reestruturação dos macro indicadores com a introdução de contabilidade de recursos naturais, a valoração de elementos do meio ambiente e de funções ambientais, metodologias de avaliação e internalização de custos ambientais, análise dos fluxos energéticos, entre outros.

Esse novo pensamento traz em seu escopo ideias que contradizem o modelo econômico clássico de criação de riquezas em que o meio ambiente se caracterizava apenas como mero fornecedor de matérias-primas para a economia e como depósito dos rejeitos da produção. Uma dessas ideias é baseada nos inúmeros sinais de que o processo econômico, alicerçado no crescimento ilimitado e na exacerbação do livre mercado, tem achado seus limites, e que mais crescimento econômico, nos atuais padrões, pode nos levar para mais longe de uma sociedade sustentável. São fatos que demonstram a saturação dos limites da biosfera, entre outros: a ruptura da camada de ozônio; os processos de desertificação que atingem várias regiões do planeta; e a diminuição da biodiversidade.

Algumas destas soluções apontadas pela economia tinham o foco na escala local, na microeconomia, esquecendo-se que toda a economia faz parte de um sistema maior, a biosfera. A economia necessita ter uma escala adequada relativa ao ambiente natural, escala significando tamanho físico relativo à capacidade natural dos ecossistemas de regenerar os insumos e absorver os resíduos em níveis sustentáveis. Veiga (2005, p. 51) critica o pensamento dominante na ciência econômica afirmando que: “a prevaiente suposição de que o sistema econômico poderia atingir um ‘ótimo’ sempre ignorou a união entre os sistemas econômicos e bióticos, além de desdenhar a existência de limites naturais”. A capacidade de sustentação dos ecossistemas será garantida quando forem seguidos os seguintes pressupostos: não retirar dos ecossistemas mais que sua capacidade de regeneração e não lançar aos ecossistemas mais que sua capacidade de absorção. Daly (1991) compara a escala da economia e o ambiente natural a um barco sendo carregado. Mesmo considerando que o peso do carregamento esteja sendo bem alocado no barco, ainda sobra a questão do peso

absoluto que o barco pode carregar. Esta escala ótima absoluta de peso é reconhecida, no meio marítimo, como a “marca d’água”. Quando o barco atinge esta marca, o barco está cheio. Isto quer dizer que o barco encontrou sua capacidade de suporte. Mesmo que o barco esteja com o peso otimamente alocado, ele irá afundar caso haja peso demais.

Aqui, é interessante apontar que a definição de capacidade de suporte para os seres humanos não pode apenas considerar os níveis de população, como se faz com os animais, mas é preciso especificar os níveis de consumo per capita, as desigualdades econômicas e sociais e também o grau de desenvolvimento tecnológico, bem como as opções tecnológicas. Merico (2002) traz um exemplo de como o conceito de capacidade de suporte pode ser utilizado para estabelecer qual o nível de população que um determinado país ou território pode suportar em um dado nível tecnológico. Considera-se o potencial produtivo da terra de cada país e sua produção é estimada em três níveis de tecnologia agrícola: alta, média e baixa. Depois, traça-se um paralelo dessas estimativas com as necessidades nutricionais básicas médias da população. Por exemplo: a produção de grãos em todo o planeta foi estimada em 2,2 bilhões de toneladas em 2030. Se o nível de consumo americano (800kg/per capita/ano) for tomado como média, esta produção sustentaria uma população de 2,75 bilhões de pessoas; se o nível de consumo indiano (200 kg/per capita/ano) for tomado como exemplo, a mesma produção sustentaria 11 bilhões de pessoas.

Desta forma, os pensamentos devem ser orientados para a questão de como limitar a escala a um nível sustentável. Daly defendia isso como uma questão de “condição estacionária”, que muitos detratores colocavam como “crescimento zero”. Contudo, essa limitação de crescimento seria posta para nações com economias de ponta, enquanto as outras economias menos desenvolvidas poderiam ascender até o nível destas. Assim era definida essa “estagnação”, como explica Veiga (2005, p. 112): “na ‘condição estacionária’, a economia continuaria a melhorar em termos qualitativos, substituindo, por exemplo, energia fóssil por energia limpa. Mas nessas sociedades mais avançadas seria abolida a obsessão pelo crescimento do produto, que Herman E. Daly considera uma mania”.

A entropia e o fluxo energético da economia entram no mesmo pensamento de capacidade de suporte. Sua análise se torna imprescindível para que se controle a geração de entropia, ou seja, de energia latente (que não mais pode ser utilizada) que se transforma em efeito estufa, poluição de corpos d’água, desequilíbrios climáticos, entre outros efeitos nocivos que desequilibram o meio ambiente. É isso que afirma Georgescu-Roegen (1971)

quando conclui que, do ponto de vista puramente físico, o processo econômico é entrópico, ou seja, não cria ou destrói matéria ou energia, apenas transforma baixa entropia em alta entropia. Esse processo também é realizado pelo ambiente natural. Contudo, no ambiente esse processo é lento, o que permite aos ecossistemas, continuamente, se readaptarem aos novos rearranjos energéticos, sem que se rompam ou entrem em desequilíbrio. A economia acelera esse processo e ainda orienta o aumento energético para direções determinadas, sobrecarregando esses ecossistemas e colocando em risco a capacidade deles de suportar esse aumento vertiginoso.

Uma tendência implícita na maneira como a economia funciona pode ser observada. Os bens e serviços produzidos têm preços, os quais podem ser observados no mercado, enquanto os bens e serviços proporcionados pela natureza e as funções gerais dos ecossistemas não podem ser comprados ou vendidos em nenhum mercado. Assim, se deixar que a alocação de recursos seja feita pelo livre mercado, a tendência será de exaurir, estressar ou romper o equilíbrio do ambiente natural. Uma das questões levantadas pelos pesquisadores é a necessidade de valorar bens naturais que não possuem preços no mercado, como por exemplo: os benefícios da biodiversidade, a regulação climática feita pelas florestas, o ciclo hidrológico, recursos paisagísticos, entre outros tantos serviços. Embora alguns bens fornecidos pela natureza possuam valor de mercado, a diminuição de seus estoques não representa a diminuição da renda nacional, outro ponto que precisa ser revisto de acordo com a Economia Ecológica.

Neste ponto, torna-se fundamental a modificação dos indicadores utilizados pelo sistema de contabilidade nacional, para que ele passe a considerar em seus cálculos os estoques de capital natural, além da erosão dos recursos naturais e a degradação ambiental. Através dos macros indicadores econômicos muitos países percebem um forte incremento do PIB/PNB devido a uma intensa degradação de seus recursos naturais. Vale destacar que para essa contabilidade, a imensa maioria dos recursos e serviços naturais são considerados gratuitos. Por exemplo, se carvão e petróleo são extraídos da natureza, o PIB contabiliza o valor de mercado destes recursos, porém não há subtração nos valores do PIB para refletir o fato de que os estoques destes bens foram reduzidos. Da mesma forma, se uma floresta for cortada, o valor de mercado da madeira será contabilizado, todavia nenhuma subtração será feita referente à perda dos benefícios causados pelo desaparecimento da floresta. O erro prossegue em relação à degradação ambiental, que é calculada positivamente duas vezes. Por exemplo, se um rio é poluído por uma fábrica, o valor monetário do produto originado dessa

fábrica será contabilizado pelo PIB. Se o mesmo rio for recuperado, o custo dessa recuperação também será contabilizado de forma positiva pelo PIB, mesmo que esse custo seja despendido para retornar o rio ao seu estado anterior. Assim como se locomover de carro contribui mais para o PIB do que se locomover de bicicleta, acidentes de carro provocam a compra de novos automóveis ou doenças provocam a compra de remédios, tudo isto ficando do lado positivo da contabilidade, os macros indicadores não refletem os níveis de bem-estar e qualidade de vida da população. Uma reformulação desses indicadores se faz necessário para se tornar mais verossímil, acrescentando os estoques de capital natural e a degradação ao PNL/PIL, que já contabiliza, por exemplo, a depreciação de capital manufaturado. Pensar o turismo neste novo panorama traria mais benefícios do que prejuízos, por exemplo, pois o turismo se “alimenta” dos espaços para se produzir. Seria uma das atividades ideais para se instalar em ecossistemas mais frágeis, como as zonas costeiras, com sua entropia sendo mais facilmente controlada e tendo a manutenção dos estoques de capital natural como fonte de receitas, desde que encarado do ponto de vista da preservação ambiental, obviamente.

Merico (2002, p. 32) afirma que “o fundamental é reconhecer que recursos naturais e serviços ambientais têm funções econômicas e valores econômicos positivos e que tratá-los como preço zero é um risco muito sério de exauri-los ou manejá-los insustentavelmente”. Algumas questões continuam sendo de difícil solução e consenso entre os pesquisadores. Por exemplo: para grande parte destes, determinadas medidas de mitigação de impactos ambientais, como o reflorestamento de áreas desmatadas para fornecer madeira para a indústria, são exemplos de políticas sustentáveis. Entretanto, para outros, o reflorestamento fornecerá mais madeira para a indústria, impedindo teoricamente que novas áreas sejam desmatadas, mas não conservará a biodiversidade original daquela área que agora será reflorestada, entre outros agravantes. Essa tentativa de minimização de impactos é chamada de capital natural cultivado. Seja qual for o resultado de todas essas polêmicas e contradições, o que já está claro é que a hipotética conciliação entre crescimento econômico moderno e conservação da natureza não é possível de ocorrer no curto prazo ou localmente, agindo em certas atividades específicas, como apregoam alguns.

Em uma época em que a economia não atingia os limites da biosfera, o reconhecimento do capital natural e suas implicações não tinha tanta relevância, tornando-se compreensível a ênfase exclusiva na análise do fluxo monetário, já que o capital natural não era escasso, então não representava empecilho ao desenvolvimento. Goodland (1991), por exemplo, demonstra que foi necessária toda a história para se atingir a marca de US\$ 60 bilhões

da economia mundial, em 1900. Atualmente a economia mundial cresce essa mesma quantia a cada dois anos. Passou-se de um tempo em que o capital manufaturado era o único fator limitante do crescimento econômico para um tempo em que o capital natural é que limita este crescimento. Desta forma, observa-se que atualmente o sistema econômico atingiu os limites dos ecossistemas e da biosfera, rompendo, conseqüentemente, a sua capacidade de sustentação. De acordo com diversos pensadores, a análise econômica não pode mais prescindir do reconhecimento do capital natural e das suas relações com o capital manufaturado. Aliás, diante da ineficiência da análise econômica tradicional que só considerava como modelo clássico de geração de riquezas apenas uma relação simplificada entre terra, capital e trabalho, a Economia Ecológica busca também o reconhecimento do capital humano e do capital social, além do capital manufaturado e do capital natural.

O maior erro dos modelos anteriores é justamente negligenciar a crise ambiental, ignorando os benefícios diretos do capital natural e os efeitos negativos no ambiente gerados pelo processo produtivo e seus resíduos. O pensamento econômico tradicional é baseado na crença de que o avanço tecnológico e o acúmulo de capital monetário são perfeitos substitutos para o capital natural. Pelo pensamento tradicional, não haveria necessidade de se considerar a escassez de recursos naturais e o rompimento dos ecossistemas, pois a tecnologia e o dinheiro seriam capazes de solucionar os eventuais problemas ambientais que surgissem, mesmo os que afetassem processos mais complexos como a regulação climática e o ciclo hidrológico (os cornucopianos representam bem essa tendência de fé “cega” na tecnologia, como já apresentado anteriormente). Para estes pensadores, qualquer elemento da biosfera que se mostrar limitante ao processo produtivo acabará substituído graças a mudanças na combinação entre os três elementos essenciais da economia: trabalho humano, capital produzido e recursos naturais.

A eventual escassez de recursos naturais poderá ser compensada pelas inovações dos outros elementos ou de apenas um deles. Porém, a capacidade humana de recriar capital natural se mostra muito limitada. Os investimentos terão que ser indiretos, ou seja, é preciso preservar o restante de capital natural e encorajar o crescimento natural pela redução do nível humano de exploração atual. Embora a Economia Ecológica seja relativamente uma ideia nova e apresente muitas lacunas e falhas em suas proposições, é inegável a pertinência de algumas questões lançadas por ela e, também, a necessidade de adoção de alguns preceitos dessa corrente de pensamento para que se alcance a sustentabilidade.

2.4. A DIMENSÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desafio de compatibilizar as três abordagens do desenvolvimento sustentável continua, pois cada abordagem tende a focalizar em seus objetivos, minimizando as outras duas. Assim, como sustentar um grande desenvolvimento social garantido pelo crescimento econômico sem que haja degradação do ambiente? Volta-se à questão do desenvolvimento econômico *versus* crescimento econômico. Para haver desenvolvimento sustentável deve haver, como afirmado anteriormente, uma interação entre as três abordagens (econômica, ecológica e cultural/social) buscando maximizá-las entre uma série de restrições. Não pode haver sustentabilidade sem desenvolvimento social, por exemplo, que não pode existir com a exclusão de pessoas e a existência de pobreza no mundo. O documento *Nosso Futuro Comum* (ONU, 1987), originado do *Relatório Brundtland*, que popularizou o termo desenvolvimento sustentável, já alertava para a necessidade de se democratizar o acesso aos recursos naturais e a distribuição dos custos e benefícios advindos do desenvolvimento.

De acordo com Diegues (1995) o relatório enfatizava a importância da participação política popular, recomendando um equilíbrio entre o uso dos recursos e o crescimento demográfico. Chambers (1986, *apud* REDCLIFT, 1987) afirma que o pobre está muito preocupado com sua imediata sobrevivência, são os mais abastados que dão prioridade à sustentabilidade. Ele faz o contraste entre o “pensamento ambiental”, “pensamento econômico” e o “pensamento de subsistência”. O pensamento do pobre não está de acordo com o de economistas e biólogos, ou seja, a satisfação das necessidades está à frente da sustentabilidade ou de uma maior produtividade. Redclift (1987, p. 36) afirma que:

Para o desenvolvimento sustentável se tornar realidade é necessário que seja dada prioridade para o meio de vida dos pobres, mas como essa prioridade pode ser alcançada a nível local enquanto que os efeitos do desenvolvimento internacional sistematicamente “marginalizam” eles? Os aspectos políticos do desenvolvimento prolongam-se ao desenvolvimento sustentável e suas opções, as quais só poderão ser atingidas plenamente através de mudanças políticas a nível local, nacional e internacional (tradução nossa¹⁴).

A questão da pobreza se agrava quando se nota que o grande crescimento demográfico, temor dos neomalthusianos, se dá principalmente em regiões pobres, com carência de recursos básicos para sobrevivência. Por isso, a erradicação da pobreza se coloca como elemento chave para se atingir o desenvolvimento sustentável. De acordo com Rogers;

¹⁴ For sustainable development to become a reality it is necessary for the livelihoods of the poor to be given priority, but how can this priority be pursued at the local level while effects of international development systematically ‘marginalizes’ them? The political aspects of development extend to sustainable development options which can only be achieved through political changes at the local, national and international level.

Jalal; Boyd (2008), uma em cada cinco pessoas no mundo vive abaixo da linha da pobreza (recebendo menos de U\$ 1,00 por dia) e uma em cada duas vive com menos de U\$ 2,00 por dia. Mas, pobreza não é só a falta de renda e alimentos, como destaca o Relatório de Desenvolvimento Mundial (BANCO MUNDIAL, 2001). Pobreza também é a falta de infraestrutura básica (energia, água limpa, moradia, etc.), falta de acesso à educação e à saúde, e falta de acesso à participação política, a ter voz ativa sobre o processo decisório de seu próprio destino.

Mesmo Adam Smith (1983), grande defensor do livre mercado, abordava a pobreza como uma característica cultural que deveria ser tratada através de políticas públicas. Para ele, a pobreza não assume apenas a forma bruta da fome ou privação física, pode também surgir em outras características peculiares como dificuldades de alguns segmentos de participar da vida social e cultural de suas próprias comunidades. Dizia que os “bens de primeira necessidade” eram aqueles que o país considerava indigno que alguém não possuísse e não apenas aqueles considerados indispensáveis para o sustento. Amartya Sen (2000) traz a ideia da privação de liberdade como grande entrave ao desenvolvimento, principalmente das populações mais carentes, como será visto adiante. Segundo um estudo do Banco de Desenvolvimento da Ásia sobre redução da pobreza (1999, *apud* ROGERS; JALAL; BOYD, 2008), há três formas principais e correlacionadas para se erradicá-la: crescimento econômico, controle do crescimento populacional e efetividade na distribuição do crescimento econômico, ou seja, distribuição de renda. De acordo com o BDA este último fator é representado em grande parte pelos recursos voltados, principalmente através do Estado, a projetos destinados a criar emprego e renda em áreas presas à pobreza, garantindo acesso desta população até então excluída à economia.

Para estes fatores poderem ser efetivados ter-se-á que haver um ambiente político e institucional favorável, ou seja, ter-se-á que existir instituições fortes, que direcionem os recursos de forma correta para quem realmente necessita. Em algumas regiões nordestinas, por exemplo, o governo instituiu um amplo programa de subsídios para aquisição de insumos agrícolas visando os produtores mais carentes de recursos. Porém, os subsídios irão baratear o preço cobrado por esses bens, beneficiando o grande produtor também, que continuará competindo igualmente pelo mesmo mercado que o pequeno produtor. Outro ponto essencial, como aponta Rogers; Jalal; Boyd (2008), é o combate à corrupção e à manipulação política dos projetos de desenvolvimento, que também desviam os recursos que deveriam chegar aos mais necessitados.

Autores como Jeffrey Sachs (2005) defendem que os países mais ricos destinem grandes quantias de dinheiro para ajudar no desenvolvimento dos mais pobres como forma de erradicar a pobreza. Contudo, para que os bilhões de dólares provenientes da ajuda internacional cheguem aos mais necessitados e atinjam o objetivo de Sachs, um ambiente político livre de corrupção e de manipulação política terá que ser criado. Para isso, é necessário que os governos, instituições que detêm o poder para gerenciar os recursos sociais e econômicos do país direcionando-os para o desenvolvimento, tenham transparência de suas ações, além de terem um sistema jurídico fortalecido para que haja previsibilidade. Também é necessário que todos os projetos sejam social e ambientalmente sustentáveis.

Os governos também devem permitir a descentralização do poder, pois é de extrema importância que as comunidades tenham garantida sua participação política, assim o desenvolvimento será pensado de forma local, buscando responder aos anseios daquela comunidade. A participação garantirá aos atores sociais o poder de influenciar e compartilhar o controle sobre as iniciativas de desenvolvimento e os recursos usados para financiá-los ao permitir sua inclusão no processo decisório. A questão do desenvolvimento de base local é tão essencial que permite estratégias para erradicação da pobreza pensadas de forma específica para cada região, ou seja, as estratégias serão formuladas a partir das necessidades características àquelas áreas. Assim, regiões litorâneas, regiões com baixos índices pluviométricos, regiões de terras férteis, etc., se desenvolverão de acordo com suas potencialidades, pois cada uma possui suas demandas e ofertas específicas. A ideia de um turismo de base comunitária, por exemplo, parte dessa premissa de descentralização, de tomada do processo decisório através da própria comunidade. O turismo deixa de ser pensado por estratégias de desenvolvimento globais e passa a ser planejado de acordo com as premissas específicas de cada comunidade.

É interessante apontar que a pobreza também gera degradação do ambiente, embora em uma escala menor que os diversos processos de produção. A população mais pobre degrada o ambiente por extrema necessidade de sobrevivência. Isso ocorre quando comunidades no sertão nordestino desmatam a caatinga para obter carvão como fonte de energia ou matam aves endêmicas da região para se alimentar, por exemplo. E, como afirmou Indira Gandhi (*apud* ROGERS; JALAL; BOYD, 2008), os pobres ainda se tornam as principais vítimas dessa degradação, que por sua vez gerará mais pobreza, constituindo o chamado “ciclo vicioso da pobreza”. Por isso, a erradicação da pobreza se torna não só uma necessidade social como também ambiental. Quando a população mais pobre consegue um

ganho maior de renda que possibilite acesso aos bens básicos de sobrevivência, ela passa a não mais estressar o ambiente atrás desses bens.

Todavia, como destacado anteriormente, o desenvolvimento econômico dessas regiões tem que ser planejado cuidadosamente de acordo com as potencialidades e limites locais. A estrutura econômica mundial, representada pelo comércio internacional, é um grande entrave para a mudança do quadro de pobreza enfrentado por alguns países e para este planejamento local. A economia mundial faz com que haja uma divisão da produção de bens e serviços, ficando os países mais pobres geralmente como produtores de bens e serviços primários específicos. Cada país investirá naquelas culturas que são mais lucrativas a eles. Organismos internacionais se encarregam de financiar a “modernização” dessas culturas, o que fará com que estes países se tornem endividados, fechando mais um “ciclo vicioso” (REDCLIFT, 1987). A introdução do turismo de massa no Nordeste brasileiro é mais um exemplo dessa divisão, como será mais especificado adiante.

Inserido na estrutura econômica mundial se criam paradoxos e incongruências como, por exemplo, o continente mais pobre do mundo (África) se tornar um dos maiores importadores de comida, enquanto os próprios fazendeiros africanos poderiam suprir grande parte desta demanda. Todavia, estes fazendeiros ocupam suas terras com lavouras voltadas para a demanda externa, como a cultura do algodão, por exemplo. Vale apontar que a pressão do mercado também faz com que esses produtores diminuam cada vez mais os períodos de pousio, quando não os eliminam totalmente. Isso causa desequilíbrios ao ambiente, o que não pode sustentar a agricultura por muito tempo, empurrando as lavouras para terras menos produtivas. O rendimento cai drasticamente em consequência.

Esse sistema comercial que privilegia os países do Norte, exportadores de produtos manufaturados (com maior valor agregado), em detrimento dos países do Sul, exportadores de *commodities*, tem no endividamento destes um de seus vértices mais perversos. É interessante apontar que os maiores beneficiários do sistema de livre comércio nessa lógica são as grandes multinacionais sediadas em países desenvolvidos, que compram matérias-primas de forma barata (desde produtos primários, tecnologia e até mesmo mão-de-obra) para comercializarem produtos caros. E o Estado geralmente é o grande garantidor deste

processo, seja ao prover uma base legal para atuação destas empresas, seja financiando a exploração diretamente¹⁵.

Para se garantir a sustentabilidade, uma mudança estrutural deve ser feita. Um sistema para ser compatível socialmente deve ter um foco regional, envolver a participação da população local levando em consideração o conhecimento oriundo do senso comum das comunidades tradicionais, principalmente em áreas mais frágeis ambientalmente, fazendo com que todos compartilhem as responsabilidades. Contudo, o fator primordial, não só em referência à dimensão social como também para todo o desenvolvimento sustentável, é a ideia de liberdade defendida por Amartya Sen (2000). Para ele, a expansão da liberdade é o principal fim e o principal meio para se atingir o desenvolvimento. E liberdade aqui deve ser entendida como um conceito bem mais amplo. Sen (2000) afirma que a liberdade consiste na eliminação de tudo aquilo que limita as escolhas e oportunidades das pessoas. Desde mecanismos políticos até a própria estrutura da economia. Aliás, o crescimento econômico pode ser um grande aliado da expansão das liberdades, todavia são imprescindíveis outros fatores determinantes como serviços de educação e saúde ou mesmo os direitos civis garantidos.

O empoderamento das populações locais tem que ser garantido, além da remoção das principais fontes de privação da liberdade como a própria pobreza, a tirania, a carência de oportunidades econômicas, a negligência dos serviços públicos ou mesmo a interferência de Estados repressivos. A ausência de liberdade se relaciona diretamente com a pobreza econômica, que impede as pessoas de serem livres para saciar a fome ou de obter remédios para doenças curáveis, que ignora a oportunidade de vestir-se adequadamente ou a possibilidade de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. A ausência de liberdade também se relaciona com a carência de serviços públicos e assistência social ou mesmo à negação das liberdades políticas e civis tolhidas por regimes totalitários, além de restrições

¹⁵ Durante a década de 1980, principalmente, países da América Latina (o Brasil foi um dos mais atingidos), viram suas dívidas externas se transformarem em verdadeiras “bolas de neve”. O exemplo do México é basilar. País com grandes reservas de petróleo, durante esta época usava quase toda a receita oriunda da venda do combustível fóssil para pagar empréstimos junto a organismos internacionais. Além disso, fazia empréstimos em seu próprio território para financiar sua dívida externa, o que consumia quase dois terços da renda nacional. Enquanto sua dívida crescia, os credores internacionais exigiam uma série de regras como uma maior abertura da economia nacional para o capital estrangeiro e o fim dos subsídios, principalmente para produtos alimentícios. Essa última medida, como destaca Redclift (1987) foi particularmente perversa, pois aumentou drasticamente a inflação, aumentando ainda mais as taxas de juros cobradas, o que obrigou o governo mexicano a pagar mais para financiar sua dívida.

impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica de sua própria comunidade.

A liberdade se coloca como cerne do desenvolvimento sustentável. E sua dimensão não se reduz apenas ao seu caráter econômico, diretamente ligado à pobreza econômica. Deve-se buscar a liberdade em toda sua amplitude. O próprio Sen (2000) demonstra como o foco no crescimento econômico não permite a expansão da liberdade, focalizando no crescimento da renda *per capita* de determinadas populações para explicar seu raciocínio¹⁶. O autor, ao abordar esta contradição, contraria uma velha máxima do desenvolvimento (classicamente atribuída a Kuznets e sua hipótese sobre concentração de renda) que afirmava que primeiro se deveria esperar pelo longo período de crescimento econômico para que depois fosse feita a distribuição desse crescimento. Veiga (2005, p. 80) afirma que este argumento se torna cruel quando analisado do ponto de vista de que, “num mundo de terríveis desigualdades, é um absurdo pretender que os ricos precisem se tornar ainda mais ricos para permitir que os necessitados se tornem um pouco menos necessitados”. Amartya Sen (2000) ainda defende que um processo custeado pelo setor público focalizado em processos básicos para a população como educação e saúde pode elevar a qualidade de vida e expandir a liberdade sem que haja, necessariamente, um forte crescimento econômico.

Os desafios da sustentabilidade se impõem aos dias atuais. Até hoje não se encontrou um caminho que seja aceito por todos para o desenvolvimento sustentável. Houve inúmeras tentativas nas diversas conferências mundiais organizadas pela ONU, entretanto, o impasse permaneceu. O desafio de se implantar um desenvolvimento sustentável é bem maior e mais profundo do que o de se chegar a um consenso sobre sua definição. Maurice Strong, que foi secretário geral da RIO-92 e primeiro diretor executivo do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP), definiu essa dificuldade assim durante a conferência do Rio de Janeiro (informação verbal): “desenvolvimento sustentável envolve um processo de mudanças profundas na ordem política, social, econômica, institucional e tecnológica, incluindo a redefinição das relações entre os países em desenvolvimento e desenvolvidos” (STRONG, 1992).

¹⁶ Os afro-americanos, que possuem uma renda per capita bem mais elevada que a dos chineses ou indianos, possuem em relação a estes taxas de expectativa de vida e de qualidade de vida no geral mais baixas. Isso quer dizer que os negros americanos apresentam uma privação de suas liberdades bem maior do que a de indianos ou chineses, embora possuam uma renda mais elevada (SEN, 2000).

3. COMO O TURISMO SE DESENVOLVEU NO CEARÁ E NO NORDESTE BRASILEIRO

Como atividade multidimensional que tem como principal matéria-prima os recursos naturais, históricos e culturais, o turismo constitui-se em um fenômeno das sociedades contemporâneas, marcadas pela crescente busca de recuperação dos desgastes físicos e mentais do cotidiano urbano-capitalista (RODRIGUES, 1999, p. 35).

O desenvolvimento de um olhar voltado para o mar e o crescente desejo pela praia é fruto de um processo complementar entre diversos fatores. Os aspectos sociais, econômicos e tecnológicos se somaram para permitir o desenvolvimento de um novo interesse pelo litoral, agora ligado ao lazer. A emergência de valores, hábitos e costumes transformaram o mar e o litoral, espaço antes envolto em mistérios e visto com certo temor, em local atrativo para a sociedade moderna. Essa mudança de paradigma em relação ao mar se dá de forma lenta e progressiva nos chamados países desenvolvidos e se espalha por suas áreas de influência, entretanto, se desenvolvendo de forma característica quando se encontra com as próprias modificações culturais de cada localidade. Esse interesse crescente pelo mar é essencial para que se possa entender o turismo contemporâneo em grande parte pensado para atender à demanda constante pelos espaços litorâneos e, principalmente, o turismo desenvolvido no Nordeste do Brasil, que tem como um dos principais atrativos os 3.306 km de litoral banhados pelo Oceano Atlântico (o que representa 44,9% da costa brasileira).

Essa influência do modo de vida Ocidental modificou os espaços litorâneos do Nordeste através da adoção de algumas práticas que se transformaram em um consolidado turismo litorâneo, passando a representar um forte vetor de crescimento econômico, o que incentivou a ação do Estado através de políticas públicas para desenvolver o turismo, o que desembocou em mudanças mais profundas no espaço, fechando um ciclo de causa e consequência que se retroalimenta. A opção adotada pelos planejadores de então por incentivar um desenvolvimento baseado nas formas hegemônicas de turismo (pensamento global x ação local) trouxe impactos ao ambiente e ao meio cultural das sociedades que “receberam” o turismo, o que ocasionou embates principalmente com os tradicionais moradores destas áreas (pescadores, indígenas, entre outros), que passaram a ser “expulsos” de seu território, culminando com a emergência de uma nova forma de se pensar e fazer turismo, o turismo comunitário.

3.1. A INFLUÊNCIA OCIDENTAL NO PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DAS ZONAS DE PRAIA

O Brasil se caracteriza por ter recebido influência das mudanças de atitude ocidentais, principalmente àquelas que vieram com a racionalidade higienista e com a arte elitista de morar na praia, seja ocasionalmente (vilegiatura) ou permanentemente. Dantas (2011) afirma que a matriz da transformação do relacionamento das sociedades humanas ocidentais com o mar se dá entre os séculos XVI e XVIII (como regra, já que os antigos gregos são uma exceção e se encaixam em outra perspectiva), quando os europeus se lançam aos mares impulsionados pelo desejo de aumentar o comércio e pelas novas tecnologias que surgem (bússola, astrolábio, etc.). Durante essa época, o mar ainda representava um ambiente hostil, era através dele que muitas invasões se davam, assim como as tempestades que provocavam inúmeros naufrágios. O mar era um ambiente restrito aos desbravadores, aventureiros e afins.

Desta forma, a mudança do pensamento em relação ao mar se dá lentamente na Europa através do surgimento de algumas características, por exemplo, com o advento da Oceanografia, que desvenda muitos dos “enigmas” que eram representados pelo mar (DANTAS, 2011). Ao lado desse avanço da ciência também se dá a valorização da praia e do mar pelos românticos, que tratam de divulgar essas “belezas” e a influenciar o restante da população. A medicina também tem papel importante na mudança de conceito sobre o mar, pois, de acordo com os avanços científicos, passa a indicar banhos de mar como forma de tratamento terapêutico. Para Claval (2004), as inovações trazidas da Europa penetram em terras brasileiras principalmente através do Rio de Janeiro, se alastrando posteriormente para outras cidades. Em fins do século XIX e começo do XX a cidade do Rio de Janeiro começa a perceber uma valorização das práticas marítimas modernas associadas ao tratamento terapêutico, o que provoca algumas mudanças estruturais na cidade (o túnel que liga a praia de Botafogo à praia de Copacabana, por exemplo, foi construído em 1892 para atender à crescente demanda pelas praias). O movimento em direção às praias da cidade aumenta no período entre guerras devido à valorização social de se morar na praia e provoca mudanças estruturais ainda mais profundas, como a criação de mais túneis para se transpor a complicada geografia carioca e alcançar mais facilmente determinadas praias.

Já nas principais cidades nordestinas a valorização do litoral se dá primeiro como forma de tratamento de doenças pulmonares devido aos supostos benefícios que o ar da costa teria em consonância com o pensamento científico difundido à época, pensamento este oriundo da teoria de Lavoisier sobre a importância do bem respirar (no Nordeste a introdução dos banhos de mar como terapia não obtêm forte adesão da sociedade). Contudo, assim como

aconteceu no Rio de Janeiro, também houve uma valorização social em se morar na praia, todavia, fruto de um processo mais caracterizado pela vilegiatura do que pelas residências permanentes (DANTAS, 2009). Na capital cearense, por exemplo, a região da Praia de Iracema percebe um grande processo de valorização de seu espaço, principalmente a partir da década de 1930, como demonstra a figura 01 (vale destacar as residências com suas entradas voltadas para o interior da cidade, dando as “costas” para o litoral, demonstrando a pouca importância dada para o mar). Recife passa por semelhante processo um pouco mais tarde, na década de 1950. Dantas (2009, p. 24) afirma: “é neste quadro que se pode escrever o desejo pelo mar no Brasil, próximo daquele da invenção da praia no Ocidente”.

Figura 01: Avenida Beira-Mar, 1935



Fonte: Arquivo Nirez.

Linhares (1992) inclusive cita uma linha evolutiva que se inicia com um movimento produzido na França, depois na Bélgica, se espalhando para a América do Sul através de Viña Del Mar/Chile e Punta Del Este/Uruguai, até chegar às praias do Rio de Janeiro. O autor inclusive fala da importância da aristocracia brasileira como difusora de opiniões e formadora de modismos, aristocracia esta influenciada principalmente pela intelectualidade francesa. Como exemplo, o imperador D. Pedro II ao se tornar adepto do banho de mar como tratamento terapêutico, se torna também um dos maiores divulgadores desta prática marítima entre seus conterrâneos. Porém, a valorização do mar percebida ao longo do tempo no país não foi simplesmente uma forma de imitação dos valores europeus. No Brasil, este processo também teve suas peculiaridades e características intrínsecas às regiões brasileiras, tornando-se muito mais complexo e variado. É justamente ao simplificar este processo que Linhares se equivocou.

Vale destacar que, em um primeiro momento, Fortaleza não percebe uma mudança significativa da urbanização e da infraestrutura das zonas de praia enquanto valorização pelas práticas terapêuticas do início do século XX. A figura 02 mostra a região do Mucuripe em meados da década de 1950, região que hoje representa uma das áreas mais valorizadas da cidade. À época, com uma incipiente infraestrutura provocada pelo crescente número de residências de veraneio na região da praia de Iracema, além da proximidade com o Porto, é claro. Em relação às peculiaridades do processo de valorização do litoral pelas sociedades nordestinas, a valorização das zonas de praia não resultou de uma simples transferência de informação de um grupo que detêm o saber para outro, a própria elite incorporou de forma diferente os valores oriundos da Europa.

Figura 02: Dunas do Mucuripe, anos 1950.



Fonte: Arquivos do IBGE.

Embora em terras cearenses a influência dos valores sobretudo franceses tenha sido forte, inclusive com a elite local mantendo estreitos laços comerciais e culturais com a França, nem tudo ocorreu nos moldes europeus (DANTAS, 2011). Em Fortaleza, a beira-mar era ocupada pela atividade portuária, o que dificultava em muito a apropriação do espaço pelas classes abastadas para quaisquer outros fins. A intensa atividade comercial gerada pelo Porto ao mesmo tempo em que afastava a classe abastada da região litorânea também trazia da Europa, além de mercadorias, valores culturais. E assim, a sociedade cearense se fazia saber do que acontecia no velho continente, incorporando muitos dos hábitos trazidos de lá, com a singularidade de os indivíduos poderem recusar ou dificultar a adoção de determinados costumes.

Para se ter uma ideia de como a sociedade local absorvia os valores europeus e modificava-os, Paiva (1971) aborda como o primeiro tipo de prática terapêutica ligada à praia adotado pelos europeus (o banho de mar) chega aos fortalezenses. Estes, quando passam a adotar a prática, realizam-na por meio de estabelecimentos especializados (principalmente antigas casas de campo religiosas), que ao contrário do que ocorria na Europa, não tinham uma normatização médica específica, eles simplesmente abrigavam os doentes em busca de cura, dando-lhes total liberdade na hora dos banhos. Os banhos de mar não se popularizam muito devido ao discurso médico local que não os via como provedor de grandes benefícios. Para a medicina local, a grande qualidade do ar causada pela proximidade com o mar era o que diferenciava a cidade de Fortaleza (DANTAS, 2009). E foi com esta fama que a cidade passou a abrigar muitos doentes de tuberculose e outras doenças pulmonares para tratamento (a temperatura, a umidade e a pluviosidade locais, aliadas aos fortes ventos, fizeram a imagem de Fortaleza como ideal pra o tratamento destas doenças em detrimento de outras cidades litorâneas como Natal e Recife).

Aos poucos, a qualidade do ar deixou de ser característica das áreas próximas à praia e passou a ser identificada com toda a cidade. As qualidades do ar das regiões montanhosas do Ceará também foram identificadas, levando muitos doentes a se tratarem por lá. Dantas (2009) traz uma análise sobre a importância de Fortaleza como acolhedora de pessoas com tuberculose demonstrando que um quinto dos mortos enterrados no cemitério São João Batista em 1894, o maior da cidade à época, tiveram o óbito atribuído a doenças respiratórias. O contingente de pessoas que aportavam em Fortaleza para tratamento era tão grande que as autoridades se preocupavam com uma possível epidemia causada pela contaminação da população autóctone. Studart¹⁷ (1909) fez um estudo aprofundado demonstrando o impacto que a vinda destas pessoas provocou no Estado.

3.2. AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO: O MAR VIROU SERTÃO

As cidades litorâneas nordestinas tinham a característica de se voltarem para o continente, dando pouca importância para o mar. Essa característica era fruto da maneira como as cidades foram pensadas e se desenvolveram ao longo do tempo. O território

¹⁷ Studart (1909) afirma que, durante a década de 1900, o número de mortos vítimas de tuberculose em Fortaleza aumenta progressivamente – 186 em 1906, 226 em 1907, 193 em 1908 – elevando a taxa de mortalidade em números absolutos da cidade (18,51% em 1907) para patamares bem acima de cidades mais populosas, como São Paulo (7,3% em 1907). Embora Studart aponte outros fatores que também influenciaram o crescimento dos óbitos, para ele o grande número de doentes provenientes de outros estados e a crença da não contaminação representaram fatores primordiais para a elevação da taxa de mortalidade (1909, *apud* DANTAS, 2009, p. 34).

cearense, por exemplo, foi ocupado principalmente através das áreas interioranas em detrimento do litoral devido a alguns fatores, como explica Dantas (2011, p. 15):

No Ceará colonial, o litoral não constitui ponto de penetração. Embora a ocupação inicial ocorra sobre esta parcela do território, aspectos tecnológicos, naturais e simbólicos apresentaram-no como quadro impróprio à penetração e justificador do fraco desenvolvimento desta zona, em relação ao sertão.

É interessante apontar que as primeiras tentativas de ocupação do território cearense começam pelo litoral justamente como estratégia de defesa do território, com a construção das primeiras vilas – Aquiraz (1699) e Fortaleza (1725) – antes que outras vilas interioranas ganhassem maior projeção devida sua maior importância econômica. É essa relevância econômica, primeiro através da pecuária e posteriormente através da cultura algodoeira, que caracterizou a ocupação do Ceará. Vale destacar a resistência da população indígena que habitava essas áreas, o que impossibilita um crescimento mais rápido das cidades litorâneas. Grande parte desta população autóctone habitava as zonas de praia, caracterizadas pela pesca, o que deu origem a muitas comunidades de pescadores que ainda habitam muitas destas áreas. Vale destacar que esse processo de formação do território cearense vai à direção oposta ao que foi verificado no restante do país como praxe. De acordo com Andrade (1995), a ocupação do território brasileiro se deu predominantemente através do litoral, onde o cultivo da cana-de-açúcar encontrou terrenos férteis para se desenvolver, além dos cursos de rios caudalosos, importantes para a navegação. É nestas áreas que as primeiras Vilas floresceram e se desenvolveram. Voltando para o período colonial e o processo de formação e ocupação do território cearense, Pontes (2009) destaca a importância do mercado interno para o Ceará, que beneficiava e exportava carne para as principais regiões do Brasil.

Neste período colonial, portanto, o gado foi o grande responsável não apenas pela permanência do homem no sertão, mas também pela movimentação e expansão destas áreas e, posteriormente, pelo início da urbanização. Além disso, surgiram diversas outras Vilas que assumiram funções de destaque na economia sertaneja, seja como entreposto para parada e recuperação do gado, no cruzamento de rotas para o mercado, ou ainda nas cidades litorâneas, que se especializaram no beneficiamento da carne salgada com destino a locais mais longínquos. Dentre as Vilas erigidas pelo maior peso da atividade pecuária destacam-se: Icó, Sobral, Quixeramobim, Russas e Tauá (PONTES, 2009, p. 25).

O período das charqueadas no Ceará começa a declinar no final do século XVIII, quando o Rio Grande do Sul passa a dominar o mercado, contudo as cidades que participavam do processo de produção, beneficiamento e distribuição da carne já haviam se tornado as principais da região, percebendo um grande crescimento e desenvolvimento, notadamente Aracati, Sobral e Icó. Aracati e Sobral (esta era a Vila que administrava a região de Camocim, possuidora de um importante porto) eram pontos importantes de escoamento da produção,

pois detinham as características naturais necessárias para ser um entreposto marítimo. Vale destacar também que apenas em 1799 o Ceará se torna uma província independente, separando-se da província de Pernambuco. De acordo com Pontes (2009, p. 20): “isto significou que, durante todo período do gado e do charque, parte da riqueza produzida pelo território cearense fora destinada ao território pernambucano, além da metrópole portuguesa colonizadora”.

É a partir deste momento que Fortaleza começou a ganhar *status* de cidade importante, pois durante o século XIX o algodão ganhou importância como produto de exportação, garantido seu escoamento pelo litoral de Fortaleza (a produção algodoeira começa a se destacar já no final do século XVIII, mas devido à subordinação do Ceará à província de Pernambuco não se percebe um grande crescimento das exportações). Devido a vários fatores internos e externos (a guerra civil dos EUA¹⁸, até então o grande fornecedor de algodão para a indústria europeia, além da abertura dos Portos em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, entre outros), o chamado ciclo do algodão traz um grande crescimento econômico para o Ceará e, conseqüentemente, para sua capital. De acordo com dados trazidos pelo IPLANCE (1982), é construída uma vasta infraestrutura ligando os polos produtores à Fortaleza, além da construção de um porto mais moderno para escoar essa produção (o trapiche do porto de Fortaleza é inaugurado em 1857), além de uma forte política fiscal que buscava aumentar a competitividade da capital frente às outras cidades (os produtos escoados pelo Porto de Fortaleza pagavam até 50% menos taxas do que se fossem escoados por outras cidades).

Começou a se perceber o florescimento de uma elite em Fortaleza, beneficiária das exportações de algodão. A cidade passou a dominar e controlar as regiões produtoras. Para Dantas (2011, p. 26) isso permite “a afirmação da capital no quadro urbano estatal: de cidade de terceira ordem e posicionada em oitavo lugar, no século XVIII, torna-se cidade de primeira ordem, no século XIX, e classificada em segundo lugar, perdendo somente para Sobral”. É interessante destacar que outros produtos agrícolas obtiveram importante participação na economia do Estado em determinados momentos dos séculos XIX e XX, como o açúcar e o café, que também eram exportados pelo litoral fortalezense, o que legitimava ainda mais o crescimento de Fortaleza frente às cidades que participaram do ciclo

¹⁸ De acordo com o IPLANCE (1982, p. 36): “a expansão das exportações de algodão acentua-se no século XIX, graças à demanda por matérias-primas, provocada pela Revolução Industrial”.

da carne (neste processo, as ferrovias construídas ao longo do século XIX ligando as cidades do maciço de Baturité à Fortaleza foram essenciais).

A importância econômica do sertão em detrimento ao litoral era tal que se refletia no padrão adotado pela arquitetura e pelo urbanismo da capital. Dantas (2011) cita o modo como Fortaleza foi planejada por Adolfo Herbster no século XIX como um exemplo que diz muito sobre a forma como o mar era percebido pelos fortalezenses. O seu plano para Fortaleza não levava em consideração as áreas litorâneas. Nele, o crescimento da cidade era orientado para a região Oeste (atual Avenida do Imperador), Leste (atual Avenida D. Manuel) e Sul (atual Avenida Duque de Caxias). A zona Norte, constituída pelas zonas de praia, não tinha grande importância e limitava-se à zona do Porto. Mesmo as casas que se situavam à beira-mar tinham a frente voltada para o interior e não, como praxe atualmente, voltada para o oceano, como observado na figura 01. A orientação da cidade voltada para o interior evidencia os interesses da classe abastada. Na figura 03 se pode observar, pela vista aérea de Fortaleza, que as zonas de praia tinham pouca relevância, com a exceção da zona do Porto, em contraposição ao pulsante centro da cidade, região comercial.

Figura 03: Vista aérea da cidade de Fortaleza, anos 1930.



Fonte: Arquivo Nirez.

E esse foi um traço característico do processo de formação de praticamente todas as principais cidades do Nordeste. A forma como a Capitania da Bahia foi estruturada, por exemplo, reforça esta racionalidade. De acordo com Vasconcelos (2000), os diversos agentes modeladores do espaço, ao construir Salvador, o fazem priorizando o Forte, estratégico para a

defesa do território, e o Porto, para escoar a produção principalmente da cana-de-açúcar vinda do recôncavo baiano, além de representar a porta de entrada dos viajantes vindos de Portugal. As inovações tecnológicas, como a construção das ferrovias e os navios a vapor, só reforçam essa característica. A cidade se constrói para o Porto e sua função comercial. As zonas de praia vão ser ocupadas pelas classes menos abastadas, principalmente formada por migrantes vindos do interior e que não têm condições de morar nas regiões construídas por e para a classe rica. Essas pessoas foram ocupar os terrenos de marinha, onde também residiam alguns pescadores (as vilas de pescadores são um traço característico de todo o litoral do Ceará ao longo de sua formação), porém na impossibilidade de serem integrados às vilas de pescadores, foram ocupar áreas adjacentes, impulsionando o surgimento das primeiras favelas (a favela do Arraial Moura Brasil e o Pirambu, demonstrado na figura 04, são exemplos deste processo).

Figura 04: Vista aérea do bairro Pirambu, zona Oeste do litoral de Fortaleza.



Fonte: Arquivos do IBGE (2010).

Foi devido à exportação de algodão que a elite fortalezense começou a estreitar laços com o marítimo. Foi essa elite formada pela bonança econômica do sertão que propiciou a criação de uma demanda pelo lazer marítimo *a posteriori*. E foi esse lazer que expandiu a ocupação da costa, quando as classes mais abastadas se renderam ao veraneio e aos banhos de mar, expulsando os antigos habitantes destas áreas. O crescimento do interesse pelo mar provocou mudanças na estrutura da orla marítima. A paisagem se modificou com a construção das segundas-residências, substitutas dos antigos vilarejos de pescadores. A cidade passou a ser palco de conflitos entre os espaços de consumo do lazer e os espaços da produção, o que

ocasionou o distanciamento dos pescadores e das classes pobres do litoral à medida que a elite se apoderava da beira-mar. Como aborda Lefebvre (2000) em outro contexto, no espaço de consumo assiste-se à transformação da natureza em mercadoria. É entre as décadas de 1940 e 1970 que as zonas litorâneas de Fortaleza começaram a ser ocupadas de forma mais intensa. O novo ciclo de crescimento econômico da cidade percebido a partir de meados do século XX (notadamente devido às políticas industrializantes dos anos 1960) e o forte crescimento demográfico observado neste período contribuíram para o agravamento do quadro. Mesmo que a capital do Ceará tenha percebido um forte crescimento populacional desde meados do século XIX, esse crescimento se acelerou de forma imprevisível durante o século XX, como explica Silva (2000, p. 221):

Desde 1860, verificava-se que a população de Fortaleza tornara-se a mais representativa do Estado. Assim, entre 1890 e 1920, a população estadual mudou de 806 mil para 1.319 mil habitantes, enquanto Fortaleza variou de 41 mil para 79 mil habitantes. Mas, duas décadas depois, em 1940, a população cearense quase duplicara (chegou a 2.091 mil pessoas), enquanto a fortalezense crescera duas vezes mais (180 mil hab.).

Algumas peculiaridades caracterizaram o processo de ocupação da zona litorânea de Fortaleza, demarcando os espaços entre pobres e ricos de forma concreta. A construção de um emissário submarino para despejar o esgoto da cidade ao mar, por exemplo, é um dos fatores que possibilitou o afastamento da classe abastada do litoral Oeste da cidade (como pôde ser visto na figura 04, o litoral Oeste é palco de um dos maiores aglomerados subnormais urbanos do país de acordo com classificação do IBGE, o bairro Pirambu), assim como a construção do Porto do Mucuripe no litoral Leste, que provocará erosão na praia, e o antigo espaço destinado ao Poço das Dragas (próximo ao Centro), que serão predominantemente habitados por comunidades pobres. A junção de todas essas características permitirá que a região do Meireles desponte como a zona de praia mais valorizada da cidade, legitimada pelo Plano Diretor de 1962 e pela construção da Avenida Beira-Mar em 1963, em processo influenciado pela pressão por demanda de infraestrutura naquela região (na figura 05 pode-se ver a avenida beira-mar e toda a nova infraestrutura da área voltada para o lazer marítimo em contraste com a infraestrutura ainda precária representada na figura 01). De acordo com Matos; Vasconcelos (2012), essa divisão “física” dos espaços litorâneos da cidade já estava prevista no “plano diretor de remodelação e extensão da cidade de Fortaleza”, projetado por Saboya Ribeiro em 1947 e que serviu de base para o Plano Diretor de 1962. Alguns pescadores, principalmente no Mucuripe, resistem a

esse processo e fincam moradia até meados dos anos 1990, quando as aglomerações de pescadores se tornam bem mais escassas.

Figura 05: Avenida Beira-Mar, década de 1970.



Fonte: Girão (1998).

A partir da década de 1970, o processo de valorização das zonas de praia se amplia, quando o veraneio atingiu outros municípios do Ceará, sujeitando os espaços às demandas de uma sociedade de lazer em expansão (ARAÚJO; PEREIRA; PAULA, 2010). A partir daí, se percebeu um processo de urbanização semelhante ao ocorrido em Fortaleza, com a chegada de uma infraestrutura mínima que permitiu o desenvolvimento de atividades de veraneio e lazer no restante do litoral cearense iniciando-se pelas regiões próximas à capital. É nesse período que se começou a perceber um crescente fluxo turístico para a cidade, com a construção na praia de Iracema e no Meireles de alguns hotéis para receber essa demanda caracterizada, principalmente, por pessoas oriundas da região Sudeste do país (DANTAS, 2009). Foi essa demanda por zonas de praia que influenciou os governos do Nordeste a terem foco maior de seus esforços no desenvolvimento turístico de toda a região, de forma mais ampla a partir da década de 1980.

3.3. A EMERGÊNCIA DO TURISMO LITORÂNEO E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA

O turismo litorâneo, antes uma atividade basicamente realizada pela elite, se popularizou nos países desenvolvidos graças às mudanças no quadro socioeconômico que suscitaram aumentos nas rendas das famílias médias, proporcionando o advento do turismo de

massa no Ocidente em processo mais característico do pós-guerra em meados do século XX (BOYER, 2003). Muitos autores colocam o desenvolvimento da atividade turística como algo inerente ao ser humano, o desejo de conhecer novos ambientes. Outros falam até da contraposição à sedentarização progressiva das comunidades humanas como incentivadora do turismo. Mas foram algumas características específicas que possibilitaram o crescimento desta atividade tal qual se conhece atualmente. Becker (2001, p. 2) afirma que:

[...] a expressão madura do turismo pressupõe a moderna sociedade capitalista. Foi no século passado, a partir da ampliação da escala da acumulação de capital e das inovações da tecnologia de transporte, com a ferrovia e a navegação a vapor, que grupos sociais puderam gastar dinheiro com o turismo tal como nós hoje entendemos tal atividade.

Dumazedier (1962) ainda cita como causa da popularização do turismo a consolidação das políticas sociais garantidoras dos direitos trabalhistas como as férias remuneradas, que permitirão um tempo livre dedicado ao lazer do trabalhador. Boyer (2003) é mais específico ainda ao citar o ano de 1936 como basilar para a massificação da atividade turística, com o advento dos direitos trabalhistas na França, depois se irradiando para outros países. A promoção da atividade turística torna-se uma nova fronteira de acumulação capitalista com uma característica nova: a condição de se agregar aos espaços produtivos pré-existentes sem competir diretamente com eles. As mudanças que transformaram o alcance do turismo se deram com a massificação dos padrões de consumo trazidos pelas políticas econômicas do *welfare state*, originadas principalmente nos países capitalistas centrais nos anos posteriores à segunda guerra. As pessoas oriundas dos países desenvolvidos passaram a demandar espaços de países tropicais cada vez mais distantes, como as Antilhas, por exemplo, que se tornou um grande destino turístico para norte-americanos. Em resposta a essa demanda específica a oferta se moldou e “criou” lugares específicos, descaracterizados e descontextualizados, que se aproximam do conceito de “não-lugar”¹⁹, defendido pela antropologia. Um dos casos mais notórios em que o espaço foi profundamente modificado

¹⁹ O não-lugar é um conceito criado por Marc Augé na década de 1990 e que se caracteriza como o inverso dos lugares antropológicos. Estes são fruto de uma forte relação entre o espaço e o social, se colocando como identitários, autênticos, históricos e relacionais (SÁ, 2006). A sociedade atual se caracteriza pela velocidade e pelo consumo, onde os atores sociais se relacionam com o espaço e entre eles através de uma lógica funcional, cuja preocupação primordial é tornar a movimentação e a satisfação das necessidades mais rápida. Daí, o surgimento de não-lugares “clássicos” para representar essa necessidade de velocidade, de fluidez, como supermercados, aeroportos e estradas, como afirma Kundera (*apud* SÁ, 2006, p. 180), “a estrada distingue-se do caminho [...] por ser uma simples linha ligando um ponto a outro. [...] O caminho é uma homenagem ao espaço. Cada trecho do caminho é em si próprio dotado de um sentido e convida-nos a uma pausa”. Esse conceito se adequa justamente às transformações que o turismo imprime em um território, na modificação das relações das sociedades com o espaço e até mesmo entre elas.

para atrair uma demanda específica de turistas é a praia de Cancun, no México²⁰. É o auge do chamado turismo industrial (ZAOUAL, 2009).

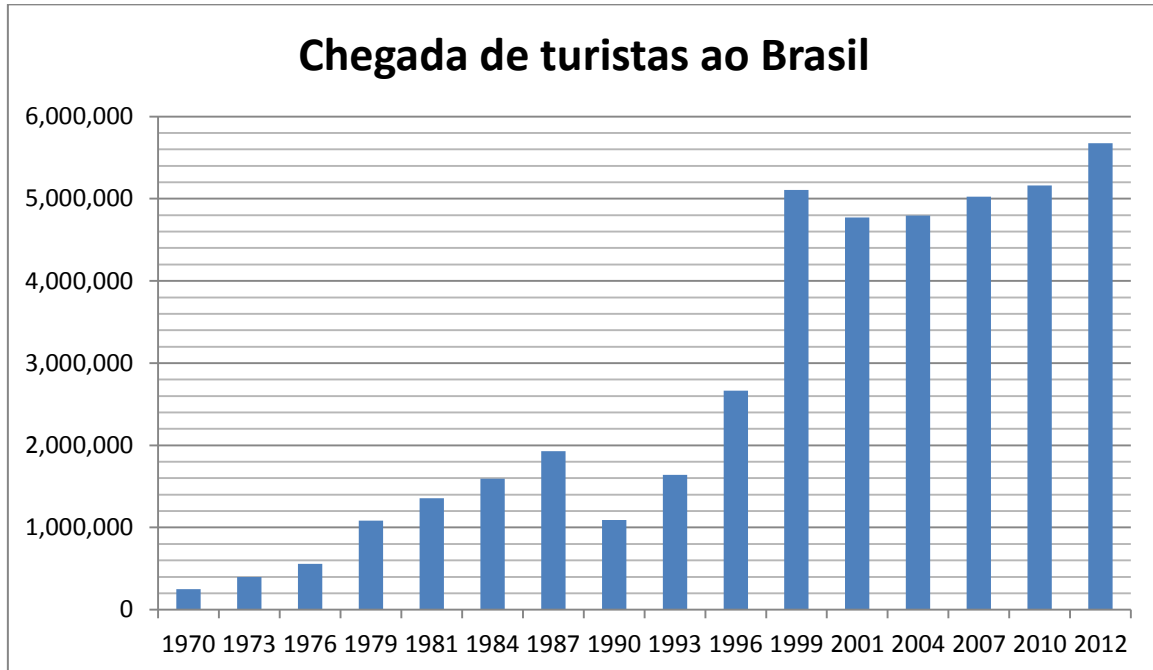
Todavia, o turismo induzido por uma forte demanda externa é apenas uma característica de “desenvolvimento”. As próprias Antilhas são um exemplo claro de nação que planejou um turismo baseado na demanda dos países desenvolvidos. As características socioeconômicas e ambientais do país podem explicar em parte esta forma de desenvolvimento. Para muitos pesquisadores foi este modelo de crescimento, orientado pela demanda internacional, que se deu nos países emergentes, tornando a forma hegemônica. Contudo, têm-se países que conheceram um crescimento influenciado tanto por uma demanda externa como interna, caracterizados por uma elite local forte que participou do processo de valorização dos espaços turísticos.

O México, por exemplo, percebeu um desenvolvimento turístico influenciado pela demanda externa (como visto no caso de Cancun) eminentemente norte-americana, mas também percebeu uma aquecida demanda interna, impulsionada pelo crescimento da infraestrutura voltada para receber os turistas norte-americanos e por um processo de desenvolvimento socioeconômico semelhante ao ocorrido nos países desenvolvidos. Já o Brasil conheceu um desenvolvimento turístico característico, pois foi fortemente influenciado pela demanda doméstica, tradicionalmente realizada por uma elite abastada a partir da década de 1920, mas que se popularizou quando se formou uma classe média forte no país apenas nos anos 1970 (CARVALHO, 2009). Essa característica foi facilitada pela relativa distância geográfica em relação aos principais países emissores (Europa Ocidental e EUA). Os fluxos turísticos internacionais em direção ao Brasil se fortaleceram apenas a partir da década de

²⁰ Em Cancun foi construído um moderno complexo turístico na década de 1970, situado na península de Yucatán, pensado de acordo com a crescente demanda dos países desenvolvidos por um turismo litorâneo nos moldes do *taylorismo-fordismo* (com segregação entre os espaços de produção e consumo, por exemplo). Cancun foi eleita pelo governo mexicano como o modelo de um crescimento econômico orientado pelo turismo. Torres; Momsen (2005) afirmam que essa transição rápida de um território “vazio” que passa a se inserir em uma demanda de um turismo de massa criou novas relações de dependência. Os impactos negativos oriundos desse projeto começaram a se agravar quando, a partir da década de 1980, o *resort* se ampliou para um turismo realmente de massas, onde antes havia apenas uma demanda por um *playground* exótico. O *resort* privatizou a praia e dividiu a sociedade local em dois “mundos” segregados – de um lado, uma paisagem construída que traz a ideia de progresso, de outro, o subdesenvolvimento população local. Como explicam Torres; Momsen (2005, p. 314), “Cancun se transformou em um simulacro – uma reprodução e representação artificial do ambiente físico de Yucatán e do patrimônio cultural Maia manifestados em uma paisagem física e social construída – e o resultado é a ‘Gringolândia’, um dinâmico ‘espaço-híbrido’ nos quais os elementos culturais mexicanos, americanos e maias são reconstituídos para uma consumação turística” (tradução nossa). Cancun se tornou um paradigma do turismo pensado de forma global e da mercantilização do patrimônio natural e cultural, pois representa um território apartado de seu contexto, não reconhecido por seus habitantes e inserido em um processo de “espetacularização”. Um lugar que não pertence a lugar nenhum.

1980 e 1990, como demonstra o gráfico 02, mesmo assim a demanda interna continuou puxando a evolução do turismo (MTur, 2013).

Gráfico 02: Chegada de turistas ao Brasil (1970/2012).



Fonte: Ministério do Turismo, MTur (2013).

No Ceará, é a partir da década de 1980 que se começa a construir um turismo voltado para o exterior. O papel de Fortaleza se torna estratégico como ponto de recepção e distribuição dos turistas a partir da construção de um Aeroporto Internacional e através da construção de um sistema de vias e serviços turísticos. Fortaleza desponta como cidade litorânea que começa a manipular diretamente as zonas de praia dos Municípios costeiros cearenses. A cidade vira seus tentáculos para a zona costeira. Todos os esforços do governo e da iniciativa privada para o setor turístico se voltam para a beira-mar, legitimando racionalidade de ocupação paralela à zona costeira. Começa-se também a construção da imagem de *Terra do Sol* para consolidar a valorização dessa zona de praia (DANTAS, 2009).

Se antes a valorização dos espaços litorâneos estava ligada a grupos locais que buscavam algumas atividades marítimas, agora esses espaços estavam orientados por uma lógica internacional relacionada ao turismo (DANTAS, 2009). O turismo litorâneo, já bastante difundido em outros países tropicais impulsionado principalmente pela demanda por espaços de lazer marítimo vinda dos países desenvolvidos, até percebeu um desenvolvimento tardio no Nordeste brasileiro. Isso pode ser representado através da inexistência de políticas públicas que focalizassem o turismo. Apenas com o PRODETUR/NE (Programa de

Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), no começo da década de 1990, é que se elaborou uma estratégia desenvolvimentista integrada (e com altos investimentos) para a região baseada no incremento da atividade turística. A partir deste momento, o turismo litorâneo se concretizou e passou a ser empreendido em larga escala no litoral nordestino, transformando as zonas de praia em mercadoria nobre e modificando radicalmente a paisagem litorânea a partir das capitais (ARAÚJO; PEREIRA; PAULA, 2010). As áreas tradicionalmente ligadas à pesca e ao Porto são agora destituídas. Esse processo, que tem início com a vilegiatura marítima e encontra seu ápice no turismo litorâneo, provoca a inserção de novos atores e a expulsão dos antigos habitantes, assim como, paradoxalmente, o fortalecimento dos movimentos de resistência (DANTAS, 2005).

Junto com a lógica de desenvolvimento do turismo adotada pelos planejadores veio atrelada a necessidade de construção de uma imagem turística. Imagem esta engendrada em consonância com a racionalidade criada nas cidades litorâneas dos países em desenvolvimento que já conheciam um forte fluxo internacional de turistas, ou seja, havia um modelo internacional de desenvolvimento do turismo a ser seguido. A formação dessa imagem turística das cidades também teve um forte caráter político, pois foi utilizada de forma a representar símbolo de sucesso e viabilidade do governo. Este quadro é característico do ocorrido no Ceará, que criou a imagem de *Terra do Sol*, como já destacado. Nas palavras de Dantas (2009, p. 53): “trata-se de imagem concebida além daquela de nação, inscrita no sistema mundo, e construída pela nova elite política local em conformidade com uma consciência turística que a torna o espelho do novo governo”. Essa nova imagem de um Ceará moderno contrapõe-se à imagem trágica associada ao imaginário social da seca e da pobreza. Imagem histórica esta associada ao sol inclemente que castigava os cearenses provocando o flagelo da seca e agora proporciona muitas horas de lazer aos visitantes (DANTAS, 2009). Na figura 06 pode ser observada a publicidade oficial do *slogan* do Estado posta em uma das principais vias de acesso ao Aeroporto Internacional de Fortaleza.

Figura 06: Imagem colocada no viaduto da Avenida Senador Carlos Jereissati próximo ao Aeroporto Internacional de Fortaleza.



Fonte: Acervo do autor (2006).

Esse determinismo natural em que estava submetida praticamente toda a região Nordeste era em grande parte sustentado pela própria elite política da região. Esta encontrava na seca o seu sustentáculo político, a base para sua manutenção no poder. Essa elite política conseguia abundância de recursos oriundos do governo federal, monopolizando a aplicação destes recursos de acordo com seus interesses, inclusive para manter a população local submissa. Pontes (2009) cita a criação do IOCS (Inspetoria de Obras Contra as Secas) como um exemplo da forma como o poder político local utilizava a questão hidráulica como estratégia para obter recursos federais, destinados sempre a favorecer as oligarquias dominantes. De acordo com Cordeiro (2000, p. 140), “a seca afetaria o sistema político, pois intensificava a dependência local ao governo central; ao mesmo tempo, permitia o favorecimento, a barganha e a corrupção nas eleições”. Ainda de acordo com a autora, a política local possuía uma relação estreita de dependência com a seca.

Isso contextualiza o processo de oposição política enfrentado ao se tentar a “nova imagem” turística para o Estado. Contudo, o objetivo foi alcançado à medida que rompeu com o quadro imaginário clássico de penúria nordestina causada pela seca. Embora não se possa falar de uma substituição total da imagem associada ao Estado e sim de uma diversificação ou associação nova à imagem clássica consolidada no imaginário nacional. Em relação ao quadro político, também não se pode falar apenas de uma substituição de papéis, já que o cenário político local permaneceu pouco alterado, com as novas lideranças não rompendo de forma

total com as antigas forças e o clientelismo seguindo como forte característica, principalmente nas regiões interioranas. O turismo agora seria a nova “menina dos olhos” do governo. O Ceará e o Nordeste de uma maneira geral se consolidaram no imaginário popular como um destino turístico, principalmente incentivado por seu patrimônio natural, particularmente seu litoral. Isso se dá de acordo com um modelo “importado”, notadamente influenciado pelo que ocorreu no México (o “modelo” de Cancun).

Voltando para a questão da criação de uma identidade, de uma marca que remetesse imediatamente ao litoral nordestino, alguns autores colocam isso como um fator essencial para o desenvolvimento do turismo. Middleton; Clarke (2002) afirmam que é necessário a identificação, o posicionamento e a criação de uma marca para os países, destinos ou regiões nas mentes dos visitantes potenciais e assim diferenciá-los dos demais. Os consumidores, antes acostumados a associar a questão econômica a produtos palpáveis, agora associam os produtos aos sentimentos, aromas, cores, às experiências em geral. E é esse o nicho de atuação da atividade turística. Carvalho (2009, p. 11) aborda a importância de se criar uma imagem para o turismo:

Fixada a ideia de que uma viagem não é só chegar a um lugar, mas de uma descoberta de objetivos e emoções [...] o cenário torna-se perfeitamente favorável para desenvolver o chamado “turismo de sensações ou de experiências memoráveis”, no qual a meta é fazer com que um conjunto de atrativos encantadores forme uma identidade que proporcione para o turista uma experiência única e inesquecível. Para exemplificar, não se pode falar em destinos como Paris, Londres, New York, Tóquio, Nova Zelândia e muitos outros, sem recordar pensamentos associados ao romance, *glamour*, conhecimento, entretenimento, modernidade, compras, aventuras, etc.

Inclusive a criação de um *slogan* associado à imagem que se quer passar da localidade se torna imprescindível. Daí a tentativa do Ceará de se colocar como *Terra do Sol* (às vezes também chamado de *Terra da Luz*), para reforçar sua imagem junto ao turista. Os publicitários e profissionais da área de *marketing* chamam essa estratégia de *branding*, que tem como propósito fazer com que as pessoas associem de forma positiva um determinado produto a uma marca (CARVALHO, 2009). Vale ressaltar que a imagem do Ceará como *Terra da Luz* já era utilizada para remeter à questão abolicionista, no qual o Estado teve um papel pioneiro nestes acontecimentos a nível nacional, como aborda Pontes (2009). Todavia, atualmente o caráter da luz remetente à liberdade foi quase que totalmente ofuscado pela luz proporcionada pelo astro-rei e o lazer advindo daí.

Refletindo a importância de se criar uma imagem turística, no plano federal, por exemplo, o Ministério do Turismo adota a chamada Marca Brasil desde 2005, um logotipo

que representa o turismo e promove o país no exterior. Ela foi criada com base na ideia e como uma tentativa de passar a imagem de que o Brasil é um país colorido e multifacetado²¹, como se pode ver na figura 07. Todavia, o exemplo mais clássico de estratégia de promoção do turismo e criação de uma marca vem da cidade de Nova York, através da campanha “*I love New York*” durante a década de 1970, onde se conseguiu fazer com que uma cidade industrial e decadente se colocasse como o maior destino turístico mundial poucos anos depois (CARVALHO, 2009).

Figura 07: Marca Brasil.



Fonte: Ministério do Turismo.

3.4. A EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA DESENVOLVER O TURISMO

O plano político nordestino de meados do século XX, como já abordado aqui anteriormente, tinha outras prioridades que não incluíam o desenvolvimento do turismo. Neste contexto, as instituições públicas criadas para o Nordeste refletem as preocupações e o pensamento da época, como atesta Ianni (1977): Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Banco do Nordeste Brasileiro (BNB). Naquele período, enquanto as cidades litorâneas dos países em desenvolvimento já percebiam o incremento do turismo em suas áreas, o litoral nordestino não se enquadrava nesse fenômeno. Embora, o turismo de caráter nacional já se fizesse presente notadamente em Salvador. Ao mesmo tempo em que grande parte dos países em desenvolvimento elaborava estratégias desenvolvimentistas unindo a industrialização e o turismo, o Brasil ignorava a segunda atividade, com pequenas exceções feitas, como no caso do Rio de Janeiro, que já tinha se consagrado como grande destino turístico internacional.

²¹ O verde representa as florestas, o amarelo representa o sol e as praias, o azul traz a ideia do céu e das águas, o vermelho alude às festas populares e o branco à religiosidade (CARVALHO, 2009).

A estratégia de desenvolvimento brasileira tinha um forte caráter industrial, notadamente a partir do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), embora já se tenha uma política industrial com o governo Vargas durante o segundo governo deste (1951-1954), como aborda Ianni (1977). Esse panorama que focava na industrialização impede que se aproveitem as “potencialidades turísticas” do Nordeste, que as negligencia. O primeiro plano era dedicado a conseguir recursos federais para a implantação de indústrias na região e combater as agruras da seca conforme orientação da política central. As políticas de desenvolvimento do turismo ou não existiam ou apenas apresentavam as chamadas “potencialidades da região” em forma de inventário (CARVALHO, 2009).

O novo grupo político que emerge durante a década de 1980 no Ceará traz novas ideias, suscitando o lado positivo do semiárido e do litoral em contraposição ao que era apregoado pelas velhas oligarquias. Este novo grupo político era composto pelos empresários e funcionários públicos da época que, embora representassem uma ruptura com as antigas oligarquias regionais, não era uma ruptura total. É importante também destacar o quadro político nacional da época que ajuda na implantação de novas políticas desenvolvimentistas ao permitir uma maior descentralização do poder, as decisões passavam a ser orientadas a partir do próprio Estado ou Município e não mais apenas do governo ditatorial centralizador de decisões. Os Estados agora podiam traçar alianças multilaterais diretamente com o capital internacional sem intermediação do governo federal (o que paradoxalmente tornou os Estados mais dependentes e subservientes aos interesses do capital estrangeiro haja vista o próprio exemplo dos investimentos focalizados na atividade turística).

Durante a década de 1980, os chamados “planos urbano-turísticos” são instituídos em vários Estados nordestinos, sendo basicamente propostas de ocupação e uso do solo baseadas na abertura de vias de acesso, definição de áreas com várias destinações e implantação de vários equipamentos de uso coletivo destinados ao lazer e ao turismo. De acordo com Dantas (2003), é exemplo desse processo o projeto Parque das Dunas – via Costeira (Natal); o projeto Costa do Sol (João Pessoa); o projeto Orla (Aracaju); o projeto Costa Dourada, que abrangia todo o litoral de Pernambuco; entre outros. Já em 1989 o governo estadual do Ceará lançou o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará (PRODETURIS), colocando o Estado na vanguarda do desenvolvimentismo baseado na atividade turística e tornando-o um paradigma para a região (foi o início real do turismo de massa e da atuação do capital estrangeiro de forma mais profunda nos espaços litorâneos nordestinos). Quando seria implantada a segunda etapa do

PRODETURIS, o governo federal lançou o PRODETUR/NE (influenciado pelo programa original do Ceará), que aproveitou como modelo o zoneamento das áreas turísticas que havia sido realizado no Ceará (LIMA, 2003). O PRODETUR/NE, como abordado anteriormente, é basilar para se compreender a dimensão que o turismo ganha na região e, posteriormente, a dimensão dos impactos negativos trazidos pela atividade. O volume de investimentos aplicados colocou o turismo definitivamente como um dos principais vetores de crescimento econômico. Cruz (1999) afirma que essas políticas consolidam a posição do litoral nordestino no mercado global, que obedece a um modelo de urbanização turística que implica o uso intensivo do solo e a adoção de padrões urbanísticos estranhos ao local.

Os investimentos foram direcionados em sua maior parte para dois estados²², Bahia e Ceará (conforme observado no gráfico 03), que receberam respectivamente U\$ 215 milhões e U\$ 141,7 milhões, representando 57% do total de recursos aplicados (BNB, 2005, p. 18). Como resultado o programa fragmentou ainda mais a região para criar áreas associadas às imagens turísticas internacionais. Foram criados polos de desenvolvimento do turismo de acordo com o pensamento de se descentralizar o crescimento da atividade. Contudo, houve apenas a concentração dos investimentos em determinadas localidades – no Nordeste foram criados 12 polos²³ (com uma única exceção não litorânea, o polo da Chapada Diamantina, como pode ser visto na figura 08). Estas áreas se tornaram subordinadas às estruturas criadas nas capitais estaduais, que recebiam e distribuíaam os fluxos turísticos.

²² Estes valores representam apenas o que foi investido na primeira parte do PRODETUR/NE até o ano de 2005. O programa visa reforçar a capacidade da região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico regional através de investimentos em infraestrutura básica e serviços públicos em áreas de expansão turística, tendo como público-alvo os nove Estados da região mais o norte de Minas Gerais e Espírito Santo, de acordo com o BNB (2005). Analisando os dados do Relatório Final (BNB, 2005) percebeu-se a concentração dos investimentos em aeroportos, saneamento e transportes. Significando quadro reforçador do controle das capitais (recebendo e distribuindo os turistas) sobre as demais zonas turísticas. Atualmente, o programa está em sua segunda fase, PRODETUR/NE II.

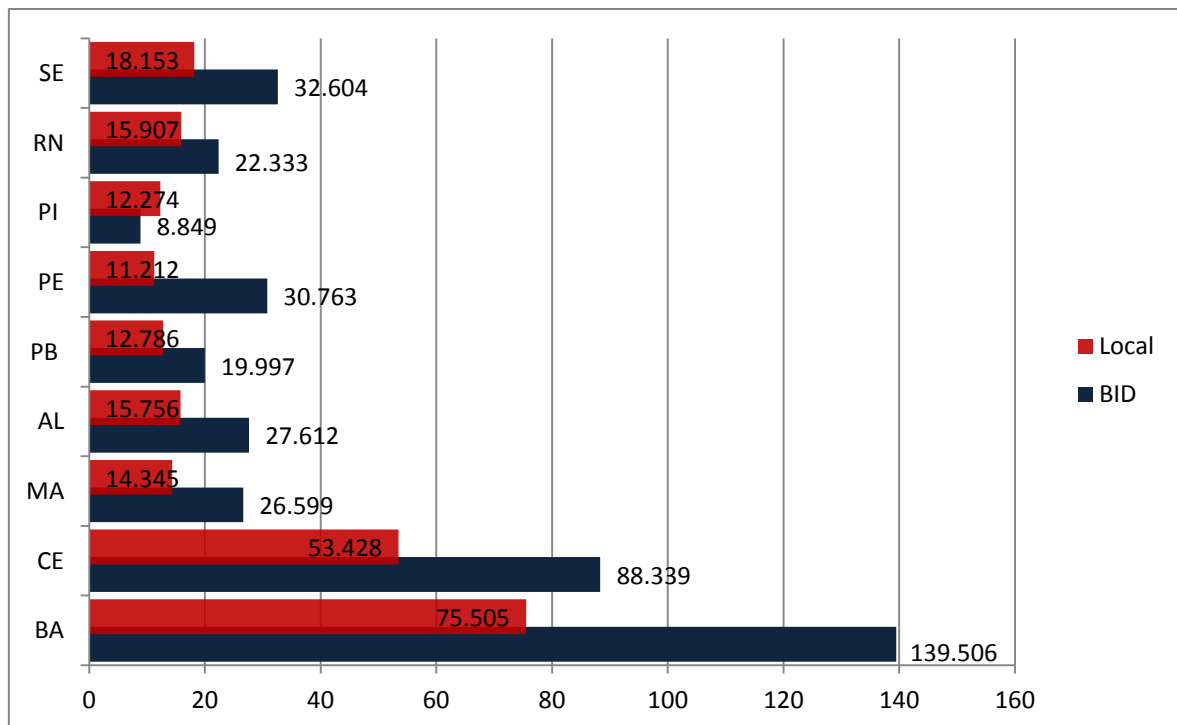
²³ Maranhão (polo São Luís), Piauí (polo costa do Delta), Ceará (polo Costa do Sol), Rio Grande do Norte (polo Costa das Dunas), Pernambuco (polo Costa dos Arrecifes), Paraíba (polo Costa das Piscinas), Alagoas (polo Costa Dourada), Sergipe (polo Costa dos Coqueirais) e Bahia (polos Salvador e Entorno, Litoral Sul, Costa do Descobrimento e Chapada Diamantina). (PNOT, 2006)

Figura 08: Polos de desenvolvimento criados pelo PRODETUR/NE.



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil (2005).

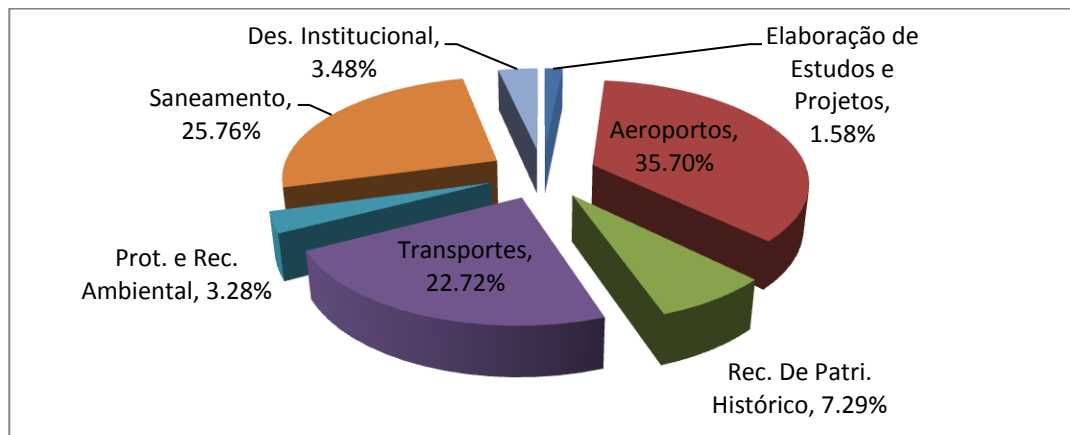
Gráfico 03: Valores investidos pelo PRODETUR/NE (por Estado, em U\$ milhões).



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

Tomando-se como base os investimentos no Ceará projetados pelo PRODETUR/NE, observou-se que foram direcionados para a construção de vias turísticas US\$ 29,2 milhões divididos entre o Governo do Estado e o BID. Também houve um “pacto” para a melhora de toda a infraestrutura das regiões que deveriam ser projetadas turisticamente. Nos 14 Municípios da costa Oeste, por exemplo, foram investidos US\$ 27,5 milhões em esgotamento sanitário e abastecimento de água. Outros pacotes de investimento foram direcionados para a expansão da oferta de eletricidade em várias regiões, além de outros investimentos (BNB, 2005). De acordo com Araújo; Pereira; Paula (2010), os investimentos localizados em território cearense predominam no litoral Oeste devido à maior presença prévia de investimentos na porção Leste, tradicionalmente já detentora de muitos investimentos do capital privado. “O PRODETUR/NE I tem como principal premissa implantar infraestrutura no litoral Oeste e prepara-lo para as atividades turísticas” (ARAÚJO; PEREIRA; PAULA, 2010, p. 75). Vale destacar que o programa tem como principal objetivo dotar as localidades de infraestrutura para desenvolver a atividade, incentivando assim a iniciativa privada a investir de forma mais concentrada. Isso explica porque grande parte dos investimentos do PRODETUR/NE foi direcionada à construção de infraestrutura como aeroportos e rodovias, como demonstra o gráfico 04.

Gráfico 04: PRODETUR/NE – aplicações por componente (em todos os Estados).



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

A iniciativa privada se beneficia diretamente dessa política de desenvolvimento do turismo e passa a investir de forma mais intensiva, principalmente nas capitais, construindo uma forte rede de hospedagem, por exemplo. Refletindo o caráter de complementaridade com os investimentos públicos, as cidades de Salvador e Fortaleza são as que mais recebem recursos do capital privado (com 292 e 229 estabelecimentos hoteleiros, respectivamente, de acordo com dados do PDITS – PRODETUR/NE II). Neste ponto, é

interessante contextualizar a conjuntura econômica do mundo à época, em que havia uma predominância ideológica do pensamento neoliberal ventilado a partir das principais potências capitalistas dos anos 1980 (EUA e Grã-Bretanha). Essa corrente ideológica defende uma forte participação da iniciativa privada em todos os setores da economia em detrimento de uma maior participação do Estado (HARVEY, 2002). Os investimentos capitaneados pelo poder público seriam apenas norteadores e incentivadores dos investimentos oriundos do setor privado, que deveria predominar.

Neste ponto, se faz necessário apontar como o turismo era planejado pelo poder público não só no Nordeste, mas também a nível federal, pois foram estas articulações que influenciaram as decisões tomadas para implantar o turismo nos espaços litorâneos nordestinos e que desembocaram na criação do PRODETUR/NE. Acompanhar os desdobramentos das decisões políticas que envolveram a atividade ao longo do tempo também é importante para que se compreenda o processo atual de modificação dos espaços pelo turismo. Assim, compreende-se que as políticas públicas voltadas para a atividade turística nunca foram prioridade para o desenvolvimento econômico do país, como visto antes através da ênfase dada à industrialização, embora esta fosse uma atividade relevante já desde as primeiras décadas do século XX (é a partir de 1922, com as comemorações do centenário da independência do Brasil, que a cidade do Rio de Janeiro entra no roteiro internacional), a instituição da Sociedade Brasileira de Turismo na década de 1920 e a criação de inúmeras companhias aéreas para atender a crescente demanda (VASP, PANAIR, VARIG, entre outras criadas durante a primeira metade do século XX). Vale a pena apontar que o turismo se beneficia da crescente infraestrutura criada no país, notadamente a construção de inúmeras rodovias ligando várias cidades, além, é claro, de uma significativa e gradual alteração do quadro socioeconômico nacional (CARVALHO, 2009).

A crescente importância do turismo para o Brasil fez com que se criasse a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR, atual Instituto Brasileiro de Turismo) em 1966, na tentativa de se dinamizar a atividade. O planejamento era totalmente centralizado e pensado junto com as prioridades estratégicas dos governos militares instaurados no poder a partir de 1964. Outra característica marcante deste período foram os incentivos fiscais e financiamentos (foi criado no início da década de 1970 o FUNGETUR – Fundo Geral do Turismo, por exemplo), principalmente focalizados na construção de empreendimentos turísticos (Fortaleza recebe os primeiros grandes hotéis a se instalar na Avenida Beira-Mar com recursos oriundos do FUNGETUR). Houve também a tentativa de controle sobre a

qualidade dos serviços privados e ordenação do uso e ocupação do patrimônio turístico (CARVALHO, 2009). Porém, as principais medidas tomadas à época foram mesmo a definição dos chamados portões de entrada no país (Manaus, Fortaleza, Recife e Salvador), implantação de redes hoteleiras internacionais, implantação de escritório no exterior para divulgar o Brasil e a inauguração de alguns aeroportos internacionais, como o Galeão no Rio de Janeiro (em comparação, grande parte da região Nordeste só irá receber aeroportos internacionais com os recursos do PRODETUR/NE décadas depois).

A partir da redemocratização em 1985, o governo federal ensaiava uma maior liberalização do planejamento turístico ao diminuir o controle sobre os serviços turísticos e cessar os incentivos fiscais, ficando toda a estrutura estatal do setor voltada apenas à promoção no exterior. Para Carvalho (2009, p. 48): “em resumo, a ação do governo praticamente restringiu-se ao financiamento de hotéis, enquanto havia recursos, a um controle relativo da atividade e a uma promoção de nosso produto ineficiente e descontinuada”. Apesar de o turismo já representar uma fonte de receita grande para o país²⁴, nada de mais efetivo e concreto foi pensado até o início da década de 1990.

Foi a partir do governo Collor (1990-1992) que se fez o esboço de uma nova política desenvolvimentista mais ampla e profunda voltada para o turismo, acompanhando o exemplo de alguns Estados nordestinos que saíram na frente, como já destacado com o PRODETURIS do governo cearense. Isso aconteceu através da promulgação da Lei nº 8.181 (BRASIL, 1991) que definia uma política objetiva para a atividade, além de modificar o nome da EMBRATUR para Instituto Brasileiro de Turismo (o Instituto ficava definido como o responsável pela formulação, execução e coordenação da Política Nacional de Turismo). O instituto se tornava aglutinador das ideias norteadoras do turismo, pois ainda deveria promover e divulgar a atividade interna e externamente, além de estimular as iniciativas públicas e privadas para buscar o desenvolvimento da atividade através da articulação com as diversas instâncias administrativas (BRUSADIN, 2005).

É neste contexto que se desenvolveu o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) em 1992, visto como um plano de desenvolvimento regional que auxiliasse na diminuição das disparidades regionais. Para isso, pretendia diversificar e distribuir geograficamente a infraestrutura, altamente concentrada no Sul e Sudeste do país, através da criação dos

²⁴ Entre 1987 e 1990, por exemplo, a atividade estava entre os dez produtos mais importantes da pauta de exportação, correspondendo a 4,7%, mesmo o país representando apenas 0,57% da receita total do turismo mundial (BECKER, 2001, p. 4).

chamados polos de turismo, como o planejamento do PRODETUR/NE adotou. Já que o grande objetivo era a descentralização da tomada de decisões sobre o planejamento, os Estados ficavam responsabilizados por trazer as demandas dos Municípios e realizar a articulação com o governo central, além de definir a hierarquia dos polos e prioridade dos projetos. Todavia, isso promoveu uma competição entre os Estados pelos recursos oriundos de organismos internacionais, destacadamente o BID, o que pode explicar a disparidade da quantidade de recursos aplicados entre os Estados nordestinos vista anteriormente (CARVALHO, 2009).

Ainda no governo Itamar Franco (1992-1994) foi criado o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT), sendo criada também a Secretaria Nacional de Turismo e Serviços vinculada à EMBRATUR, o que demonstra o crescimento da importância do setor para o governo (CARVALHO, 2009). No início do governo Fernando Henrique (1995-2002) foi elaborado o documento “diretrizes para uma política nacional de turismo”, que seria adotado pelo então presidente como norteador das políticas públicas aplicadas ao setor. As principais ideias deste documento ratificam o que foi planejado pelo PLANTUR em 1992 buscando a descentralização das tomadas de decisões como cerne do planejamento. Para executar o PNT e coordenar o processo de descentralização previsto no plano foi criado o Ministério do Esporte e Turismo, que estabeleceu como principal programa o PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo). A partir de 1996 foram construídos outros nove aeroportos, além de financiamentos para a construção de novos *resorts*, expandindo a indústria hoteleira. O objetivo principal era buscar um desenvolvimento sustentado do turismo, alicerçado no desenvolvimento local (BRUSADIN, 2005). De acordo com o discurso oficial o PNMT era estratégico, pois representava:

Um processo visando à conscientização, à sensibilização, ao estímulo e à capacitação dos vários monitores municipais, para que pudessem despertar e reconhecer nas sociedades locais, a importância do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção do patrimônio ambiental, histórico e social, e tendo como resultado a participação e gestão da comunidade envolvida (EMBRATUR, 2001, p. 71).

No começo dos anos 2000, com o objetivo de financiar a infraestrutura turística, a Deliberação Normativa nº 419 (BRASIL, 2001²⁵) criou o PROINTUR (Programa Nacional de Infraestrutura Turística), importante programa que aprofundou os investimentos e impactos sobre os espaços apropriados pelo turismo. É interessante notar que ele surgiu para implantar o que estava previsto na Lei nº 8.181 (BRASIL, 1991), o que demonstra continuidade de

²⁵ Disponível em: <http://www.informarejuridico.com.br/Prodinfo/Juridico/consumidor/turismo/delib419.htm>.

objetivos com o plano traçado uma década antes. Este programa visava, por exemplo, a construção ou reforma de aeroportos, meios de hospedagem, centros de eventos, entre outras características já pensadas pelo próprio PRODETUR. A recuperação de equipamentos históricos que tivessem algum fim turístico, urbanização de orlas marítimas e outras obras também estavam inseridas nas metas do programa. Apesar de também não haver uma política de turismo formal (o PLANTUR não chegou a ser regulamentado como política), o objetivo do planejamento turístico federal era incentivar o “desenvolvimento sustentável” da atividade (CARVALHO, 2009).

O governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) percebeu a atividade turística como um instrumento estratégico de desenvolvimento regional e local, dando mais ênfase a ela. Desmembrou-se o turismo para criar um ministério próprio, o MTur (Ministério do Turismo). Com ele, foi criado também um novo plano nacional, que abrangeu o período de 2003 a 2007, sendo posteriormente revisado para os últimos anos do governo. Todavia, os principais objetivos deste plano não diferiam muito dos anteriores, buscando a geração de empregos, qualificação profissional da mão-de-obra, redução das desigualdades regionais, proteção ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, tudo orientado por uma gestão descentralizada. Foi criado um novo programa para substituir o PNMT chamado de Programa de Regionalização do Turismo (PRT), que abrangia uma área maior em vez de focar apenas nos Municípios (BRUSADIN, 2005). Outro fato ocorrido em meados da década de 2000 foi a aprovação da Lei nº 11.771 (BRASIL, 2008) no Congresso, estabelecendo a Política Nacional do Turismo e as atribuições do governo nas ações de fomento à atividade. Essa lei, conhecida como Lei Geral do Turismo, foi regulamentada em 2010 através do Decreto 7.381 (BRASIL, 2010). É interessante notar que esta lei traz o recém-criado Ministério do Turismo como instituição responsável por planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional, atribuições antes relacionadas à EMBRATUR (CARVALHO, 2009).

De um modo geral, a Política Nacional do Turismo traz como objetivos principais: reduzir as disparidades socioeconômicas regionais, promovendo a inclusão social através do crescimento da oferta de trabalho; ampliar os fluxos turísticos e consolidar a difusão dos produtos e destinos; promover uma maior descentralização da atividade; promover o turismo sustentável, estimulando práticas que minimizem os impactos ambientais, conservando o meio; preservar a identidade cultural das comunidades e populações atingidas pela atividade; promover a integração do setor privado como agente complementar de

financiamento em infraestrutura e serviços; propiciar a competitividade do setor; entre outros. Mais uma vez percebe-se discrepância entre os próprios objetivos de uma política desenvolvimentista. Aqui, há o intuito de se evitar os impactos socioambientais que foram provocados pelo crescimento do turismo (principalmente o impacto ambiental ocasionado pela atividade, que é citado reiteradamente no texto), porém o mesmo plano incentiva ações que provocarão impactos negativos consideráveis, tanto no meio social quanto no próprio ambiente. Para fechar o ciclo e retornar ao ambiente nordestino demonstrando sincronia entre o que aconteceu a nível nacional e sua influência direta no plano político regional, o PNT revigorou a parceria com organismos financeiros internacionais e revisitou o PRODETUR (também dotado de uma vertente nacional), que iniciou uma nova fase a partir de 2005 com as mesmas diretrizes e ações, agora mais amplificadas e fortalecidas.

Enquanto os governantes pensavam sobre o crescimento da atividade, a população local se via alijada deste processo. Enquanto o turismo se desenvolve de acordo com um pensamento global de desenvolvimento, a população local não reconhece a cidade como turística (DANTAS, 2009). Assim como os movimentos de resistência das comunidades tradicionais que habitam ou habitavam as zonas de praia se multiplicam, se fortalecendo como crítica ao modelo de desenvolvimento adotado. A forma excludente como o turismo se apropriou do espaço neste modelo relegou aos habitantes das comunidades tradicionais um lugar marginal. As zonas de praia perderam sua função tradicional de espaço de produção para ser apenas espaço de consumo do lazer (LEFEBVRE, 2000). Em todo o litoral do Ceará pode-se encontrar exemplos deste conflito. Para Desse (1996) há um discurso dominante atualmente que trata o litoral como sendo um lugar onírico, de sonho. Criou-se uma imagem midiática internacional que se voltou para o fluxo de turistas em detrimento das atividades tradicionais ligadas ao mar, imagem esta não aceita pela comunidade local, que não percebe o litoral desta maneira.

Para Desse (1996), o “desenvolvimento” se realizou em detrimento das populações litorâneas, que são os maiores excluídos desse processo. Os habitantes das cidades não reconhecem essa forma de maritimidade consumida pelos turistas. Para ele, existem duas formas distintas de maritimidade: uma interna, feita pela população autóctone; e outra externa. Esta última, apoiada pelos organismos governamentais e internacionais, suscita processo de expropriação do território tradicional das comunidades locais. Foi assim que o turismo se desenvolveu em grande parte do litoral do Nordeste. As políticas focadas no turismo estão articuladas a diversos segmentos e interesses. Porém, a elaboração dessas

políticas deveria levar em consideração a realidade comum das comunidades, obedecendo às suas necessidades, e não aliená-las do processo.

É interessante apontar que o próprio Ministério do Turismo observa essa necessidade crescente de se planejar a atividade turística de outra forma, ficando clara essa intenção com o lançamento de um edital em 2008 para financiar experiências de turismo comunitário. Embora o turismo comunitário em terras brasileiras tenha surgido bem antes, ainda na década de 1990, o Ministério reconheceu as iniciativas como um fenômeno social e econômico de relevância, o que por si só já representou um grande avanço, mesmo que tímido (FABRINO, 2013). Como afirma Solha (2006, p. 92): “a política do turismo deve funcionar tanto no estímulo e no controle direto do desenvolvimento do turismo como também deve preocupar-se com a proteção dos interesses da sociedade”.

4. SURGE O TURISMO COMUNITÁRIO

O turismo representa um processo ou uma atividade geradora de impactos. É um conjunto complexo de sistemas que inclui, dentre outros, a economia, os ambientes naturais e os transformados pelo homem, e as várias outras relações propiciadas pelo setor entre países emissores e receptores de turistas, bem como entre o turismo e as respectivas sociedades (MARTINS, 2003, p. 102).

O turismo representa uma forma peculiar de apropriação dos espaços tanto física como simbólicos. O processo de mercantilização destes espaços gera inúmeros impactos, positivos e negativos. Becker (2001, p. 2) define o turismo como uma atividade essencialmente híbrida, “no sentido em que ele é, ao mesmo tempo, um enorme potencial de desenvolvimento e um enorme potencial de degradação socioambiental, na ausência de uma regulação adequada para o setor”. Mas, como minimizar os impactos negativos mantendo os benefícios advindos do turismo para uma determinada comunidade? Foi a busca por essa ação que impulsionou o surgimento de uma nova forma de se organizar o turismo. Esse “novo turismo” surgiu como efeito não só da adequação da oferta turística aos preceitos da sustentabilidade, mas também impulsionado pela ascensão de uma demanda engajada neste pensamento. Zaoual (2009) chama o turismo buscado por essa demanda de turismo situado²⁶, característico como tendência do chamado turismo pós-industrial. Assim como o desenvolvimento sustentável ganhou relevância com a mudança de pensamento de parte das sociedades dos países desenvolvidos, que passaram a pressionar pela adoção de práticas diferentes que respeitassem o meio ambiente, a demanda por um turismo mais sustentável também impulsionou a mudança no desenvolvimento dos produtos turísticos. O “novo” turista busca algo mais além de lazer e exige novas práticas mais sustentáveis.

O turismo situado baseia-se em novas relações com a cultura dos sítios e com o meio ambiente natural. A nova demanda turística é uma demanda existencial, onde a proximidade, a profundidade do intercâmbio e as novas percepções das paisagens traduzem a profunda necessidade do indivíduo em se situar diante de um mundo anônimo e dominado por uma economia alienante (FABRINO, 2013, p. 40).

Essa demanda por autenticidade buscou ressonância em uma oferta que fosse menos agressiva tanto ao ambiente como às culturas que percebem a atividade turística. É neste contexto que se possibilitou o surgimento do turismo comunitário, fruto de diversas influências e conflitos. Desde a questão de se desenvolver um planejamento pensado a nível local em vez de um desenvolvimento harmonizado com a demanda global, até utilizar o

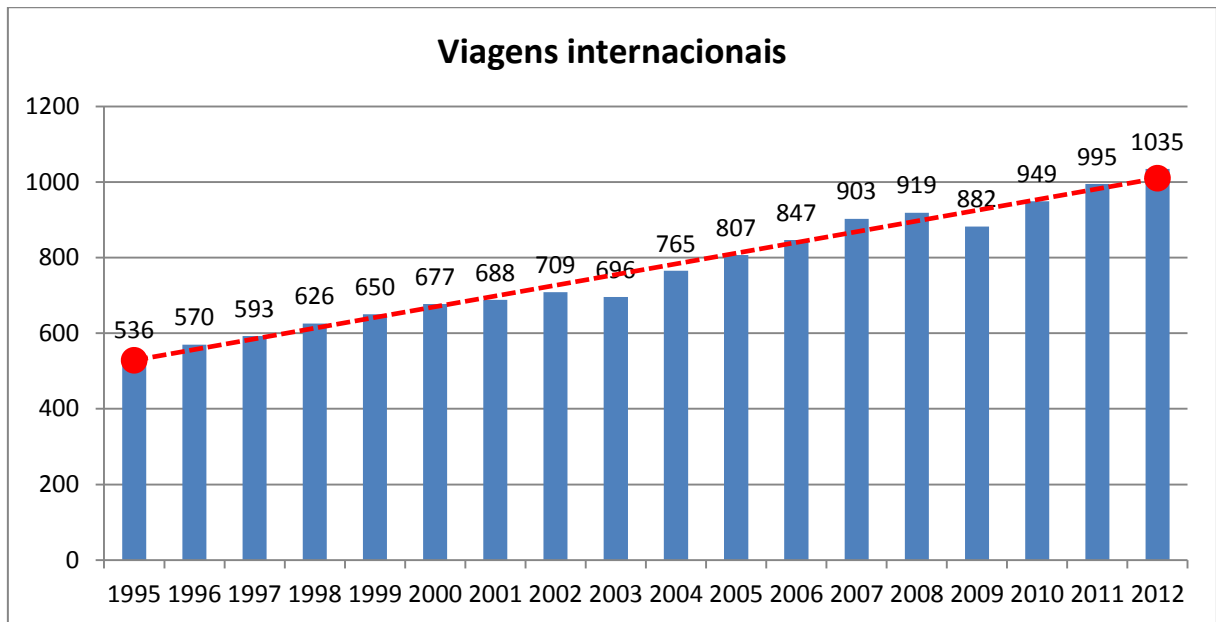
²⁶ De acordo com Zaoual (2009), o turismo situado tem ligação com a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, onde o sítio é um espaço de saberes partilhado que se traduz nas concepções e práticas de seus atores. Assim, o sítio influencia os comportamentos individuais e coletivos, além da paisagem, arquitetura, *know-how*, técnicas, economia, etc., da própria comunidade.

turismo como uma estratégia de defesa e de luta pela posse da terra em contraposição ao avanço da especulação imobiliária (como aconteceu na gênese do turismo comunitário cearense), o turismo comunitário se colocou como uma alternativa sustentável em relação ao turismo de massas tradicionalmente desenvolvido. É dentro dos limites da sustentabilidade e objetivando a harmonia entre o econômico e o socioambiental que se ajusta essa nova maneira de se desenvolver a atividade turística, o que está sincronizado com a busca por um turismo situado e com a mudança de pensamento das sociedades atuais.

4.1 A INFLUÊNCIA ECONÔMICA DO TURISMO

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2013), houve mais de um bilhão de viagens internacionais de turistas durante o ano de 2012, um aumento de 4% frente ao ano anterior e de 93% em relação as 536 milhões de viagens em 1995. Entre 1995 e 2012 a curva de crescimento das viagens internacionais foi sempre crescente (com exceção de uma leve queda nos anos 2003 e 2009), conforme demonstra o gráfico 05, mesmo enfrentando turbulências durante crises econômicas e políticas em vários países importantes sejam como emissores ou receptores de turistas. A previsão da organização é que esse contingente de turistas aumente para 1,5 bilhão de pessoas em 2020, o que evidencia a vitalidade econômica do setor. Os dados trazidos pela OMT (2013) demonstram a importância da atividade turística para a economia mundial e, conseqüentemente, como geradora de emprego e renda – a OMT estima como 9,8% a parcela do turismo no PIB mundial, gerando uma receita de U\$ 7,2 trilhões e mais de 230 milhões de empregos diretos e indiretos (OMT, 2007). Vale destacar que a organização contabiliza prioritariamente dados referentes ao turismo internacional, sendo que muitos países possuem o turismo doméstico como fonte maior de receitas.

Gráfico 05: Comportamento do fluxo turístico internacional (1995-2012).



Fonte: Organização Mundial do Turismo, OMT (2013).

Mesmo assim é de extrema relevância o fato de que a atividade turística está ligada a 10% da força de trabalho global (CARVALHO, 2009), mesmo que estes números sejam superestimados pelos defensores da chamada indústria do turismo, como alerta Burns (2002). O que pode ser efetivado é que de fato são inúmeras as atividades ligadas a este setor, separadas pelo próprio Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) em Indústria do Turismo (aqueles setores ligados diretamente à atividade) e Economia do Turismo (aquelas atividades que de alguma forma são impactadas pelo turismo), como destaca Carvalho (2009, p. 27):

O turismo [...] envolve uma infinidade de setores econômicos por suas diversas interatividades com o lazer, a cultura, a gastronomia, a natureza, distribuídos entre setores públicos e privados, tais como: comércio, governo, mídia, meios de hospedagem, investidores, museus, teatros, galerias e exposições, artesanatos, locadoras de automóveis, organizadores de eventos, de espetáculos, infraestrutura, editoras, transportes, agências de viagens e operadoras turísticas, guias e receptivos, companhias aéreas, setor de esportes, bancos e entidades financeiras, incluindo os cartões de crédito, feiras, gastronomias, mercado informal, tradutores e muitas outras atividades que direta e indiretamente trabalham para o desenvolvimento e criação da sua imagem.

O chamado “produto turístico” não é um produto físico, tangível, e sim um conjunto vasto e articulado de serviços que serão prestados, embora o “consumidor” perceba-o como um único produto. A produção está fragmentada por diversos atores. Fica evidente a necessidade de se pensar o turismo como um produto com uma vasta, longa e profunda cadeia de valor. Na figura 09 se pode perceber como a atividade turística atinge diversos outros setores da economia de uma localidade e como estes estão integrados e inter-relacionados.

Carvalho (2009, p. 1) afirma que, “de acordo com a matriz insumo produto do IBGE, a atividade turística tem um impacto em 52 itens da economia de um destino”.

Figura 09: A cadeia de valor do turismo.



Fonte: Plano de Desenvolvimento Estratégico do Turismo de Arganil (2009, p. 8).

No Brasil, o Ministério do Turismo estimou em 5,7 milhões o número de turistas que visitaram o país somente em 2012 (MTur, 2013). Todavia, como tradicionalmente visto aqui, o fluxo turístico doméstico é amplamente dominante, com mais de 50 milhões de turistas (vale destacar que essa estimativa é feita em cima do número de passageiros aéreos, assim não contabiliza o expressivo número de turistas que se deslocam por via terrestre). No Plano Nacional de Turismo confeccionado para o período 2003-2010 havia a meta de se atingir 65 milhões de passageiros nacionais, promovendo mais de 217 milhões de viagens no mercado interno. Se almejava, também, a vinda de mais de 9 milhões de turistas estrangeiros para o país. O governo também pretendia criar condições para que mais de 1,7 milhões de empregos fossem gerados pela atividade.

Embora esses valores não tenham sido completamente atingidos, muito em parte devido à crise econômica de 2008, e a participação do país no turismo mundial tenha caído

entre os anos 2000 e 2012 (de 0,77% para 0,55%), desapontando a estratégia governamental de aumentar a importância do país no mercado turístico internacional, esses números superlativos demonstram a aposta do discurso oficial no setor, o que justifica o investimento maciço de recursos a longo prazo. A participação do Brasil no mercado internacional também caiu mesmo em relação à América do Sul – de 34,95% em 2000 para 20,96% em 2012, de acordo com dados do MTur (2013). Vale destacar que, em contraposição a esta queda de participação no mercado global em números brutos de turistas (na realidade, neste cálculo apenas são contabilizadas as chegadas de turistas internacionais), o Brasil percebeu incremento da receita gerada pelo turismo, inclusive relativamente à sua participação no mercado sul-americano e mundial²⁷. Finalmente, estes dados reforçam a vocação do mercado doméstico para o turismo no Brasil, grande força propulsora do crescimento destas receitas.

De acordo com dados do MTur referentes ao ano de 2008, o turismo representava 7,1% do PIB nacional, gerando uma receita de U\$ 5,8 bilhões e 5,5 milhões de empregos (o Ministério estima que a cada 16 empregos gerados no país um esteja ligado ao turismo). O próprio orçamento dos órgãos voltados para o desenvolvimento do turismo demonstra a força da atividade (o MTur, quando criado, dispunha de um orçamento de R\$ 377 milhões, posteriormente aumentado para R\$ 2,6 bilhões em 2008). Desta forma, a atividade turística se torna estratégica se bem planejada e gerida, por diversos fatores, sejam econômicos (como possibilitar a diversificação da economia regional, inclusive aumentando a utilização de produtos locais, construindo uma extensa cadeia produtiva), sociais (como permitir a conservação dos valores culturais, melhora das condições de vida da população local através, entre outras coisas, da melhora da infraestrutura local, além de ampliar a inclusão social) ou ambientais (ao proteger e melhorar as condições ambientais, determinantes para a “indústria” turística).

Mas, o que isso tem a ver com turismo comunitário? Estes números se alinham com um pensamento sustentável de base local? Isso se explica ao perceber que a influência econômica do turismo convencional fez parte da gênese de criação da ideia do turismo de base. A comunidade, ao optar por aderir ao turismo, mesmo que comunitário, está em última análise buscando no mínimo manter algumas receitas geradas pela atividade. A simples

²⁷ A receita oriunda da atividade turística ampliou-se, em detrimento da queda da participação do Brasil no mercado global. De acordo com dados do MTur (2013), foram gerados U\$ 6,6 bilhões em receita no ano 2012, um aumento de 266% em relação ao ano 2000 (U\$ 1,8 bilhão de receita). Isso aumentou a participação do país na receita turística mundial (de 0,38% em 2000 para 0,62% em 2012) e sul-americano (de 19,64% em 2000 para 28,17% em 2012).

refutação ao processo de turistificação se constituía como uma via alternativa de defesa, embora mais difícil de conservar. Deve ser compreendido que o turismo é percebido por estas comunidades como um possível aliado ao desenvolvimento sustentável, principalmente ao se tornar um instrumento para o desenvolvimento social, quando os benefícios oriundos da atividade são distribuídos de forma mais equânime através de um desenvolvimento pensado de forma local. Os números superlativos do turismo foram aqui apresentados para que não se conteste a validade da motivação de se inserir no turismo, opção adotada por muitas comunidades e criticada por diversos pensadores, como será visto adiante. Harvey (2002) até mesmo fala da dificuldade de se resistir ao fascínio provocado pelo capital. Entretanto, para que o turismo possa possibilitar um real desenvolvimento social (desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento econômico) deve haver uma verdadeira quebra do paradigma que norteia o processo de turistificação e é por isso que o turismo de base, mesmo se inserindo de alguma forma no mercado turístico, representa forte resistência ao sistema tradicional. Há uma verdadeira inversão nos papéis principais, no controle das decisões. Embora os números superlativos da atividade tradicional não possam ser menosprezados ou negligenciados, a questão econômica preponderou de forma demasiada durante o planejamento turístico no Brasil, o que acelerou inúmeros impactos sociais e ambientais negativos que poderiam ter sido evitados ou minimizados.

É interessante apontar que mesmo com o turismo percebendo crescimento em sua participação na economia mundial, o modelo de desenvolvimento buscado já se encontra esgotado, mesmo se for levado em consideração apenas o ponto de vista econômico em detrimento de qualquer pensamento ético. A degradação socioambiental trazida por este modelo alcançou seu limite em grande parte dos territórios em que se instalou, como será visto mais especificamente adiante, limitação que parece expressar até mesmo a chamada lei dos rendimentos decrescentes²⁸ pensada pela economia clássica, assunto tão caro aos ambientalistas. Como já explicado anteriormente, o mercado também percebeu uma profunda mudança na demanda global, como aborda Zaoual (2009, p. 57): “[...] a clientela procura verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar”. Essa busca pela oferta de autenticidade entra em contradição com a oferta do

²⁸ A lei dos rendimentos decrescentes, proposta por David Ricardo, afirma que se for elevada a quantidade do fator (insumo) variável, permanecendo fixos os demais fatores (insumos), a produção inicialmente aumentará a taxas crescentes; depois de certa quantidade do fator variável, aumentará, todavia será um aumento a taxas decrescentes; a continuar o incremento da demanda pelo insumo variável, a produção total chegará a um máximo para então decrescer (VASCONCELLOS; GARCIA, 2009).

turismo de massa uniformizador, que na realidade ajudou a destruir grande parte da qualidade dos sítios turísticos. Como afirma o autor, “vítima do seu próprio sucesso, o mega turismo parece, assim, responder à teoria do ciclo de vida dos produtos” (ZAOUAL, 2009, p. 57). Foi nessa lacuna deixada pelo esgotamento do turismo industrial, fruto da racionalidade capitalista que objetiva o lucro máximo imediato e que ajudou a massificar a atividade turística (através, inclusive, de uma uniformização cultural onde o “inesperado não é esperado”), que surgiu a oportunidade para o turismo comunitário florescer.

4.2 O TURISMO PODE SE TORNAR SUSTENTÁVEL?

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003, p. 24), define turismo sustentável como sendo aquele que:

[...] atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Como o debate em relação ao desenvolvimento sustentável (primeiro capítulo), surge a dúvida se é possível harmonizar as dimensões da sustentabilidade tendo a atividade turística como vetor de desenvolvimento. Clarke (1997), por exemplo, afirma que o turismo deve sempre buscar se desenvolver com bases sustentáveis e não se criar novos nichos que se apoderem do adjetivo “sustentável”. O autor embasa seus argumentos ao se perguntar qual a diferença do ecoturismo e do turismo de aventura em relação ao turismo tradicionalmente desenvolvido. O que os tornaria sustentáveis? A definição da OMT não deixa claros os limites toleráveis da sustentabilidade.

Estudos feitos em determinadas regiões demonstram como a implantação de forte atividade turística pode impactar de forma negativa no meio social, cultural, econômico e ambiental, mais profundamente a nível local. Como já explicitado anteriormente, o turismo litorâneo conheceu significativo aumento no incentivo ao seu desenvolvimento. A participação da atividade na composição da economia, notadamente em alguns Estados do Nordeste, passou a ser essencial para o crescimento econômico, como pode atestar os números recentes referentes ao PIB da região (IPECE, 2006). Porém, os impactos negativos também se proliferaram na mesma ordem que o setor de serviços ganhava participação no PIB. Outras localidades também perceberam processo semelhante em suas áreas, até mesmo devido às suas similaridades sociais e ambientais com o litoral nordestino. É o caso da região

de Salinópolis, localizada no Estado do Pará, representada por um estudo basilar para apontar as modificações e rupturas culturais ocasionadas pela chegada massiva do turismo.

Em estudo realizado por Adrião (2003), Salinópolis se apresenta como sendo uma região composta basicamente de pescadores tradicionais e pequenos agricultores que percebeu nos últimos anos uma revolução em seus costumes devido ao aumento exponencial da atividade turística em seu litoral. Lá, assim como ocorrido em algumas partes do Nordeste, houve predomínio da vilegiatura, tendo uma elite abastada, em grande parte oriunda da capital do Estado, como protagonista do fenômeno. A região conheceu o turismo balnear, chamado assim pela autora e que representa a forma de turismo feita pelos veranistas, que são os proprietários de casas de veraneio e sazonalmente se deslocam até o balneário de Salinópolis. O estudo teve foco sobre as mudanças provocadas pela implantação desta atividade na vida tradicional da comunidade. Percebeu-se que houve mudanças na organização social, nas relações dos homens entre si e entre os mesmos e a natureza, através da modificação das relações de trabalho e serviços.

Antes pescadores por excelência, a comunidade passou a obter sua renda, principalmente, como “caseiros” nas segundas-residências dos veranistas. O trabalho como pescador era por si só solidário, pois era realizado de forma coletiva, incluindo a distribuição do produto adquirido em partes iguais e a participação de toda a comunidade durante os diversos processos que envolvem a atividade pesqueira. O novo trabalho trouxe certa comodidade e benefícios, entretanto percebido apenas por uma parte da população local: melhores condições de trabalho (a pesca é uma atividade um tanto insalubre, além de ser “caseiro” demandar menos esforço), trabalho certo/pagamento certo, remuneração maior e independência de condições ambientais. Contudo, vários impactos socioambientais também sucederam a adoção destas novas práticas. Como exemplo se pode citar a questão da modificação das culturas agrícolas em função do veraneio, já que a produção se voltou para o desejo dos veranistas, alijando a própria população local do consumo de alguns itens apreciados por eles.

Entretanto, foram mesmo as relações entre os moradores que sofreram as mudanças mais profundas. A comunidade passou a conhecer dois meios de vida bem característicos: o primeiro, baseado na comunidade tradicional, mais dependente da natureza (tiram seu sustento basicamente da pesca e da agricultura familiar) e que apresenta hábitos e costumes mais solidários entre si; o segundo, mais individualizado à medida que passa a se

envolver mais com o veraneio e o comércio balnear. É interessante notar que os moradores que se tornaram “caseiros” dos veranistas, após venderem suas residências para os mesmos, se deslocaram para áreas de mangue aterrado, insalubres, afastadas do centro do Município. Percebe-se também que toda a comunidade é impactada pela atividade turística, desde os próprios “caseiros” que entram em contato direto com os veranistas, passando por aqueles moradores que alugam suas residências ou parte delas para atividades como “camping” e pelos comerciantes locais que passam a ter na demanda veranista sua principal fonte de renda, até aqueles moradores que apenas observam o movimento dos turistas. Vale salientar, como aponta a autora, que essas mudanças não foram apenas causa do crescimento do turismo balnear na região, mas também de fatores complementares como a concorrência desleal com a indústria pesqueira.

Consequências semelhantes se espalharam por quase toda a costa brasileira, notadamente nas regiões que ainda percebiam a presença de comunidades tradicionais (pescadores, quilombolas, indígenas, etc.). Contudo, foi no litoral nordestino que o turismo mais se desenvolveu e, conseqüentemente, provocou impacto e conflitos. Com o foco desenvolvimentista nordestino voltado para o turismo, caracterizado principalmente pela implantação do PRODETUR/NE na década de 1990, o litoral do Nordeste conheceu uma profunda modernização em um espaço curto de tempo. Essa modernização acelerada e impessoal encontrou forte oposição em algumas comunidades tradicionais características do litoral nordestino. Macedo (2002, *apud* DANTAS, 2003) afirma que o processo de transformação das praias pelo turismo passa geralmente por três etapas (não necessariamente segue essa sequência e evolução): a 1ª etapa é quando se “descobre” o local, chegam os primeiros visitantes, o acesso é difícil e as instalações são rústicas; a 2ª etapa é quando a praia se consolida no imaginário turístico como um “Éden”, a infraestrutura continua precária, todavia começam a surgir pequenos empreendimentos turísticos e a população local começa a modificar seus hábitos; a 3ª etapa é quando há uma transformação mais profunda com o surgimento de loteamentos (que caracterizam a especulação imobiliária agindo sobre o território), melhoria nos acessos rodoviários, modificação da paisagem social com a formação de tecidos urbanos tradicionais, além da economia, que passa a depender diretamente do turismo.

No Ceará houve diversos impactos e conflitos devido à emergência do turismo em determinadas localidades. Duas praias se destacam por representar exemplarmente este *boom* do turismo: Canoa Quebrada e Jericoacoara. A primeira, situada no Município de Aracati,

litoral Leste, passou por todas as etapas de transformação trazidas pela massificação da atividade turística. Em menos de 20 anos se tornou um dos principais destinos turísticos litorâneos do país. Dantas (2003) fez uma linha cronológica que demonstra todas as transformações por qual passou o povoado de Canoa Quebrada, desde uma pequena aldeia de pescadores artesanais e fabricantes de labirinto (um tipo de artesanato), quase que totalmente dependente do centro administrativo de Aracati, passando pelo “descobrimento” da praia pelos *hippies* em meados da década de 1970 ao buscar um lugar onírico, até a massificação do turismo durante a década de 1990. A autora salienta que nem todas as transformações advindas do turismo ali instalado foram negativas. Em um primeiro momento, as relações entre visitantes e visitados eram harmônicas, não mantendo o caráter posterior de exclusão, além de ter trazido forte valorização cultural: “os que nasceram em Canoa passaram a ter orgulho de ter nascido em um lugar considerado um ‘paraíso’, ressurgindo, assim, uma nova identidade com o lugar” (DANTAS, 2003, p. 86). Contudo, o contato cultural permanente começou a modificar o cotidiano comunitário. Novos hábitos eram incorporados aos tradicionais.

O contato inicial destes visitantes no cotidiano dos nativos de Canoa Quebrada não tinha um caráter de dominação, no sentido de se moldar sua cultura, impor hábitos e valores. Entretanto, mesmo sem intenção, a mudança nos costumes da comunidade era gradual e se intensificava com o contato permanente (DANTAS, 2003, p. 87).

Gradualmente, com o crescimento da importância econômica do turismo, as relações entre visitantes e visitados vai se transformando em uma relação mercantilista. O povoado começa a perceber o surgimento de uma nova infraestrutura, com equipamentos de hospedagem em substituição às residências familiares. A mão-de-obra passa a migrar, lentamente, da atividade pesqueira para a atividade turística. A questão da terra também passa a ser crítica, haja vista que um grande contingente de turistas passa a se fixar permanentemente no local, buscando o “sonho dourado” do turismo. Dantas (2003) afirma que, a partir da década de 1980, Canoa Quebrada foi alvo da ação de inúmeros “grileiros” visando à especulação imobiliária. Vale destacar a construção da estrada ligando Aracati à praia de Canoa Quebrada ainda na década de 1980, um marco importante que representa um ponto de inflexão para o turismo da região. Com a saída dos antigos habitantes, que venderam suas residências para a implantação de empreendimentos turísticos, a paisagem urbana passa a representar a existência de diversas classes sociais e uma miscelânea de nacionalidades. Entre os anos de 1990 e 2000 a população residente de Canoa Quebrada duplica – sai de 955 pessoas para 1.939 de acordo com dados do IBGE (2000, *apud* DANTAS, 2003).

Finalmente, essa mudança brusca e veloz em um curto espaço de tempo estressa o ambiente local levando a inúmeros impactos negativos, como consequências irreversíveis na dinâmica erosiva da linha de costa devido à crescente ocupação da superfície litorânea ou a acentuada erosão das falésias (um dos principais atrativos do próprio turismo) provocada pela intensa impermeabilização do solo que impossibilita a infiltração da água das chuvas provocando erosão pluvial (as voçorocas abertas nas falésias ainda são intensificadas pelo trânsito de veículos), impactos que podem ser observados na figura 10. Em linhas gerais, como aponta Dantas (2003, p. 103):

[...] são verificados, com maior ou menor intensidade, os mesmos problemas de caráter ambiental: ocupação indiscriminada em área de fragilidade ambiental, sem considerar padrões básicos de conforto e segurança dentro e fora do lote; alto adensamento habitacional com conseqüente impermeabilização do solo; produção de efluentes líquidos e sólidos sem o devido tratamento que infiltram e contaminam o lençol freático; desmonte de falésias e terraplanagem de dunas.

Figura 10: Visão aérea da Praia de Canoa Quebrada, Aracati/CE.



Fonte: Dantas (2003).

A atividade turística, pela forma que se apropria do espaço tornando-o mercadoria, produz diversos efeitos tais como um forte incremento da especulação imobiliária. Foi principalmente essa especulação que ocasionou clivagens entre os próprios moradores do litoral e entre estes e o grande capital. Estes conflitos foram observados desde o extremo litoral Oeste ao extremo litoral Leste do Ceará. Comunidades como as de Batoque, Caetanos de Cima, Flecheiras, Prainha do Canto Verde e Tatajuba se tornaram exemplos de resistência frente aos investimentos em empreendimentos turísticos em suas localidades, em

grande parte, temerosas que acontecesse em seus territórios algo semelhante ao ocorrido em Canoa Quebrada.

As clivagens ocasionadas pelo turismo não ocorrem apenas entre as comunidades e os investidores externos, mas também entre os próprios moradores, que divergem entre si. Em estudo de Rodrigues (2010) percebe-se como o crescimento do turismo produz mudanças na percepção dos próprios moradores sobre a terra. Passa-se da concepção de direito sobre a terra dado pelo uso e o atendimento às necessidades para uma concepção mercantil da mesma. Em quase a totalidade da costa cearense foram constatados estes conflitos, sempre envolvendo assentamentos humanos, especulação imobiliária e atividades econômicas. Neste estudo, Rodrigues (2010) aborda a evolução do que ocorreu em Tatajuba, praia do Município de Camocim, extremo litoral Oeste do Ceará. Lá os conflitos tiveram origem no interesse crescente de empresas estrangeiras pelas terras onde se situam quatro vilas. A população local habita a região há cerca de 80 anos vivendo quase que exclusivamente da pesca, o que os diferencia do modo de vida de seus vizinhos, caracterizando-os como comunidade tradicional.

Tatajuba fica bem próximo de um dos principais destinos turísticos do litoral cearense, Jericoacoara, o que potencializou o interesse do grande capital por suas terras privilegiadas. Os empresários sabedores da fragilidade jurídica da posse das terras pelos moradores tradicionais (como ocorrem na maioria das vilas de pescadores, a posse formal da terra não é um item de preocupação, pois eles percebem uma relação de posse diferente da terra que não apenas o valor monetário) conseguiram se apoderar formalmente de grandes hectares. Em Tatajuba não houve unanimidade entre os moradores sobre a “luta contra o roubo” de suas terras. A forte presença da especulação imobiliária modificou a percepção sobre o valor da terra. Alguns moradores perceberam maior vantagem na comercialização da terra, mesmo que por preços irrisórios. Essa divergência provocou o enfraquecimento do movimento de resistência, não permitindo que eles se tornassem Reserva Extrativista, por exemplo, como ocorrido com a comunidade de Batoque (processo a ser analisado especificamente no próximo capítulo). A conversão de todo o território em uma Unidade de Conservação teria protegido as terras comunitárias da especulação, tornando-a automaticamente propriedade coletiva de toda a comunidade.

A despeito dos conflitos que aconteceram em grande parte do litoral cearense, o mais comum foi a implantação de toda uma infraestrutura turística e de grandes investimentos privados e públicos sem qualquer resistência da população local. Em muitos casos o discurso

oficial desenvolvimentista ajudou, inclusive, a trazer o apoio desta população. O turismo, a exemplo de outras atividades econômicas, acarretou impactos socioambientais negativos em algumas localidades em que se inseriu, principalmente porque se desenvolveu de forma desordenada, como observado nos exemplos acima. As regiões litorâneas são naturalmente mais suscetíveis a perturbações, o que agravou os impactos ambientais provocados pela atividade, desenvolvida em sua maior parte nestas áreas. No Ceará pode-se destacar a contaminação do lençol freático de algumas áreas (principalmente porque em regiões litorâneas o lençol freático se encontra mais próximo à superfície), degradação de dunas móveis e fixas, corpos d'água, vegetação, entre outros agravantes. Todos estes fatores potencializados pelo crescimento insustentável da atividade turística, caracterizada por um planejamento pensado de forma global em consonância com a imagem turística internacional criada (DANTAS, 2003).

Fontes; Lage (2003), através de estudo realizado no Complexo Turístico de Sauípe (distrito do Município de Mata de São João, litoral Norte da Bahia) trazem um exemplo esclarecedor de como é insustentável se desenvolver um turismo dessa forma. Em uma área equivalente a 1.754,92 hectares, construiu-se um moderno Complexo Turístico com resorts e hotéis de padrão internacional tendo o objetivo de se tornar um dos maiores destinos turísticos da América do Sul. A própria população local se iludiu com a promessa de desenvolvimento econômico trazido pelo projeto. Porém, o que se viu logo após a finalização do empreendimento foi a população local totalmente alijada de todo o processo. Em um primeiro momento ela não foi recrutada, pois não possuía as qualificações mínimas para participar da obra, sendo convocados trabalhadores de outras regiões. Houve até a tentativa de capacitação em técnicas de hospedagem e gastronomia, porém, a população local não conseguiu se engajar, sendo as vagas ocupadas por uma mão-de-obra mais qualificada vinda de outras localidades.

Em um segundo momento, os trabalhadores que vieram para a construção do projeto resolveram fincar moradia em Mata de São João, principalmente nos arredores de Sauípe, devido às promessas de trabalho futuro, o que inchou a pequena população da cidade. A situação se agravou ainda mais quando um contingente enorme de trabalhadores aportou no Município atrás de emprego, atraídos pelo sonho de desenvolvimento trazido pelo turismo. Estes novos moradores foram erguer suas casas na região periférica da cidade, que passou a perceber o surgimento das primeiras “favelas” em suas áreas. O segundo grande equívoco originado pelo projeto foi em relação ao porte do mesmo. Verificou-se que a demanda por

leitos foi superestimada, provocando prejuízo imediato aos empreendedores. O Complexo Turístico de Sauípe tornou-se um exemplo clássico de desenvolvimento insustentável que trouxe impactos negativos ao ambiente local, que não suportou o aumento exponencial da população em um curto espaço de tempo; sobre o meio social, piorando a qualidade de vida da população autóctone; e não trouxe, sequer, os retornos econômicos pretendidos pelos investidores.

Foi tendo como exemplo o que estava ocorrendo em grande parte da costa nordestina que as comunidades resolveram fazer algo para que seu território não passasse por problemas semelhantes. Vale destacar que a luta travada contra os grandes empreendimentos turísticos não representa afirmar em consequência que a população local rejeite totalmente o processo de turistificação de seus espaços. A comunidade se reorganizou em torno de uma forma diferente de pensar e fazer o turismo, em processo de ruptura que tornou a própria comunidade protagonista do planejamento turístico. Aproveitando a ascensão de uma demanda que busca o chamado diálogo de sentidos entre os visitantes e os visitados, o contato intercultural impossível no turismo de massa visto como fazedor de simulacros, a população local observou a oportunidade de agir sob seu próprio destino. Essa vertente de desenvolvimento do turismo influenciou diversas comunidades tradicionais do Ceará e assim o litoral cearense se iniciou no turismo de base. O turismo comunitário passou a ser visto como alternativa de defesa frente ao apetite das grandes empresas e seus empreendimentos turísticos, inclusive para proteger o ambiente (principal alicerce dos modos de produção e sobrevivência dessas comunidades) da degradação acelerada ocasionada pelo chamado turismo convencional (FABRINO, 2013).

Diante destes exemplos e do modo como a atividade se desenvolveu, principalmente no litoral do Nordeste, a dúvida se o turismo pode ser pensado de forma sustentável persiste. É evidente o desafio, pois a atividade turística traz em seu bojo impacto indesejável e minimizá-lo não é tão simples. Mesmo as formas que se apresentam como sustentáveis trazem a dúvida se conseguem abordar e manter em equilíbrio as três dimensões da sustentabilidade (econômica, ecológica e social/cultural) ou se estão apenas reorganizando o velho discurso desenvolvimentista e adequando-o às “exigências da atualidade”. Afinal, é a mesma dúvida que paira sobre a sustentabilidade em si mesma.

4.3 A EMERGÊNCIA DO TURISMO COMUNITÁRIO

O turismo comunitário surge com a proposta de inserir a atividade turística nos preceitos do desenvolvimento sustentável seguindo o pensamento de equilíbrio entre as três dimensões. Tem a nomenclatura ligada à comunidade, pois requer o envolvimento de todos, elaborando um processo de planejamento participativo desde as tomadas de decisões até a execução das atividades. Aliás, esse é um traço necessário ao turismo comunitário e que permeia todos os conceitos já referenciados sobre essa maneira de se pensar o turismo, como aborda o relatório técnico sobre o marco teórico que define o chamado turismo de base comunitária, do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social da UFRJ (2011). Em teoria é desenvolvido quase que totalmente pela própria comunidade, embora não consiga se desligar dos atores externos, pressuposto que põe a preservação ambiental e a responsabilidade social em primeiro plano, pois são “bens” da própria comunidade.

Devido a maior parte das etapas da atividade ser realizadas pela própria população local, grande parte da renda oriunda desta atividade não sai da comunidade, tornando-a economicamente viável também. Contudo, a maioria das definições sobre turismo comunitário traz a necessidade da atividade não ser caracterizada como atividade fim e sim como complementar às outras atividades econômicas realizadas no contexto comunitário. Por isso (e também por seu caráter sustentável), o turismo comunitário necessita de uma capacidade de carga restritiva, entre outros cuidados (FABRINO, 2013). Talvez a grande atualização que o turismo de base traga em contraposição ao turismo convencionalmente desenvolvido seja justamente a compreensão do turismo como um subsistema que se conecta diretamente (e com uma relação de interdependência) com outros subsistemas como a educação, a saúde e o meio ambiente.

Uma característica importante referente ao turismo comunitário é a flexibilidade ou imprecisão de sua definição e isso explica a diversidade de conceitos acerca do tema, inclusive em território brasileiro. A diversidade dos territórios, das culturas e até mesmo dos ambientes faz com que cada localidade demande um tipo específico de organização comunitária e, por conseguinte, de turismo comunitário. Desta forma, as iniciativas já mais debatidas não podem ser apenas replicadas em outros contextos, tornando-se um objeto de reprodução em série, mesmo porque isso entraria em contradição com a própria gênese desse pensamento. Deve ser pensado em uma perspectiva possibilista e não determinista como um modelo estanque. O próprio Ministério do Turismo (2008) afirma que essa diversidade de “turismos comunitários” advém da própria heterogeneidade das relações comunitárias no

Brasil. O órgão ainda tenta aglutinar traços comuns que norteiam a atividade turística desenvolvida pela comunidade ao afirmar que:

Busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (MTur, 2008, p.01).

Traços que vão ao encontro do que Sen (2000) apregoa como necessário ao desenvolvimento (e que esta pesquisa traz como essencial para a própria sustentabilidade), a questão do empoderamento da população local. Fabrino (2013) organiza de forma didática e extensa todas as definições acerca do conceito do turismo de base comunitária (ou ainda outras denominações que, embora diferentes, possuem o mesmo arcabouço teórico) no quadro 01.

Quadro 01: Definições de turismo comunitário.

Instituição / Autor	Terminologia	Definição
WWF - World Wild Life Found	Ecoturismo Comunitário	“Este é um tipo de ecoturismo no qual a comunidade local tem um controle substancial e participar de seu desenvolvimento e manejo, além de uma importante proporção dos benefícios se manterem na própria comunidade ²⁹ ” (WWF, 2001, p. 2, tradução nossa).
Projeto Bagagem ³⁰	Turismo Comunitário	“Turismo comunitário é a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e destinação dos recursos e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza”.
Projeto Saúde e Alegria ³¹	Ecoturismo de Base Comunitária	“Baseado nos princípios da economia solidária, o turismo de base comunitária se apresenta como alternativa aos projetos de turismo convencional, como uma

²⁹ Este es un tipo de ecoturismo en el que la comunidad local tiene un control sustancial, y participa en su desarrollo y manejo, y una importante proporción de los beneficios se quedan en la comunidad.

³⁰ ONG que visa a criação de uma Rede de Economia Solidária de Turismo comunitário. Tem como principal estratégia o apoio à criação de roteiros turísticos que beneficiem as comunidades visitadas, por meio da geração de renda e participação direta da população local. Disponível em: (<http://www.projetoBagagem.org>)

³¹ Atua na Amazônia desde 1987 promovendo processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável. Atualmente trabalha em quatro municípios do Oeste do Pará (Belterra, Aveiro, Juruti e Santarém), atendendo cerca de 30 mil pessoas, em sua maioria, povos tradicionais extrativistas. Disponível em: (<http://www.saudeealegria.org.br>).

		oportunidade importante de atividade integrada à valorização de práticas sustentáveis de uso dos recursos naturais e da promoção da interculturalidade.”
Modelo Quilombo D’Oiti ³²	Turismo Étnico de Base Comunitária	“O TEBC configura um modelo de desenvolvimento alicerçado em princípios democráticos cuja participação de membros da comunidade predomina em todo processo decisório. Esse modelo de turismo trabalha por harmonizar objetivos ambientais, culturais, sociais e econômicos gerando roteiros de baixo impacto e garantindo que a atividade turística seja um fortalecedor de ancestralidade. O Turismo Comunitário preza pela troca de conhecimentos e experiências, redirecionando a atividade para a perspectiva de compartilhamento de saberes, de histórias de vidas e de comunidades.”
Prainha do Canto Verde ³³	Turismo Comunitário	“Turismo Comunitário é uma oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a co-gestão para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território.”
TUCUM - Rede Cearense de Turismo Comunitário	Turismo de Base Comunitária	“O turismo de base comunitária é aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária ³⁴ ”.
TURISOL - Rede Brasileira de Turismo Comunitário	Turismo Comunitário	“Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade do território e da autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando o

³² Centro de desenvolvimento afro comunitário localizado em Itacaré/BA baseado na aprendizagem auto sustentável, que prioriza princípios étnicos, ecológicos, socioeconômicos, espirituais e culturais. A Fazenda é um modelo de empreendedorismo defensor da população negra e quilombola, que contempla a participação de pessoas da comunidade em todo o processo de planejamento turístico. Disponível em: (<http://www.turismoafro.com.br>).

³³ Disponível em: (<http://prainhadocantoverde.org>).

³⁴ Disponível em: (<http://www.tucum.org/>).

		encontro cultural com os visitantes” ³⁵ .
ACTUAR - Asociación Costarricense de Turismo Rural Comunitário	Turismo Rural Comunitário	“O turismo rural comunitário é composto de experiências turísticas planificadas e integradas sustentavelmente ao meio rural e desenvolvidas pelas populações locais, organizados para benefício da comunidade” (Tradução nossa ³⁶).
FEPTCE - Federación Plurinacional de Turismo Comunitario del Ecuador	Turismo Comunitário	“É a relação da comunidade com os visitantes desde uma perspectiva intercultural no desenvolvimento de viagens organizadas, com a participação consensual de seus membros, garantindo o manejo adequado dos recursos naturais, a valorização de seus patrimônios, os direitos culturais e territoriais dos povos, para a distribuição equitativa dos benefícios gerados” (Tradução nossa ³⁷).
Maldonado	Turismo Comunitário	“Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida” (MALDONADO, 2009, p.31).
Coriolano	Turismo Comunitário	“O turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo” (CORIOLANO, 2009, p.282).

³⁵ Disponível em: (<http://turisol.wordpress.com/>).

³⁶ El turismo rural comunitário se compone de experiencias turísticas planificadas e integradas sosteniblemente al medio rural y desarrolladas por los pobladores locales organizados para beneficio de la comunidad. Disponível em: (<http://www.actuarcostarica.com>).

³⁷ Es la relación de la comunidad con los visitantes desde una perspectiva intercultural en el desarrollo de viajes organizados, con la participación consensuada de sus miembros, garantizando el manejo adecuado de los recursos naturales, la valoración de sus Patrimonios, los derechos culturales y territoriales de las Nacionalidades y Pueblos, para la distribución equitativa de los beneficios generados. Disponível em: (<http://www.feptce.org>).

Sampaio <i>et al.</i>	Turismo comunitário, solidário e sustentável	“Apresenta-se como estratégia de sobrevivência e comunicação social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioprodutivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços.” (SAMPAIO <i>et al.</i> , 2011, p. 27)
-----------------------	--	--

Fonte: Fabrino (2013, p. 19).

Embora na literatura o turismo comunitário (como pôde ser visto no quadro 01) frequentemente venha relacionado a algum segmento de turismo como o ecoturismo e o turismo rural, é importante delinear que não se trata de mais um nicho do mercado turístico e sim de uma nova forma de se desenvolver a atividade, apoiado em bases endógenas e que pode ser pensado para diversos segmentos (FABRINO, 2013). Tomando como base as definições dadas, pode-se traçar um quadro mais enxuto e limitado para esta forma de se fazer turismo, que será utilizado como norteador desta pesquisa.

Em relação aos atores externos, por exemplo, eles possuem participação no processo, pois atuam como indutores, mesmo que o protagonismo esteja nas mãos dos atores endógenos (não se pode ignorar que a comunidade, embora sujeita de seu turismo, fez a opção por se inserir em um mercado aberto). A valorização da cultura local e a conservação da base ambiental da comunidade também é uma característica essencial, já que os produtos turísticos, serviços e atrativos locais estão intimamente relacionados com os processos sociais inseridos na comunidade e desta com seu ambiente. Vale destacar a importância dada ao processo de valorização social como um dos principais objetivos dessa nova forma de fazer turismo, como explica Sansolo; Bursztyn (2009). Irving (2009) também aborda esta temática como sendo uma necessidade, chamando-a de “base endógena da iniciativa e do desenvolvimento local”, onde essa forma de se pensar turismo tem que surgir como uma demanda legítima dos grupos sociais que habitam o lugar turístico e que estabelecem com este uma relação de dependência material e simbólica. Isso acaba resultando no protagonismo pretendido na tomada de decisões acerca da atividade e nas estratégias sustentáveis para desenvolver este novo turismo, inclusive impondo uma escala ambiental e social limitada de crescimento.

Outra consequência (e também causa, devido à emergência de uma demanda diferenciada) desta valorização da cultura local é a interculturalidade, ou seja, o intercâmbio cultural entre o local e o global, a relevância do diálogo de sentidos, novidade em relação ao

turismo convencional e sua produção de não lugares, simulacros de uma realidade em algumas localidades. O “encontro”, com o sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua, se torna a principal imagem do turismo comunitário. “Neste sentido, atores locais e turistas são, simultaneamente, agentes, sujeitos e objetos do processo, estabelecendo uma relação de troca, interação, descoberta e retroalimentação” (FABRINO, 2013, p. 27). Essa demanda turística exprime as necessidades da cultura e do meio ambiente.

A questão econômica, basilar para o sucesso do empreendimento, é controversa, pois muitos autores tratam da necessidade do turismo comunitário estar comprometido com a divisão equitativa de sua receita, notadamente aqueles autores que percebem grande influência da economia solidária. Todavia, o que é mais aceito no geral é apenas a questão dos benefícios estarem sendo direcionados para a própria comunidade (é este viés que será usado nas análises desta pesquisa), embora, para que se efetive a própria sustentabilidade, os benefícios devam ser distribuídos o mais profundamente possível. Outra característica basilar, principalmente no turismo comunitário desenvolvido no Ceará, é a questão dos arranjos produtivos locais, onde o turismo se integra às demais atividades produtivas locais sem substituí-las, como defende Coriolano (2009). Fabrino (2013, p. 25), ao destacar esta característica, afirma:

Tendo como premissa a integração com as demais atividades econômicas de uma localidade, o turismo comunitário acaba por propiciar o fortalecimento de atividades tradicionais – pois estas se tornam seus principais atrativos. Estabelece-se, assim, uma relação interdependente que se alimenta positivamente nas duas direções: o turismo encontra nas atividades tradicionais os elementos fundamentais que alicerçam seu desenvolvimento; e as atividades tradicionais, por sua vez, encontram nas instituições engendradas no turismo um meio para fortalecer as suas próprias práticas, técnicas e modos.

Algumas características também são analisadas como causa do “fracasso” de experiências de turismo comunitário (quando o processo não percebe uma base de apoio sólida na comunidade e passa a ser rejeitado) e devem ser levadas em consideração em qualquer análise que tenha foco nesse planejamento. Benevides (1997) afirma que para se tornar possível o desenvolvimento comunitário através do turismo deve haver uma difícil harmonização de cinco principais objetivos: conservação ambiental; identidade cultural; geração de ocupações produtivas; desenvolvimento participativo; e qualidade de vida. A própria criação de condições para que a comunidade realmente exerça seu protagonismo é um desses desafios. A comunidade não representa um organismo isento de influências externas, divergências internas e conflitos de interesse. Para Benevides (1997), apenas diminuir o espaço considerado não representa aumento da participação. O autor aborda que agir dessa

maneira é desconsiderar a existência de poderes nas relações sociais de dominação criadas na própria comunidade, o que está diretamente relacionado a outro equívoco, que é interpretar todas as ações de uma comunidade tradicional como resistência a projetos de expansão capitalista. Muitas vezes as relações de poder na própria comunidade estão dominadas por um bloco tradicional, o que afasta a ideia da hegemonia das relações comunais.

Essa negligência em não levar em consideração estas características e enxergar a comunidade como “apolítica” leva, inclusive, a críticas mais fortes e radicais, como a de Blackstock (2005), que afirma o turismo comunitário ser apenas mais um simulacro da indústria do turismo para manter o *status quo* apoiado em ideias propagandeadas para as comunidades e sustentadas por uma pretensa justiça social e empoderamento. Para ela, apenas uma forma de tornar a atividade mais atraente e palatável à comunidade que será explorada. Embora radical e extremada, esta crítica serve como uma reflexão sobre as relações de poder na comunidade e das barreiras políticas externas que impedem uma maior participação social, da presença de um grupo hegemônico e sua influência no processo decisório, o que acaba por descaracterizar a própria ideia de turismo comunitário. Buarque (1999, p. 10), ao abordar a questão do desenvolvimento local, explica essa característica:

[...] as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e, principalmente, de convergência importante dos atores da comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento.

Mielke (2009) aponta a presença estabelecida de um ambiente político-institucional como de grande relevância para que se possam desenvolver melhores relações de cooperação. Aliado a este viés institucional está a necessidade de maiores informações sobre a dinâmica do mercado, o que prejudicou muitas comunidades que aderiram ao turismo de base. Essa alienação em relação ao mercado, de acordo com Fabrino (2013, p. 43), pode ser explicada até mesmo através dos grupos de apoio às lideranças comunitárias por “[...] uma postura desatualizada e paternalista, que pressupõe que as populações pobres não podem participar [autonomamente] com sucesso de mercados comerciais”. É por isso que pesquisadores como Mitchell; Muckosy (2008) entendem que o turismo convencional ou *mainstream* pode fazer parte da solução. Para eles, o turismo comunitário deve dialogar com os fluxos do turismo já pré-estabelecidos, ao menos em um primeiro momento.

Simpson (2008) se aprofunda ainda mais nesta questão (entrando em sincronia com a postura determinista e discriminatória que acredita os comunitários não serem capazes de lidar com os meandros do mercado), desenvolvendo o CBTI (*Community Benefits Tourism*

Initiatives), que teria o foco nos benefícios diretos gerados para a comunidade local oriundos do turismo, independente da participação ou não da comunidade em todo o processo. Para o autor, a distribuição dos benefícios para a comunidade é alheia ao envolvimento da mesma no planejamento e execução da atividade turística. Embora admita que a participação da comunidade traga inúmeros benefícios intangíveis como valorização social e cultural e melhor entendimento das necessidades da própria comunidade, ele afirma que esse envolvimento não garante os dividendos econômicos, além de poder gerar ou agravar problemas como pressões externas, questões de governança, conflitos internos, entre outros. Contudo, o que estes autores não reconhecem é que o turismo comunitário já surge justamente para se contrapor a efeitos negativos prolongados causados pela implantação de projetos turísticos convencionais (projetos que possuem basicamente o mesmo caráter focado no vetor econômico). A questão econômica deve ser levada em consideração, até mesmo para a própria existência do projeto, contudo não deve ser priorizada em detrimento da valorização cultural e social ou da conservação do ambiente que sustenta as comunidades, por exemplo.

Para Mielke (2009), comunidades que já percebem uma estrutura política organizada, com alto grau de cooperação e empoderamento, conseguem inserir e desenvolver o turismo de forma mais fluida, inclusive dialogando mais facilmente com o mercado. Quando o contrário se torna regra, percebe-se grande dificuldade em se organizar em torno do turismo. Por isso, não se deve esperar que o turismo comunitário seja um projeto de curto prazo ou com tempo pré-determinado, até mesmo porque cada localidade encontrará suas especificidades e dificuldades. Maldonado (2009), devido a estes problemas, se coloca cuidadoso ao pensar o turismo para todos os tipos de comunidades. Para o autor, comunidades mais frágeis (política e institucionalmente) e com tendência a ser mais suscetíveis a impactos perceberão a ambiguidade do turismo de forma mais acentuada, com mudanças nos padrões de consumo e de produção mais fortes, por exemplo. Ele ainda aglutina todos os fatores que se contrapõem a um bom planejamento e desenvolvimento do turismo de base e aponta as consequências dessas ações, como: apresentação de uma oferta dispersa e fragmentada, carência de estruturas de cooperação interna para organizá-la e externa para potencializá-la; escassa diversificação dos produtos turísticos, que se apoiam majoritariamente sobre o patrimônio natural; gestão profissional limitada; qualidade heterogênea dos serviços; imagem pouco divulgada do turismo comunitário em mercados dinâmicos; participação marginal das mulheres em todo o processo; e um grande déficit de serviços públicos (MALDONADO, 2009).

5. A RESERVA EXTRATIVISTA DO BATOQUE

O Batoque é uma das seis praias do Município de Aquiraz, situado no litoral Leste do Estado do Ceará. A praia do Batoque fica a 54 km de Fortaleza e é a que percebe a menor taxa de ocupação da faixa litorânea no Município, abrigando uma pequena comunidade de pescadores e alguns poucos equipamentos turísticos como barracas de praia e algumas pousadas (VIDAL, 2006). Por se situar na divisa com o Município de Cascavel (e também por apresentar dificuldades no acesso por Aquiraz), como pode ser observado na figura 11, guarda com este e com Pindoretama fortes relações econômicas e sociais. Para se ter uma ideia, o acesso entre Batoque e Iguape (praia adjacente também pertencente à Aquiraz) se dá apenas através da faixa de praia, ficando sujeito à tábua de marés e à necessidade de veículos com tração diferenciada. O acesso rodoviário ao Batoque se dá mesmo através de Pindoretama através da rodovia estadual CE-040. A partir daí, se torna mais complicado, pois há aproximadamente 15 km de estrada vicinal (popularmente chamada de “carroçável”) sem pavimentação. No período chuvoso a estrada fica em condições quase intrafegáveis.

Figura 11: Mapa do Município de Aquiraz/CE.



Fonte: Perfil básico municipal – Aquiraz (IPECE, 2006).

Batoque, depois de um longo processo de conflitos com a especulação imobiliária, se tornou Reserva Extrativista em 2003, sendo formado por 601 hectares e 13.510 metros de perímetro, o que lhe dá características peculiares (Decreto sem número de 5 de junho de 2003). A RESEX é delimitada por três unidades geoambientais (ver figura 12): mar litorâneo; planície litorânea (onde fica a praia e o pós-praia, campo de dunas, além das planícies flúvio-lacustre e flúvio-marinha); e os tabuleiros pré-litorâneos (VIDAL, 2006). Para efeito de estudo desta pesquisa, o mar litorâneo (onde se dá o lazer marítimo e alguns esportes náuticos) e principalmente a planície litorânea (principal lócus de produção e consumo, onde se localizam as barracas de praia e o ancoradouro das jangadas e dos paquetes, além da lagoa e das dunas móveis e fixas) serão mais especificamente considerados.

Figura 12: Localização geográfica da Reserva Extrativista do Batoque, Aquiraz/CE.

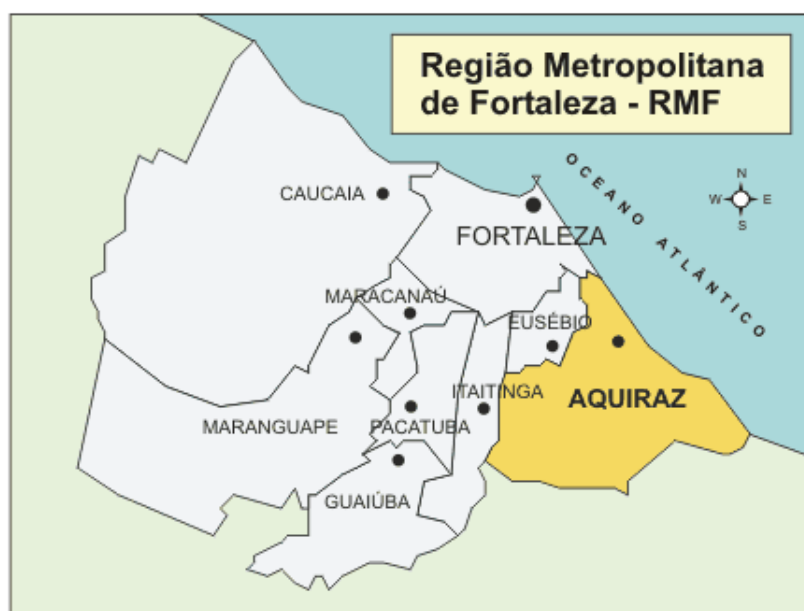


Fonte: Vidal (2006)

É interessante apontar que o Município de Aquiraz dispõe de outras unidades de conservação além da RESEX do Batoque, como a Área de Proteção Ambiental do rio Pacoti, que passa por Aquiraz, Fortaleza e Eusébio (Decreto nº 25.778 de 15 de fevereiro de 2000) e o Corredor Ecológico do mesmo rio (mesmo decreto da APA), além de possuir em seu território uma área indígena (o grupo Jenipapo-Kanindé), constituída por aproximadamente 60 famílias que vivem próximo à Lagoa Encantada, vizinho ao Batoque (VIDAL, 2006). Vale ressaltar ainda a influência da Área de Proteção Ambiental do Balbino, situada no Município de Cascavel, limítrofe à RESEX do Batoque.

Como afirma o IPECE (2006), os 30 km de costa pertencentes à Aquiraz são distribuídos por cordões de dunas, lagoas, lagunas, manguezais, além de serem cortados pela desembocadura de diversos rios (Pacoti, Catu, riacho Caponga Funda), entre outros atrativos naturais que fazem parte da oferta turística do Município. Não há como abordar o Batoque e a posterior organização da comunidade, o que desembocará na institucionalização da Reserva Extrativista, sem abordar Aquiraz e o desenvolvimento do turismo em seu território. Aquiraz faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza³⁸ desde sua criação. Distante 21 km em linha reta aproximadamente da capital cearense, guarda com esta relação estreita desde o período colonial (a proximidade pode ser observada na figura 13). De acordo com dados do IPECE (2006), Aquiraz possui uma área equivalente a 480,976 km², sendo limitada ao Norte pelo Oceano Atlântico, Fortaleza e Eusébio, ao Sul por Horizonte, Cascavel e Pindoretama, ao Oeste por Eusébio, Itaitinga e Horizonte e, finalmente, ao Leste pelo Oceano Atlântico. Com um clima Tropical Quente Subúmido, percebendo uma pluviosidade média em torno de 1.300 mm/ano (principalmente distribuídos entre os meses de janeiro e maio) e uma temperatura média que varia entre os 26° e 28°, Aquiraz é um dos principais destinos turísticos do Estado do Ceará.

Figura 13: Mapa das principais cidades que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza.



Fonte: IPECE (2006).

³⁸ De acordo com dados do IBGE (2010), a Região Metropolitana de Fortaleza, criada por lei em 1973, sendo posteriormente ampliada, é constituída por 15 Municípios (Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pindoretama e São Gonçalo do Amarante), abrangendo uma área de 5.790.703 km² e uma população de 3.615.767 habitantes, além de um PIB referente à aproximadamente R\$ 57 bilhões.

De acordo com acompanhamento da SETUR (2009), em 1999 a praia do Porto das Dunas representava 9,1% da preferência dos turistas que se deslocavam ao Ceará, o que dava a quarta posição entre as praias que mais recebiam turistas à época. Em 2008, embora a participação do Porto das Dunas tenha caído para 4,8%, Prainha (5,3%) e Iguape (4,4%) já faziam parte do grupo de praias mais procuradas por turistas, o que demonstra a posição de destaque para Aquiraz no mercado turístico estadual. O desenvolvimento turístico do Município acompanhou as dinâmicas regionais já debatidas neste estudo, o que causou impacto direto no crescimento populacional (o crescimento da indústria é outro fator que explica o crescimento demográfico da região): a população residente em 1960 era de 26.592 habitantes; em 1970 passa para 32.457; em 1980 continua a aumentar, 45.111 habitantes residentes; em 1991 já eram 46.305 habitantes; em 2000, 60.469; e em 2010, 72.628 pessoas (IBGE, 2010). Somente nos últimos 20 anos, espaço tempo em que o turismo percebeu um crescimento mais acentuado, houve um aumento de 56,8% da população residente de Aquiraz.

Aquiraz se divide em oito distritos, conforme apresentado na figura 14: distrito-sede; Camará; Caponga da Bernarda; Jacaúna (distrito que engloba a RESEX do Batoque); Justiniano de Serpa; Patacas; Tapera e João de Castro. O acesso ao Município partindo de Fortaleza se dá através da rodovia estadual CE-040, que liga diretamente às praias do litoral Leste, e através da CE-025 (SOUZA, 2005). Além dessas rodovias principais, há uma série de estradas vicinais, algumas inclusive em péssimo estado de conservação. Para se alcançar a maioria dos distritos o acesso se dá por estas estradas.

Figura 14: Divisão político-administrativa do Município de Aquiraz.



Fonte: IPECE (2006).

Aquiraz também tem relevante importância histórica para o Ceará. Em 1699 se tornou a primeira vila da capitania do Siará Grande, então subordinada à Pernambuco, em grande parte devido à importância do porto do Iguape (SOUZA, 2005). Como o nome indica (Aquiraz é uma palavra tupi que significa “gentio da terra”), a presença indígena também foi significativa na história do Município. Souza (2005) destaca que grande parte das comunidades de pescadores do litoral cearense sofreram influências destas comunidades indígenas, haja vista a organização em torno das técnicas de pesca e de agricultura, por exemplo. O Município continuou a manter grande relevância no cenário cearense ao longo dos séculos XVIII e XIX, seja econômica ou política, como durante o período das chamadas “charqueadas” ou durante o ciclo do algodão (PONTES, 2009). Como aborda Souza (2005), equipamentos culturais e históricos que retratam esta importância podem ser visitados no centro de Aquiraz, como o Mercado das Carnes, a casa do capitão-mor, e algumas heranças deixadas pelos jesuítas (o hospício e a igreja anexa são exemplos de patrimônio erigido pelos padres).

Todavia, até meados do século XX Aquiraz ainda era uma cidade essencialmente rural. Dados mostrados pelo IBGE (2010) apontam que dos 26.592 habitantes residentes no Município em 1960, 23.090 viviam na zona rural. As principais atividades econômicas de então giravam em torno da pecuária, da produção extrativista vegetal e da produção pesqueira. O turismo chega ao litoral aquiraense de acordo com a expansão do interesse pela maritimidade pelos fortalezenses, como já abordado aqui. Com a natural “escassez” dos locais próximos à praia em Fortaleza, a demanda se volta para as regiões litorâneas próximas à capital (Caucaia e Aquiraz foram os principais alvos dessa demanda). Já na década de 1970, o litoral de Aquiraz começa a perceber a transformação através do veraneio e das segundas-residências (ARAÚJO; PEREIRA; PAULA, 2010). Junto com um crescente interesse pelo turismo, a infraestrutura demandada por estas atividades transforma mais profundamente a zona litorânea.

Vale ressaltar que Aquiraz não sofreu influência direta (ou investimentos diretos) do PRODETUR/NE, programa que dinamizou e acelerou o desenvolvimento do turismo na década de 1990. Como a região já percebia uma forte infraestrutura turística (Aquiraz possui o segundo maior polo hoteleiro do Estado), onde se destaca o complexo turístico Beach Park, não houve necessidade imediata de se investir ali de acordo com a lógica dos planejadores. Embora o PRODETUR/NE reserve fortes investimentos na oferta turística e na modernização dos equipamentos do Município durante a aplicação de sua segunda fase a partir de 2005.

Essa presença de investidores privados explica o motivo do litoral de Aquiraz ter percebido mudança em sua dinâmica alguns anos antes da massificação do turismo no restante do litoral cearense.

Lima (2002) é mais específico ainda em sua abordagem quando afirma que o veraneio e a valorização de se morar próximo ao mar começam a incorporar, em movimento originado em Fortaleza, primeiramente o Icaraí e Iparana (Caucaia), além da Prainha (Aquiraz). Em seguida, esse movimento de incorporação de localidades praianas expande-se para territórios mais distantes, como Iguape e Cumbuco (nos mesmos municípios). O turismo litorâneo, processo seguinte neste movimento de valorização dos espaços litorâneos, começa a se desenvolver em um segundo momento, trazendo mudanças mais bruscas e profundas às localidades. Em Aquiraz isso se torna mais visível na Praia do Porto das Dunas, onde se localiza o complexo turístico Beach Park, enquanto o veraneio e as segundas-residências dominam as praias de Iguape, Presídio e Prainha.

[...] em alguns pontos determinados surgiram enclaves turísticos, particularizados pela presença do turista que deseja manter-se protegido e distante da realidade local das comunidades. É o que ocorre quanto aos empreendimentos turísticos do tipo Hotel Praia das Fontes (Beberibe), Beach Park e Aquaville Resort (Aquiraz), Marina Park (Fortaleza) e Cidade Turística Porto Canoa (Aracati) (LIMA, 2002, p. 67).

Harvey (2004) fala de uma substituição do chamado valor de uso (que satisfaz uma necessidade ou desejo) para o chamado valor de troca (que é objeto de barganha para conseguir outras mercadorias) na contemporaneidade. É essa modificação na racionalidade do consumo por qual passa os espaços litorâneos de Aquiraz, ou seja, o lugar se transforma em mercadoria na medida em que a apropriação do espaço e seus modos de uso passam a ser orientados cada vez mais pelo mercado. Como traz Souza (2005, p. 66) ao abordar a transformação social, econômica e ambiental por qual passou o litoral aquiraense: “os espaços antes das comunidades locais são objeto da apropriação e dão lugar a segundas residências e/ou empreendimentos hoteleiros e de lazer, ocorrendo uma ocupação desenfreada do território por novos agentes, culminando na expulsão das comunidades”. Como pode ser observada na tabela 01, a valorização dos espaços litorâneos foi veloz e de tal grandeza (notadamente no Porto das Dunas, mais próximo da capital) que se tornou difícil para a comunidade autóctone não ser “engolida” e sofrer os impactos deste movimento.

Tabela 01: Valorização dos imóveis nas localidades de Iguape, Prainha e Porto das Dunas (período 1983/2003).

ANO	LOCAL	ÁREA DO IMÓVEL ² (M ²)	DATA	MOEDA NA DATA (*)	VALOR DO IMÓVEL	VR. DO DÓLAR NA DATA(*)	VALOR ATUALIZADO EM DÓLAR (2004)	VALOR ² DO M ² EM DÓLAR (2004)
1983	Iguape	4.230	09/10/83	Cr\$	1.200,00	758,00	1,58	0,0004
	Prainha	1.050	01/10/83	Cr\$	1.650,00	738,00	2,24	0,0021
1987	Prainha	1.400	25/08/87	Cz\$	750.000,00	47,82	15.682,50	11,20
	P.Dunas	800	27/08/87	Cz\$	385.000,00	48,00	8.020,83	10,02
	P.Dunas	477	27/08/87	Cz\$	95.000,00	48,00	1.979,17	4,142
1990	Iguape	600	07/11/90	Cr\$	200.000,00	114,57	1.745,66	2,90
	Prainha	774	20/11/90	Cr\$	500.000,00	122,01	4.098,02	5,29
	P.Dunas	1.200	07/11/90	Cr\$	1.200.000,00	114,57	10.473,95	8,72
2003	Iguape	2.030	15/12/03	R\$	20.000,00	2,929	6.827,57	3,36
	Prainha	1.820	15/12/03	R\$	27.000,00	2,929	9.217,22	5,06
	P.Dunas	800	01/11/03	R\$	40.000,00	2,859	13.990,91	17,48

Fonte: Rodrigues (2004), *Jornal O Povo – Classificados, 1983, 1987, 1990 e 2003.*

(*) os valores em dólar e a conversão da moeda foram obtidos no banco central.

Foi justamente o conflito gerado pela valorização dos espaços litorâneos através turismo que caracterizou o surgimento da Reserva Extrativista do Batoque, notadamente a partir do final da década de 1980. De acordo com Silva (1987), a ocupação do Batoque se iniciou por volta de 1860, através da família Vitorino, pescadores e extrativistas de tabuba (*Thypha dominguensis*), planta característica da região, embora outras famílias possivelmente já tivessem passado por ali. Oficialmente, Batoque passa a existir a partir de 1893, quando é criado o distrito de Jacaúna. Silva (1987) afirma que a ocupação do Batoque ocorreu de modo lento e gradual tendo a lagoa do Batoque como principal meio de sobrevivência (na figura 15 é apresentada a lagoa com suas tabubas características). Um dado curioso é a origem do nome Batoque. Segundo Lima (2002), os moradores mais antigos da comunidade falam de uma influência dos índios Botocudos, outros citam que era na realidade o nome de uma madeira branca que esses índios utilizavam como ornamento. Contudo, o relato mais difundido é mesmo o que guarda relação com a palavra batuque, que se remete ao som vindo das águas das lagoas da região.

Figura 15: Lagoa do Batoque com a tradicional presença da tabuba.



Fonte: acervo do autor (2014).

A partir da criação do distrito de Jacaúna, a comunidade passou a agregar novos atores. Todavia, a característica basilar de comunidade apenas de pescadores permaneceu até meados da década de 1980, quando a especulação imobiliária alcançou a praia. Alguns habitantes venderam grande parte de seus coqueiros a um único proprietário que os demarcou com suas iniciais (LIMA, 2002). Como afirma Vidal (2006, p. 104), “para se ter a posse da terra, era exigido, legalmente, que o ocupante fizesse algumas benfeitorias no terreno, dessa forma, a plantação de coqueiros no litoral garantia a seguridade do terreno aos moradores”. Lima (2002) aponta uma desavença envolvendo um especulador e a comunidade no ano de 1983 que contou até com intervenção da polícia. Era o início da “terceira etapa³⁹” do processo de ocupação da zona costeira cearense, como sistematiza Lima (2002), quando surge a figura do morador/caseiro e também a figura de muitos “grileiros”, que forjam a propriedade de alguns territórios visando à especulação imobiliária. Desta forma, a comunidade foi perdendo o controle total das terras, que passaram em grande parte a ser “propriedade” de um único dono.

³⁹ Para LIMA (2002), o processo de ocupação da costa cearense respeitou algumas etapas: a primeira é referente ao uso e ocupação dessa zona por comunidades tradicionais; a segunda etapa, a partir da década de 1970, é quando começam a se construir os chamados “paraísos”, tendo Canoa Quebrada como maior exemplo, além de perceber o início da chegada dos veranistas e das segundas-residência; a terceira etapa começa quando os moradores vendem suas casas a esses veranistas e se tornam caseiros, modificando as relações sociais e econômicas; a última fase, que tem início em sua grande parte no final da década de 1980 e durante a década de 1990, é quando o turismo de massa incorpora estas regiões à economia nacional e internacional, aliado a um grande processo de urbanização.

Junto à perda da posse da terra algumas “regras” vieram à tona, como proibição da coleta do coco, impedimento de plantar nas vazantes, além da proibição de construção de novas casas para os filhos dos antigos moradores (VIDAL, 2006). Os conflitos se agravaram, com pessoas a defender os interesses dos novos proprietários (muitas vezes fazendo uso de violência) contra os antigos habitantes apoiados por representantes de diversas instituições como grupos de pesquisa universitários. Um dos grupos que auxiliaram os moradores de Batoque foi o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza (CDPDH), representado pelo padre Luis Fornasier. No mesmo ano em que o padre iniciou seus trabalhos na comunidade foi criada a Associação de Moradores do Batoque (1989), justamente tendo como objetivo principal organizar a comunidade para lutar pela permanência nas terras (LIMA, 2002).

Durante este período, um novo “dono” reivindicou 80 hectares da praia do Batoque como sua propriedade alegando possuir um documento imobiliário referente a uma área chamada de “Sucurujuba”, a qual até hoje se desconhece a localização, como aborda Vidal (2006). Iniciou-se uma contenda judicial entre a Associação de Moradores e o suposto proprietário, que teve reconhecida pela justiça a posse de apenas uma pequena parcela das terras reivindicadas, isso o possibilita manter uma segunda-residência na praia até hoje. Fortalecidos, os moradores iniciaram outra contenda judicial, agora contra um dos maiores empresários industriais do Estado, que reclamou para si grande parte das terras da área.

Em meados da década de 1990, ainda durante o litígio contra o empresário, a Associação de Moradores, através da assessoria da arquidiocese de Fortaleza, tomou conhecimento de outros mecanismos possivelmente mais eficazes para a garantia da posse da terra. Lima (2002) afirma que, percebendo a institucionalização da Reserva Extrativista como uma forma de manter a preservação e conservação do meio ambiente e do meio social, além de garantir o território aos “batoqueiros”, os moradores manifestaram formalmente ao IBAMA o seu interesse em criar uma RESEX na região. Neste contexto, é interessante refletir sobre como a especulação agiu sobre o valor da terra e pensar como se deu essa relação. Souza (2005) tentou dar traços mais nítidos a essa questão ao afirmar que as condições locais, como os recursos naturais que estão disponíveis, o valor social que dado território adquire como revelador de *status* e até mesmo a ação do poder público constituem a concepção do valor de uma terra. Moraes (1999, p. 25) define o papel protagonista do Estado para a construção do processo de valorização dos espaços litorâneos assim:

[...] o maior agente impactante na zona costeira, com capacidade de reverter tendências de ocupação e gerar novas perspectivas de uso, sobretudo pela imobilização de áreas (mediante seu tombamento) e pela instalação de grandes equipamentos ou dotação de infraestruturas (como estradas, portos, ou complexos industriais).

Com certeza contribuiu para a tomada de decisão da comunidade sobre a institucionalização da RESEX a proposta de construção de um grande empreendimento turístico chamado de “Aquiraz Resort”, sustentado pelo grupo Odebrecht, e que seria composto por 14 hotéis cinco estrelas, perfazendo uma faixa de 8 km de praia desde o Barro Preto até o Batoque com valores investidos em torno dos R\$ 800 milhões (LIMA, 2002). Vale destacar que o Ministério Público intermediou a contenda entre o empreendimento e a comunidade criando um Termo de Ajuste de Conduta que além de dar acesso à propriedade da terra aos “batoqueiros” também viabilizava a construção do empreendimento em outra faixa.

Contudo, a posse da parcela de terra protestada pelos especuladores não pôde ser comprovada (evidenciando um possível processo de “grilagem”), o que acelerou o processo de criação da Reserva. Como afirma Vidal (2006, p. 106), “em junho de 1999 foi selado um acordo que reconhece aos moradores a posse da terra, assim inicia-se o processo de criação de uma Reserva Extrativista para o Batoque”. No mesmo mês o IBAMA iniciou os estudos socioeconômicos e ambientais sobre a área englobando alguns segmentos (pescadores, barraqueiros, agricultores, artesãos, agentes de saúde e profissionais da educação e do turismo). Em 2003 foi instituída a RESEX do Batoque (Decreto sem número de 5 de junho de 2003), uma unidade de conservação de uso sustentável, caracterizada por ser uma área habitada por populações extrativistas tradicionais, no qual a subsistência é baseada no extrativismo, como a pesca e, complementarmente, agricultura e criação de animais de pequeno porte (Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000).

Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela administração e execução das Unidades de Conservação em território nacional (Lei nº 11.616 de 28 de agosto de 2007), a criação de uma RESEX em uma comunidade tem por objetivo “proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”⁴⁰. É interessante apontar que quando uma área se torna RESEX, se transforma em um domínio público, sendo que, como informa o ICMBio, as populações que lá habitam possuem um “contrato de concessão de

⁴⁰ Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/categorias>. Consultado em: 20/05/2014.

direito real de uso”, além de haver a obrigatoriedade de desapropriação das áreas particulares constituídas em seus limites (Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000). A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) é outra instituição que auxilia o Batoque, que inclusive dispõe de uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007). Para estes, uma comunidade tradicional é definida por:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2007).

Hoje em dia, a Reserva conta com aproximadamente 1000 habitantes que percebem inúmeros problemas sociais, como: baixo poder aquisitivo; baixa ocupação produtiva; falta de saneamento básico; educação precária; infraestrutura inadequada; entre outros fatores que não auxiliam a melhora da qualidade de vida na praia (VIDAL, 2006). Em pesquisas realizadas durante a última década, Vidal (2006), Braid (2004) e o próprio ICMBio através de seus levantamentos, constataram que em torno de 27% da população do Batoque não sabe ler nem escrever e mais de 44% tem apenas o primeiro grau incompleto. Outros 14% concluíram o primeiro grau, mas sem prosseguir nos estudos, enquanto que somente 4% cursaram o segundo grau (apenas 8% concluíram o ensino médio). Em relação ao nível superior, 1% dos habitantes possui algum diploma de graduação, enquanto outros 2% ainda estão nos bancos da faculdade. A comunidade possui apenas um estabelecimento de ensino, sendo este apenas de nível fundamental. Para concluir o ensino médio os jovens devem se deslocar até Pindoretama. A parcela da comunidade que aparecia nas pesquisas em idade economicamente ativa também é um dado relevante (42% referente ao número de adultos entre 26 e 65 anos, sendo que 20% de jovens entre 19 e 25 anos). Em relação à saúde, há apenas um posto de saúde em Batoque que presta atendimento básico em diversas áreas (desde odontologia até acompanhamento do programa saúde da família). A RESEX não possui saneamento básico (traço comum a praticamente todo o litoral cearense), sendo a maioria das casas possuidora de fossas rudimentares. Assim como também não possui abastecimento de água, sendo utilizada água proveniente de poços artesianos (de acordo com entrevista dada pelos representantes do ICMBio). A prefeitura de Aquiraz realiza coleta regular de lixo, porém o número de resíduos sólidos espalhados de forma inadequada pela RESEX ainda é considerável.

Atualmente, também se coloca como um dos principais problemas da Reserva a divergência entre os moradores e o poder público (representado principalmente pela ação do ICMBio). Esta divergência, aliada aos conflitos internos entre os próprios moradores, se coloca como um grande entrave para qualquer planejamento conjunto que possa ser pensado para a comunidade. Para se ter uma ideia da profundidade das divergências, até hoje a comunidade ainda se divide em relação à criação da RESEX. Como constata Borges (2011), alguns observam a criação da Reserva como algo benéfico à medida que garantiu a permanência dos nativos, afastando o perigo da ameaça dos empreendimentos turísticos de grande porte. Todavia, outros percebem que o surgimento da Reserva retirou dos moradores a autonomia, tornando a comunidade submissa à intervenção do Estado através do ICMBio (estes utilizam como exemplo que qualquer ação, desde a construção de alguma residência até a retirada da areia das casas proveniente da dinâmica das dunas, deve passar por autorização do Instituto). Borges (2011) ainda reflete acerca destas divergências, o que pode ser estendido à situação do Batoque, afirmando que quando o “inimigo” é externo, a organização comunitária se fortalece, tendo como objetivo coletivo a luta pela permanência de seus direitos. Porém, quando as divergências são internas, os laços comunitários, como solidariedade e união, se enfraquecem e dificultam o desenvolvimento comunitário.

O que se pôde observar é que a institucionalização da Reserva Extrativista de fato impediu que os problemas enfrentados nas comunidades vizinhas atingissem o Batoque de forma mais profunda (embora alguns dos problemas já sejam percebidos mais concretamente dentro da RESEX). Souza (2005), ao analisar o litoral do Aquiraz, afirma que a maioria dos impactos negativos oriundos ou potencializados pelo turismo e pelo veraneio foi comum a todas as praias deste Município (tendo o Porto das Dunas um caráter diferenciado e peculiar). Problemas como a expulsão da população autóctone, segregação espacial, aumento da violência, da prostituição e do consumo de drogas, desemprego e decréscimo das atividades comerciais, construção de edificações em locais inapropriados, desmatamento e compactação de dunas, contaminação dos recursos hídricos, desaparecimento progressivo das atividades tradicionais, ausência de abastecimento de água e saneamento básico, entre outros fatores socioeconômicos e ambientais que são observados em quase toda a totalidade do litoral aquiraense (SOUZA, 2005).

De uma forma geral, uma economia extrativista pode ser definida como o conjunto de riquezas existentes em estado natural, possibilitando a sobrevivência do ser humano em ecossistemas característicos, onde a natureza é encarada como recurso produtivo,

ou seja, capital (ALEGRETTI, 1994). Desta forma, a organização econômica do Batoque ainda mantém a pesca como essencial e basilar, sendo ainda a principal atividade econômica – em torno de 23% da renda total provinha desta atividade (BRAID, 2004), seguida pela atividade comercial (7% da renda) e pela agricultura (5% da renda) – dados que serão atualizados mais adiante. Vale ressaltar que a população jovem reluta em seguir a atividade pesqueira, buscando outras formas de ocupação produtiva. Em relação ao comércio, é constituído de bens de primeira necessidade em grande parte adquiridos em Pindoretama e Cascavel. Como complemento da renda, há o turismo comunitário e o aluguel de muitas residências, assim como alguma extração vegetal e pecuária extensiva (a extração de tabuba quase não mais acontece e isso demonstra a modificação dos hábitos e costumes locais, haja vista que a extração da planta foi um dos pilares da ocupação da praia). O extrativismo vegetal tem pouca relevância para a comunidade e o que justifica a caracterização como RESEX é a pesca, considerada artesanal em função do uso de técnicas rudimentares e baixa inserção tecnológica. Ainda como serviços ligados à atividade turística, algumas barracas e restaurantes podem ser encontrados pela Reserva.

De acordo com Braid (2004), todas estas atividades correspondiam a 41% da renda total da comunidade, enquanto os outros 59% provinham de rendimentos alternativos como aposentadorias e auxílios governamentais (17% e 18% de representatividade respectivamente), além de serviços extras prestados a terceiros, como caseiros e trabalhadores da construção civil (6% e 7% respectivamente). É interessante salientar que grande parte da agricultura, por exemplo, é destinada à subsistência, assim como a pecuária é utilizada como complemento alimentar (há principalmente uma produção considerável de batata-doce, comercializada com os Municípios vizinhos, além do coco cuja renda é revertida para a manutenção da Associação de Moradores). O artesanato também é subvalorizado na Reserva, onde antes havia o costume difundido de transformar a tabuba em chapéus, bolsas e outros acessórios, por exemplo. A questão econômica talvez seja um dos principais problemas enfrentados pela RESEX, já que é difícil se transpor as dificuldades de sua acanhada economia sem causar maiores danos ambientais ou gerar fluxos desordenados de pessoas. Foi desta forma que a comunidade aderiu ao turismo comunitário, percebendo nele uma alternativa viável nos moldes sustentáveis para auxiliar o desenvolvimento comunitário e torna-la economicamente autossustentável.

6. TURISMO COMUNITÁRIO NA RESEX DO BATOQUE

Para analisar o turismo comunitário realizado na RESEX do Batoque foram feitas observações *in loco*, visitas em campo e entrevistas entre maio e julho de 2014 com os principais líderes da comunidade e com representantes das principais instituições envolvidas neste projeto: Rede Tucum e Associação Caiçara, além da Associação de Moradores do Batoque, que constitui o Grupo de Turismo da Comunidade Local (GTCL), e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), gestor formal da Reserva Extrativista. Visitas a algumas das comunidades (Prainha do Canto Verde, Tatajuba, Ponta Grossa e Caetanos de Cima) que realizam turismo de base também foram feitas ao longo dos anos de 2012 e 2013. Vale ressaltar que, como primeiro passo de qualquer pesquisa realizada em uma Unidade de Conservação, foi solicitado e aprovado requerimento junto ao ICMBio (responsável pela RESEX do Batoque) para realização desta pesquisa.

Questionários semiestruturados foram aplicados também com os moradores da Reserva, perfazendo 62 famílias e, aproximadamente, 154 moradores da RESEX (alguns moradores entraram na amostragem, contudo, devido à falta de informações mais completas, não foram contabilizados em todos os indicadores). É interessante destacar que, de acordo com levantamento oficial realizado pelo Instituto Chico Mendes entre os meses de abril e maio de 2014, residem no Batoque 262 famílias, incluindo moradores nativos e outros que atualmente habitam a RESEX, num total de aproximadamente 1.000 habitantes (dados coleados em entrevista⁴¹). O levantamento de dados perfaz um total de 23,66% das famílias da RESEX. De acordo com Cozby (2003), uma amostra de 10% referente a qualquer população permite um grau de confiança em torno de 95%. A margem de erro da amostra é de 6% (tendo como base a maior quantidade possível de acerto esperado). Os valores são alcançados através da utilização da fórmula estatística indicada por Morettin (1999) para variável intervalar e população finita:

$$n = \frac{Z^2 \cdot \sigma^2 \cdot N}{e^2 \cdot (N-1) + Z^2 \cdot \sigma^2}$$

Onde:

n = amostra

Z = nível de confiança (valores tabelados)

σ^2 = variância populacional⁴²

N = população total

e = erro amostral

⁴¹ Entrevista realizada no dia 18 de junho de 2014, através de questionário, com a analista ambiental responsável pela RESEX do Batoque.

⁴² A variância populacional foi trocada por P.Q (quantidade de acerto esperado pela quantidade de erro esperado, em porcentagem).

Empreendimentos turísticos (barracas e pousadas) também foram recenseados e um questionário semiestruturado foi aplicado com os proprietários e/ou funcionários dos estabelecimentos (foram recenseadas sete barracas em um total de 18, além de duas pousadas de propriedade particular). No total, três questionários distintos foram construídos para auxiliar a análise principal da pesquisa (é interessante salientar que um quarto questionário também foi criado tendo os visitantes da RESEX como alvo, contudo, em todas as visitas realizadas à comunidade o número de turistas encontrados foi irrelevante, o que impossibilitou a coleta destes dados).

A pesquisa tem um caráter descritivo, sendo um estudo de caso e tendo natureza qualitativa e quantitativa de acordo com a abordagem de Appolinário (2009). Os dados levantados, principalmente com os questionários, servem de subsídio para a análise qualitativa do fenômeno (o turismo comunitário), que é preponderante nesta pesquisa. Representam o “olhar do pesquisador”, como afirma Borges (2011, p. 24): “as dimensões de abordagem qualitativa trabalham com cultura, valores, crenças, hábitos, representações e simbologias que proporcionam a diversidade de sentidos, principalmente no modo de vida das comunidades, que vão para além das estatísticas”. Embora a pesquisa seja descritiva, busca-se uma finalidade aplicada a ela, ou seja, que auxilie e seja um instrumento a mais durante as tomadas de decisão que têm o turismo comunitário como foco.

É interessante apontar também que embora a pesquisa seja transversal, no referencial teórico buscou-se a correlação e o aprofundamento com pesquisas anteriores no sentido de se obter uma ideia mais abrangente do estado da arte. As questões e observações que servem de parâmetro norteador da pesquisa buscam a análise do turismo comunitário inserido nas três principais dimensões do desenvolvimento sustentável (e a interação entre elas): econômica, ambiental e social. Constituindo estas três grandes áreas foram enfatizados outros pontos a serem analisados como, por exemplo, a gestão comunitária do turismo, a governança e outros quesitos que influenciam a sustentabilidade e a viabilidade econômica, além de seus respectivos impactos no meio social e ambiental.

6.1 A INFLUÊNCIA DA PRAINHA DO CANTO VERDE

De acordo com os relatos coletados e com os dados levantados, observou-se que o turismo comunitário começou tardiamente a ser realizado na comunidade do Batoque se for levada em consideração sua existência em outras comunidades litorâneas cearenses. A

Prainha do Canto Verde, pioneira em todo o processo cearense, inicia-se no turismo comunitário ainda no começo da década de 1990, depois influenciando a adesão dos próprios “batoqueiros”. O processo de especulação e conflitos pela terra no Canto Verde foi semelhante e contemporâneo ao ocorrido em Batoque (inclusive com a participação dos mesmos agentes especuladores). Entretanto, os habitantes da Prainha, influenciados por diversos atores internos e externos, aceitaram mais rápido o turismo comunitário como uma aposta alternativa para a manutenção de seu território (inclusive percebendo a importância econômica complementar da atividade) e valorização social de sua cultura.

Alguns fatores que inexistiram em Batoque possibilitaram esse pioneirismo da Prainha, entre eles pode-se citar a presença e liderança de um estrangeiro que já possuía experiência com formas alternativas de turismo, o que provocou impacto considerável na forma de se organizar internamente e de articular externamente os interesses da comunidade, inclusive ajudando na própria construção da proposta do turismo de base, como afirma Fabrino (2013). Já em 1993 os moradores da Prainha recebiam turistas em suas casas em um processo que iniciou o debate que culminaria na criação do Projeto Turístico Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde. Em 1997 a Associação de Moradores da Prainha se organizou em torno de um conselho de turismo para pensar e gerir uma nova forma de se fazer turismo. Era o início concreto do turismo comunitário em terras cearenses.

Foi o pioneirismo da Prainha do Canto Verde que inspirou outras comunidades a observarem o turismo também como um meio de defesa de seus interesses e não apenas como um inimigo avassalador. A Associação de Moradores da Prainha, inclusive, passou a prestar assessoria e oficinas para divulgar e ajudar outras comunidades que demonstraram interesse em desenvolver o turismo de base (Ponta Grossa, uma comunidade litorânea do Município de Icapuí, por exemplo, criou a Associação do Turismo, Meio Ambiente e Cultura em 1998 justamente para desenvolver o turismo comunitário e fortalecer a cultura local fortemente influenciado pelo processo que estava ocorrendo no Canto Verde). Como já destacado aqui, Borges (2011) afirma que o modelo de turismo de base realizado e construído pela Prainha do Canto Verde não só norteou o planejamento das outras comunidades como, principalmente, incentivou a participação das populações locais no engajamento necessário e vital ao turismo comunitário.

A influência foi de tal grandeza que o debate e o intercâmbio de experiências entre os comunitários (notadamente do litoral cearense) se aprofundou, possibilitando e

justificando a criação de um Seminário Internacional de Turismo Sustentável, já que o crescente número de comunidades que estavam aderindo ou tinham interesse de realizar o turismo de base necessitavam de um diálogo mais dinâmico e abrangente. O Seminário, que se deu entre os anos de 2005 e 2008, além de permitir o intercâmbio cultural comunitário, tinha como objetivo disseminar práticas sustentáveis voltadas ao turismo de base, englobando ações como cursos de formação de lideranças, um processo que culminou na articulação que deu origem à Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum). Foi somente a partir desta evolução dos primeiros passos que o Batoque passou a compreender a importância estratégica do turismo comunitário.

A não aceitação imediata (ou não interesse) em relação ao turismo de base pode ser explicada em grande parte pela desconfiança da população local sobre qualquer ação que envolvesse turismo, haja vista o histórico de conflitos entre a comunidade e os projetos de empreendimentos turísticos na praia. Essa rejeição ao turismo se converteu em um obstáculo ao desenvolvimento do turismo de base até mesmo depois da adesão do Batoque à Rede Tucum (processo que se deu desde a criação da Rede em 2008), como explicam as principais lideranças da própria Rede e da comunidade (informações tomadas junto às entrevistas). A articulação para a construção da primeira pousada comunitária, por exemplo, basilar para o desenvolvimento da atividade turística, se dá apenas por volta de 2010, em grande parte fruto do esforço incentivador dos grupos apoiadores do turismo comunitário, notadamente a Associação Caiçara⁴³. Aqui, é importante não confundir a resistência do Batoque em relação ao turismo de base como resistência simples ao processo de turistificação da praia, haja vista que os visitantes há tempos fazem parte da economia e cultura local, sejam como veranistas (vilegiatura), ecoturistas, excursionistas ou turistas convencionais. A paisagem do Batoque é composta por diversos atores, entre eles os visitantes, que também fazem parte do mosaico, como percebido na figura 16.

⁴³ Associação Caiçara de Promoção Humana, com sede em Icapuí, Ceará, tem por finalidade prestar apoio e orientação às comunidades locais carentes do Nordeste do Brasil, elaborando projetos estratégicos na área de formação de lideranças, qualificação profissional, promoção e desenvolvimento do turismo participativo, formação de parcerias com órgãos públicos e privados, além de apoio a comunidades organizadas, como associação de classe, associação de moradores, cooperativas e outras (BORGES, 2011, p. 25).

Figura 16: Casa de morador do Batoque para alugar por períodos curtos.



Fonte: acervo do autor (2014).

6.2 A RELAÇÃO COM A REDE TUCUM

Faz-se essencial para o entendimento do funcionamento do turismo comunitário em Batoque (e em outras comunidades), compreender o papel das instituições de apoio. A Rede Tucum é o músculo que liga e impulsiona o desenvolvimento do turismo comunitário em todas as comunidades que aderiram a este modelo (a figura 17 comprova a participação da Rede na comunidade do Batoque). Assim como as folhas da palmeira que dá origem ao nome da instituição, Tucum (*bactris sedosa*), a Rede só se concretiza na união e articulação de seus membros. Atualmente é composta por 15 comunidades⁴⁴, como delineado na figura 18 (a figura, embora seja a mais atual, não mostra as últimas comunidades recentemente agregadas à Rede), que percebem graus diferentes de cooperação e dinâmicas distintas de planejamento do turismo. O papel da Rede é justamente interligar e articular todas as comunidades, além de realizar a promoção e comercialização coletiva do turismo de base. Inserido na construção do pensamento sobre como desenvolver o turismo comunitário, a Rede é justamente o elemento externo que dá o impulso inicial e o apoio essencial, prestando a assessoria necessária para que a comunidade possa “tomar as rédeas” de seu turismo. De acordo com o Caderno de

⁴⁴ Tatajuba (Camocim), Curral Velho (Acarú), Caetanos de Cima (Amontada), Jenipapo Kanindé (Aquiraz), Batoque (Aquiraz), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Assentamento Coqueirinho (Fortim), Assentamento Maceió (Itapipoca), Vila da Volta (Aracati), Ponta Grossa (Icapuí) e comunidade Tapeba (Caucaia), além do povoado de Flecheiras (Trairi) e dois pontos de apoio em Fortaleza – Alojamento Frei Humberto (MST) e Associação Mulheres em Movimento (Conjunto Palmeiras).

Normas e Procedimentos Internos (REDE TUCUM, 2013, p. 8), a Rede foi criada com dois objetivos principais:

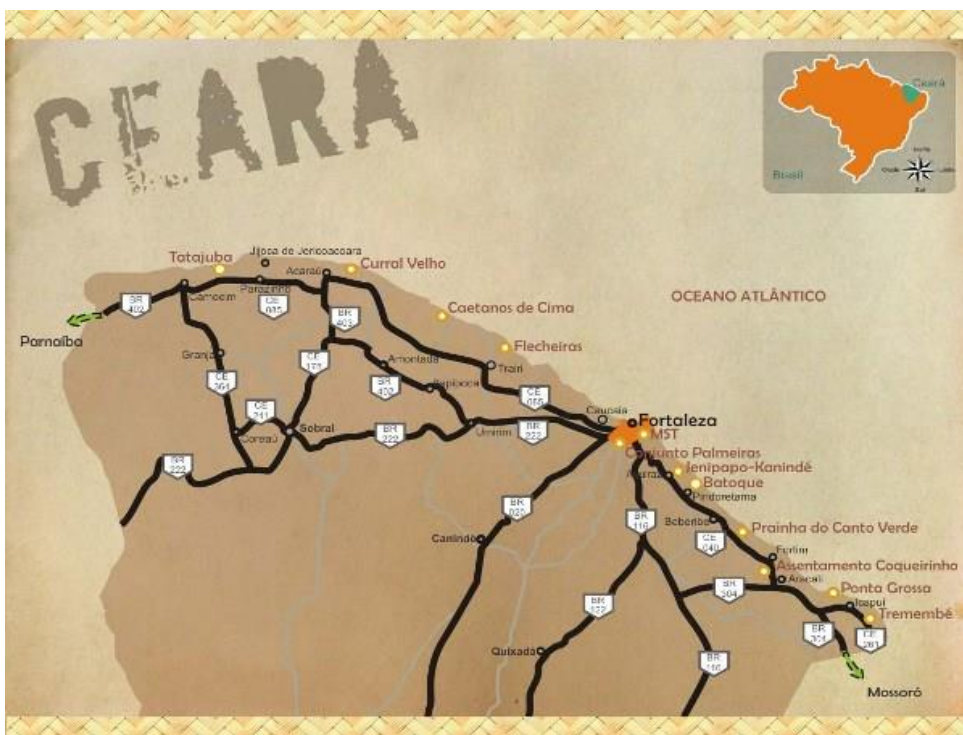
Promover formas de oferta turística locais para garantir às populações tradicionais a permanência em seu território e possibilitar a continuidade das atividades econômicas tradicionais [...] e oferecer aos viajantes responsáveis de todo o mundo a oportunidade de conhecer e vivenciar experiências de turismo comunitário junto às populações tradicionais.

Figura 17: Placa promocional da Rede Tucum divulgando o turismo comunitário na praia do Batoque.



Fonte: acervo do autor (2014).

Figura 18: Comunidades integrantes da Rede Tucum (em vermelho).



Fonte: Rede Tucum (2013).

A estrutura da Rede Tucum já demonstra o caráter de cooperação e democracia transparente que o turismo comunitário exige. A instância máxima da Rede é a Assembleia, formada por todos os membros participantes da estrutura e com a tarefa de elaborar, aprovar ou alterar qualquer documento interno como estatuto, regimentos, etc.; aprovar a adesão ou exclusão de algum membro da Rede; entre outras definições (REDE TUCUM, 2013). Vale destacar que a Assembleia é um encontro anual que deve contar com a participação de representantes de todas as comunidades-membros, espaço onde inclusive acontece a maior parte das colaborações intercomunitárias. Há também uma coordenação colegiada na estrutura da Rede que conta com um coordenador de cada comunidade, além de um representante das instituições parceiras. Essa coordenação é responsável por manter a funcionalidade da Rede e também de realizar o Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA).

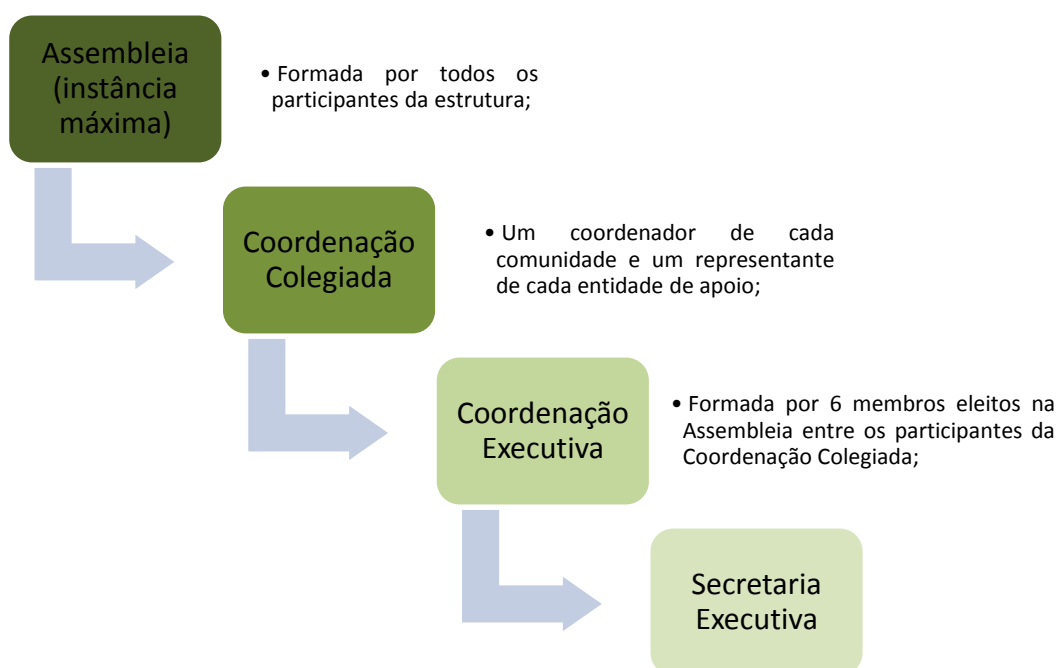
É interessante salientar a importância dos grupos parceiros que prestam assessoria e apoio à Rede e às comunidades de forma mais direta. Além da já citada Associação Caiçara, que conta com uma ONG italiana como parceira (Tremembé *Onlus*, que inclusive possui experiência com turismo comunitário ao administrar a pousada Tremembé, em Icapuí), o Instituto Terramar também tem presença marcante, pois possui ligação umbilical com a Rede Tucum, além da ADELCO (Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido), que entrou em parceria quando da entrada da comunidade Tapeba que aderiu à Rede em 2010. Para tornar mais eficiente o alcance da Rede, foi acordado que a Associação Caiçara seria responsável pela assessoria das comunidades do litoral Leste, com exceção da Prainha do Canto Verde, enquanto a própria Rede Tucum ficou com as comunidades do litoral Oeste.

Novamente em relação à estrutura da Rede Tucum, também há uma coordenação executiva formada por seis membros eleitos entre os membros da coordenação colegiada. Essa coordenação representa institucionalmente a Rede e trabalha o relacionamento com os parceiros, além de subordinar a secretaria executiva (que faz a gestão dos projetos da Rede, entre outras atribuições). Na ponta da estrutura da Rede Tucum (mas sem fazer parte da estrutura formal) estão os Grupos de Turismo Comunitário Local (no Batoque o GT é constituído pelo Conselho Deliberativo da própria Associação de Moradores). Os GT são a parte essencial e vital de todo o processo, sendo de exclusiva responsabilidade da organização comunitária. São eles que atuam como gestores do turismo local, definindo os limites e moldes do desenvolvimento da atividade turística em consonância com as estratégias de desenvolvimento e organização da Rede (REDE TUCUM, 2013). A estrutura está demonstrada de forma resumida na figura 19. Vale a pena salientar que são as próprias

comunidades que solicitam a participação na Rede. A partir do pedido formal, a coordenação visita a comunidade e gera um parecer para ser aprovado em Assembleia. Neste momento é necessário dar ênfase ao caráter descentralizado da Rede que busca manter a autonomia das comunidades. Daí, a importância do GT não estar subordinado em uma estrutura formal a nenhuma instância administrativa. A ideia da Rede é estimular a participação e a formação de massa crítica entre a própria população local, como demonstra esta passagem:

Compreendemos o turismo comunitário como uma oportunidade para as populações tradicionais possuírem o controle efetivo sobre as transformações no seu território, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades, das estruturas e dos serviços turísticos [...]. Também na perspectiva de dialogar com princípios que orientam e fortalecem relações solidárias entre homens e mulheres construtores/as de uma sociedade comprometida com a sustentabilidade em seus aspectos políticos, culturais, ambientais e econômicos (REDE TUCUM, 2013).

Figura 19: Estrutura descentralizada da Rede Tucum.



Fonte: elaborado pelo autor (2014).

Atualmente, a política da Rede Tucum sofreu algumas modificações, fruto do amadurecimento do processo de construção (a Rede tem menos de seis anos de existência), como a exigência de adequação das comunidades-membro ao Manual de Procedimentos e Normas da Rede Tucum (2013). Isso representa uma tentativa de dinamizar, notadamente nas comunidades que ainda percebem o turismo de forma bastante incipiente, e aperfeiçoar o processo de construção do turismo comunitário.

De uma forma geral, o turista tem contato com a proposta de turismo de determinada comunidade através da promoção da Rede Tucum. Toda a interligação entre a

demanda e a comunidade, salvo algumas exceções, é realizada pela Rede. Após o contato, o turista realiza o pagamento pelos serviços diretamente à comunidade, seja na pousada ou na barraca/restaurante, ficando para a gestão local o dever de organizar os serviços para atender os visitantes e distribuir a renda oriunda destas visitas. As trilhas e produtos turísticos também são pensados, planejados e realizados pelo Grupo de Turismo local. Uma obrigação exigida pela Rede é que se institucionalize formalmente uma organização na comunidade (por exemplo, uma Associação de Moradores) para que se mantenha um contato formal com a instituição. Em Batoque, a Associação Comunitária dos Moradores possui reconhecimento jurídico e é a responsável pela organização do Grupo de Turismo.

Contudo, o que se percebeu é que o GT do Batoque ainda é desarticulado, sem possuir sequer uma estrutura formalizada, sendo apenas uma “pauta” para o Conselho Deliberativo da Associação de Moradores (em outras comunidades o GT possui uma coordenação que, inclusive, se divide em subgrupos como hospedagem, alimentação e transporte, entre outras atribuições). No Batoque, quando alguma ação referente ao turismo comunitário se impõe, é realizada uma discussão e posterior diálogo junto ao Conselho Deliberativo. Todavia, a principal função do Conselho é manter aberto o contato junto ao Instituto Chico Mendes, gestor da RESEX. Aliás, a formação do Conselho é uma das exigências da legislação para a formação de uma Reserva Extrativista (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000).

Como reza o conceito e o objetivo principal do turismo comunitário, é a própria comunidade que faz a gestão (prestação de contas, organização, etc.) dos equipamentos turísticos ligados ao GT (vale a pena frisar que também há modelos familiares, em que a gestão é feita apenas por uma família). Embora participe de quase todo o processo que envolve o turismo nas comunidades, a Rede Tucum conta apenas com uma taxa anual referente a 10% da receita do turismo arrecadada em cada comunidade. A Rede também indica que deva ser cobrada uma taxa semelhante, a ser direcionada para o GT, sobre as atividades turísticas realizadas pelos proprietários dos equipamentos ligados ao turismo comunitário (hospedagem, alimentação, passeios e trilhas, entre outros). Contudo, devido às particularidades de cada comunidade, esse valor pode ser negociado e discutido. O que deve ser enfatizado é a transparência de todo o processo, desde a prestação de contas até a contabilidade final. Isso se torna essencial para que o turismo de base ganhe apoio e demonstre viabilidade.

Em Batoque, toda a renda gerada pelo turismo ainda é voltada apenas à manutenção do único equipamento comunitário da localidade (a pousada Marisol, que pode ser vista na figura 20). Há a previsão de que a renda seja revertida à Associação de Moradores, assim como a renda oriunda do comércio do coco. Contudo, segundo entrevista da presidente da Associação de Moradores, o rendimento gerado pelo turismo ainda é pequeno, o que dá apenas para cobrir os custos com a manutenção da pousada. É interessante apontar que nenhuma das barracas é ligada ao GT, embora os proprietários participem da Associação de Moradores e, em grande parte, apoiem a iniciativa do turismo comunitário (como visto a seguir).

Figura 20: Pousada comunitária Marisol.



Fonte: acervo do autor (2014).

A Rede aconselha em suas consultorias que ao menos 70% da renda sejam investidos na própria atividade turística (viagem para cursos, eventos, promoção e outras demandas priorizadas pelo GT). Uma parte (em torno de 20%) também deve ter como destino outras atividades comunitárias, mantendo o caráter complementar e agregador do turismo comunitário. O que se evidencia no Batoque é uma necessidade de institucionalização da gestão do turismo, das receitas e despesas, avaliação e planejamento. A Rede tenta aperfeiçoar estes instrumentos, contudo o diálogo com a comunidade não é uniforme. Por exemplo, dados mais específicos sobre o fluxo de turistas para a pousada comunitária foram buscados junto à Rede e à própria Associação de Moradores, porém essa informação não existia. Ações deste tipo dificultam o planejamento e a gestão da atividade. Essa troca de informações e geração

de dados é uma demanda obrigatória buscada pela Rede Tucum e seu novo Caderno de Normas e Procedimentos Internos (2013).

No questionário A, destinado aos gestores e lideranças locais do turismo comunitário do Batoque, havia a pergunta específica sobre o número e o perfil dos turistas que visitam a praia e a pousada comunitária. Tanto a Rede Tucum (que deveria receber estes dados do GT local) quanto a própria Associação de Moradores (representada por sua presidente) e outros líderes da localidade, informaram de forma vaga ou não souberam responder. O que se pode apresentar é que há uma predominância de turistas estrangeiros, notadamente nos meses de férias europeias, e turistas oriundos de Fortaleza⁴⁵. As visitas se dão quase em sua totalidade durante os fins de semana e datas comemorativas, o que pôde ser ratificado pelos proprietários de barracas, que só percebem fluxo significativo de clientes durante os mesmos períodos.

Outro dado destacado durante as entrevistas com esse grupo foi a desarticulação e um possível desinteresse da Associação de Moradores em relação ao turismo comunitário, conforme relato de uma ex-presidente da Associação: “[a Associação] não demonstra muito interesse” (informação prestada de forma oral). A Rede Tucum também se queixa da baixa frequência dos representantes do Batoque nas Assembleias e reuniões, além do contato intermitente com o GT local. Esse desinteresse pode ser compreendido talvez por considerarem a atividade turística como não essencial ao cotidiano comunitário. Mas, o que pensam os habitantes da praia? Em relação à organização local para o turismo, é notória a desarticulação, pois não existe um grupo de turismo específico (como acontece em outras comunidades), uma equipe permanente (durante todo o período de pesquisa, não foi notado nenhuma participação de qualquer grupo em particular para, por exemplo, fazer o guiamento em trilhas, contudo a Associação informou que esse grupo é reunido com pessoas que estejam à disposição quando da visita de algum turista previamente agendado) e a ausência de lideranças que possam aglutinar os diversos processos e agentes do turismo local (vale salientar que, devido a divergências políticas, muitas lideranças jovens e tradicionais se afastaram do processo de condução do turismo no Batoque).

Em relação aos produtos turísticos que podem ser desenvolvidos ou que já são explorados, foi observada a existência de algumas trilhas organizadas, como a trilha da Barra

⁴⁵ De acordo com a Rede Tucum, durante o último ano foram registrados entre 1500 e 2000 visitantes em todas as comunidades associadas à Rede, contabilizando inclusive aqueles que não pernoveram, mas utilizaram os equipamentos comunitários.

e a trilha do Marisco. Há também uma regata frequentemente planejada para coincidir com a data de criação da RESEX, no dia 5 de junho, além das tradicionais comemorações a São Pedro (durante os dias 19 e 29 de junho), que também culmina com uma regata infanto-juvenil. A comunidade também mantém uma forte relação com o plantio de coco e com a batata-doce, cultivada sempre nas vazantes e que dá origem a doces e compotas. Além do seu caráter singular de comunidade de pescadores, onde o peixe tem papel vital na organização social da praia. Todavia, os maiores recursos turísticos são realmente paisagísticos, tanto a Lagoa do Batoque, que se impõe por entre o campo de dunas, quanto seu litoral ainda bem preservado. A última questão do questionário A traz quase em uníssono a mesma inquietação, seja dos representantes da Associação de Moradores, da Rede ou das lideranças locais: há a necessidade de melhor articulação e envolvimento dos moradores como um todo em torno do turismo comunitário, pois, segundo os mesmos, “a praia do Batoque possui grande potencial para desenvolver esse turismo e trazer melhor condição de vida para a população local” (informações prestadas de forma oral).

6.3 O TURISMO E SEU IMPACTO AMBIENTAL

Antes de abordar a dimensão mais importante do turismo de base, a participação popular e o empoderamento da comunidade, a pesquisa buscou analisar a relação do turismo com o meio ambiente do Batoque (vale salientar que foi esta preocupação que deu início ao movimento de defesa da praia, já que grande parte da comunidade depende de forma direta do ambiente). A questão ambiental é um fator positivo da Reserva Extrativista do Batoque, inclusive em comparação às outras comunidades que desenvolvem o turismo de base. A institucionalização de uma Unidade de Conservação representa uma garantia última de que aquele meio estará protegido de impactos negativos ou ao menos que estes impactos serão minimizados. As três unidades geoambientais encontradas na RESEX (VIDAL, 2006) – mar litorâneo, planície litorânea e tabuleiros pré-litorâneos – se encontram em bom estado de conservação.

Na planície litorânea, unidade mais impactada pela atividade turística (como definido e justificado no capítulo anterior, é a área onde as observações da pesquisa se deram de forma mais detalhada), há forte presença de barracas no pós-praia (a questão do tratamento dos resíduos causa preocupação devido à fragilidade ambiental da unidade) e também na praia (estas sofrem com o avanço do mar e com a dinâmica de sedimentos e deve ser alvo de uma melhor política de ordenamento do território), como pode ser visto na figura 21. A coleta de

resíduos sólidos provenientes das barracas é realizada, como em toda a comunidade, através de serviço público de coleta, embora as barracas mais afastadas, que se encontram próximas às dunas, não recebam o devido tratamento de seus resíduos. Já os resíduos líquidos, como um traço comum à maioria das comunidades litorâneas do Ceará, não recebem tratamento sanitário e são destinados a fossas rudimentares, como classifica o IBGE (2010). De acordo com a Associação de Moradores, a qualidade da água do mar é monitorada periodicamente e ainda não foram registrados traços de contaminação fora do normal, mesmo que os resíduos líquidos tenham uma capacidade ampliada de atingir o lençol freático em áreas de costa. A instalação de equipamentos turísticos no pós-praia também tem relativo impacto na dinâmica de materiais, já que ainda se situam em uma área de transição de material arenoso que sofre impacto da ação eólica.

Figura 21: Fragmentos de antigas construções e novas barracas construídas no pós-praia.



Fonte: acervo do autor (2014).

Ainda na planície litorânea, entre a faixa de praia e os tabuleiros, situam-se as unidades de maior representatividade da RESEX: as dunas. Vidal (2006) classifica as dunas do Batoque como tendo características peculiares, sendo a maior parte classificadas como dunas semifixas por possuírem características pertencentes às outras duas classificações (móvel e fixa). O impacto produzido pela atividade turística sobre estas áreas ainda é baixo. Talvez as trilhas (que seguem por sobre o campo de dunas até o riacho Boa Vista, limite Leste da Reserva, ou em direção ao riacho do Marisco, limite Oeste) promovam erosão moderada por ocorrerem em baixa escala e em períodos espaçados no tempo. O maior impacto sobre o

campo de dunas registrado durante a pesquisa foi mesmo a questão das moradias próximas às dunas móveis, como visto na figura 22 (nesta área, como reflexo da influência da especulação imobiliária, a maioria das residências encontradas é de veranistas). As dunas também são compactadas por se tornarem trajeto de passeios de bugue e outros veículos *off road*, em grande parte proveniente do Complexo Turístico do Porto das Dunas ou mesmo de trilhas organizadas por particulares. Um ordenamento do fluxo destes “visitantes” também se faz necessário, já que mesmo a legislação impede o livre tráfego desses veículos dentro da Reserva.

Figura 22: Casa de veraneio construída por sobre o campo de dunas.



Fonte: acervo do autor (2014).

A lagoa do Batoque (figura 23), talvez o maior recurso turístico da Reserva, além de patrimônio histórico e cultural, também não recebe maiores impactos negativos advindos da atividade turística. Caracterizada como uma lagoa interdunar perene (VIDAL, 2006) e situada na planície flúvio-lacustre, a lagoa sofreu pressões devido ao crescimento do número de moradias em seu entorno (a especulação imobiliária agiu também sobre este ecossistema) e de atividades de lazer ali realizadas. Após a diminuição gradativa da pressão em torno da lagoa, foi incentivada a construção de “fossas verdes” em processo conduzido pela Associação de Moradores, concluindo a completa recuperação da lagoa. De acordo com relato dos representantes do ICMBio (em entrevista), o projeto de recuperação contou com recursos do Programa Petrobras Ambiental e construiu 80 canteiros biossépticos (as chamadas fossas verdes) nas residências e estabelecimentos situados próximos à lagoa, o que impediu a contaminação através dos resíduos líquidos que antes tinham destino inadequado. Em relação

aos resíduos sólidos que afetavam a lagoa, houve um processo de conscientização, principalmente dos visitantes, que minimizou os impactos dali gerados, embora um número ainda relevante de lixo possa ser encontrado no entorno do ecossistema.

Figura 23: Lagoa do Batoque.



Fonte: acervo do autor (2014).

Em relação aos tabuleiros pré-litorâneos, representam a unidade mais preservada da Reserva, com a presença de uma vegetação característica (vegetação de tabuleiro) em excelentes condições de desenvolvimento, por exemplo. Na realidade, os tabuleiros recebem poucas atividades antrópicas em suas áreas. Apenas algumas culturas agrícolas que são realizadas em zonas próximas, como as vazantes, e algumas poucas residências podem ser percebidas. Paradoxalmente, a pavimentação da estrada que liga à Pindoretama, tão almejada por alguns moradores, é que pode trazer maior impacto para esta unidade (e seria o contato mais profundo do turismo com os tabuleiros). Devido à importância dos tabuleiros (mesmo perfazendo menos de 1% da Reserva, são importantes devido às inter-relações com as outras unidades geoambientais e as trocas de matéria e energia), deve-se ter um estudo aprofundado sobre os impactos negativos que serão originados pela pavimentação da estrada.

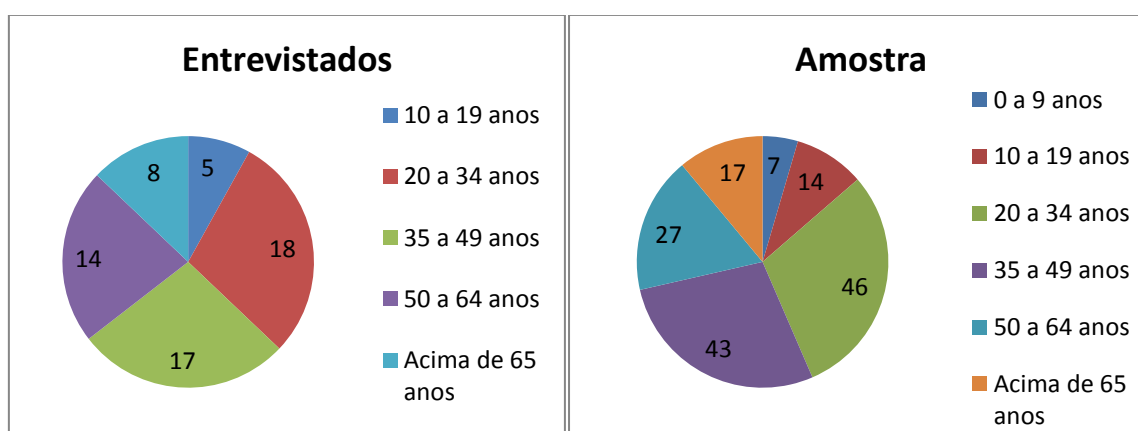
6.4. CONHECENDO OS “BATOQUEIROS” E SUA RELAÇÃO COM O TURISMO: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO

As questões levantadas até aqui sempre envolvem o meio social da comunidade e estão de alguma maneira relacionadas à participação popular, requisito primeiro para o

turismo de base. Assim, a partir do interesse em conhecer a população do Batoque, suas características e influências, além de como ela observa a construção do turismo em sua praia, foi que se confeccionou o questionário D, voltado para a comunidade em geral. O principal questionamento deste questionário visa entender como a população do Batoque “sente” o turismo comunitário, como ela apoia esta ideia e como se engaja em sua produção. Algumas perguntas deste questionário também englobam questões acerca da demografia da praia, já que a escassez de pesquisas sobre o Batoque impedia uma análise comparativa mais ampla destes dados (em algumas questões havia a necessidade de atualização das informações e em outras as informações simplesmente inexistiam).

Para a aplicação dos questionários a comunidade foi dividida por zonas a fim de estruturar melhor a ação (as residências próximas à praia e próximas à lagoa, rua principal e residências periféricas), buscando uma amostra da população o mais abrangente possível. Embora tenha havido a preocupação desta divisão, a amostragem escolhida foi aleatória e simples. As visitas à comunidade e a aplicação dos questionários se deu durante todo o mês de junho e o início de julho. Das 62 famílias entrevistadas, houve equilíbrio de gênero entre aqueles que prestaram as informações (30 homens e 32 mulheres) e também na composição da amostra recenseada (81 homens e 73 mulheres em um total de 154 moradores). Em relação à faixa etária, houve uma predominância da população adulta jovem (de 20 a 49 anos) tanto entre aqueles que prestaram as informações (56,4%) como na composição da amostra (57,7%), conforme observado no gráfico 06, abaixo.

Gráfico 06: Composição por faixa etária; entrevistados (total de 62 pessoas); amostragem geral (total de 154 pessoas).



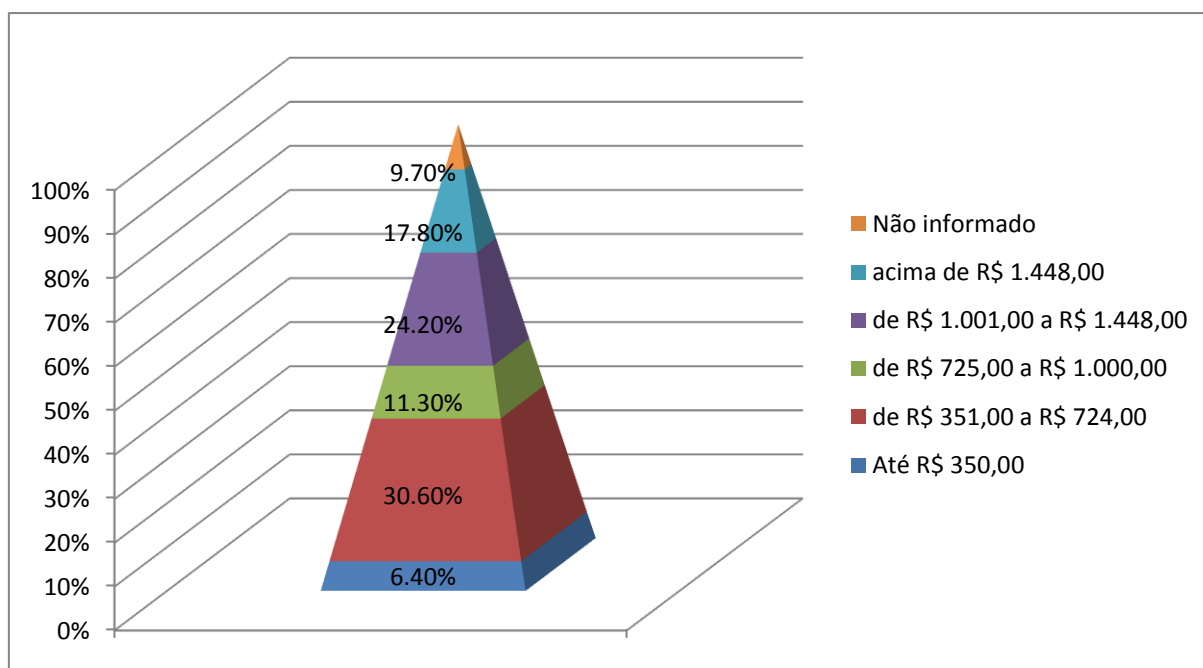
Fonte: elaborado pelo autor (2014).

Em relação à renda, as famílias se dividem em cinco principais faixas salariais (embora tenham sido baseadas nas faixas salariais adotadas pelo IBGE, o conceito aqui

utilizado fez uso de uma divisão mais ampla, separando em faixas o que seria a classe E), conforme aponta o gráfico 07. A maior parte das famílias recebe rendimentos em torno de um salário mínimo (30,6%). A faixa imediatamente superior (entre R\$ 725,00 até R\$ 1.000,00) engloba outros 11,3% das famílias. A segunda maior parcela da comunidade (24,2%) se inclui na camada que vai de R\$ 1.001,00 até R\$ 1.448,00 (na divisão adotada pelo IBGE, todas estas faixas compreendem a classe E). Acima deste valor ainda há a participação de 17,8% das famílias do Batoque. Para melhor entender estes números deve-se compreender o contexto da pesquisa. Os dados foram levantados junto às famílias. Neste raciocínio, foi observada relação proporcional entre o número dos componentes de uma família e seus rendimentos.

Mesmo assim, 72,5% das famílias da RESEX percebem até dois salários mínimos. Se fosse adotado o critério do IBGE (2010) poder-se-ia afirmar que praticamente três quartos da comunidade pertencem à classe E. Isto demonstra a importância dos programas de transferência de renda do Estado para a Reserva Extrativista, principalmente durante o período do defeso, já que grande parte dos moradores são pescadores, como será visto a seguir. A importância das transferências se torna ainda mais evidente quando posto que apenas 6,4% das famílias afirmam receber menos do que R\$ 350,00 de renda total.

Gráfico 07: Composição da renda familiar no Batoque.



Fonte: elaborado pelo autor (2014).

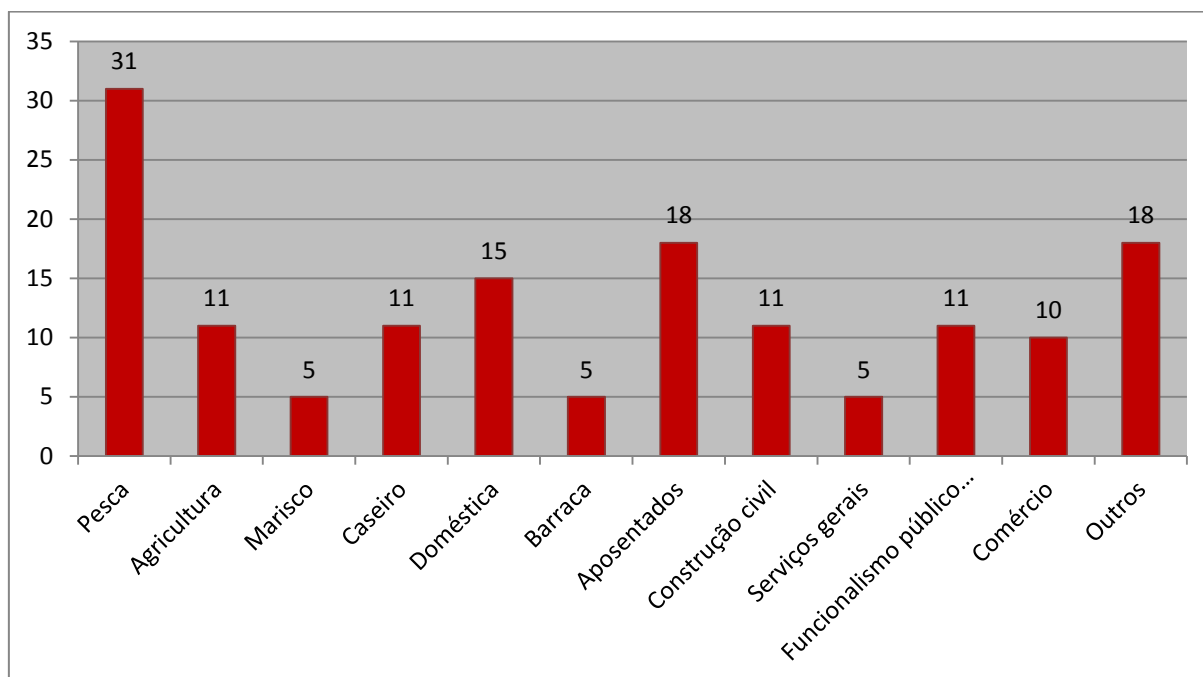
A análise dos dados referentes à composição da amostra e à renda das famílias é particularmente importante devido a evidenciar a existência massiva de uma população jovem

economicamente ativa no Batoque. Se for expandido para a camada etária imediatamente superior (englobando os habitantes entre 20 e 64 anos) ter-se-á uma hegemonia ainda maior (75,3%) da população ainda em idade de contribuir ativamente para a economia. Para que a análise não possua um viés estritamente economicista, buscou-se conhecer a ampla gama de ocupações produtivas dos “batoqueiros”, ocupações estas que nem sempre possuem relação valorativa, mas que são de importância fundamental para o bem-estar dos moradores (SEN, 2000). De um total de 151 pessoas economicamente ativas que foram recenseadas (uma parte destes moradores não foram incluídos pela amostragem devido à falta de informações mais completas como gênero e idade, por exemplo), observa-se uma óbvia predominância da pesca como ocupação principal da RESEX (20,52%), seguida por um expressivo número de aposentados (11,92%) e domésticas (9,93%), conforme demonstrado no gráfico 08, o que entra em ressonância com algumas informações levantadas pela pesquisa de Braid (2004). Na figura 24, pescadores preparam o tradicional *manzuá*, instrumento de pesca da lagosta. Em relação aos aposentados é interessante ressaltar que quatro pessoas afirmaram que esta era sua ocupação secundária, o que elevaria o peso das aposentadorias como principal fonte de renda (14,19%).

Figura 24: Pescadores preparam o manzuá.



Fonte: acervo do autor (2014).

Gráfico 08: Principais ocupações produtivas da população do Batoque.

Fonte: elaborado pelo autor (2014).

A existência de atividades geradoras de rendas complementares também é um fato comum na RESEX, notadamente entre aposentados e durante o período de defeso da pesca. Desta forma, 31 moradores responderam realizar alguma atividade extra. Destes, a maior parte faz artesanato (19,35%), seguido por algum serviço nas barracas ou alguma atividade envolvendo a própria pesca (ambos 16,12%). As outras ocupações que aparecem têm alguma relação com o setor de serviços, seja no comércio ou em alguma pousada, além da agricultura de subsistência. Se analisado à parte, se evidenciará a predominância de atividades diretamente impactadas pela atividade turística (comércio e serviços), seja como ocupação principal ou secundária, o que poderia ser mais bem compreendido na organização da cadeia de produção do próprio turismo de base. Como melhor inserir estas atividades no contexto do turismo comunitário? Os rendimentos inferiores a dois salários também evidenciam a necessidade de uma atividade complementar que possa incrementar a renda das famílias e se apresentar como alternativa de renda para a comunidade (se agregando às ocupações produtivas tradicionais da praia), até mesmo para diminuir a necessidade de deslocamento dos moradores, já que grande parte destes se desloca a outras cidades por motivos de trabalho. É justamente neste espaço que o turismo comunitário busca se enquadrar como atividade complementar.

Outro número que surpreende quando se analisam os dados levantados é a participação de considerável número de caseiros (7,2% das ocupações) no mercado de

trabalho da comunidade. O próprio ICMBio, de acordo com entrevista de sua representante, reconhece a existência de aproximadamente 130 casas de veraneio na RESEX. Vale ressaltar que grande parte do movimento que deu origem à Associação de Moradores e à posterior criação da Reserva Extrativista surgiu justamente contra a especulação imobiliária e contra a instalação de alguns veranistas. Inclusive, a legislação ambiental ao criar uma RESEX tenta coibir o uso da terra para outros fins que não o extrativismo, seja marinho ou terrestre, através de um contrato real de uso. Todavia, como pôde ser evidenciado, as segundas-residências e seus visitantes ainda possuem elevada importância econômica para a Reserva (seja no aluguel de residências em épocas específicas ou mesmo através da vilegiatura). Essa questão foi mais bem trabalhada no questionário, quando os entrevistados foram convidados a dissertar sobre o turismo (e o veraneio) na RESEX, explicando seu ponto de vista. Inserido neste questionamento, turismo e veraneio aparecem separados para facilitar o entendimento, embora às vezes participem do mesmo contexto.

Das famílias entrevistadas, 51 afirmaram ser a favor que o turismo se desenvolva nos limites da RESEX. Destes, 40 defendem essa posição abordando os benefícios econômicos trazidos por uma expansão da atividade turística. A maior característica do turismo, para eles, é promover a geração de emprego e renda, principalmente para a população mais jovem que não se engaja em nenhuma das ocupações tradicionais locais (pesca, agricultura e extrativismo). Outra família abordou que, apesar de ser a favor, não percebe turismo e nem potencial para desenvolvê-lo em suas terras. Outras nove famílias afirmaram ser a favor, todavia com ressalvas. “Talvez se viesse com maior fiscalização”, aborda uma moradora. Outra, mais engajada, afirmou ser contra o “turismo de massa, que degrada e destrói”. Apenas um entrevistado citou a questão do orgulho de pertencer a um “paraíso turístico” e de seu local ser procurado por outros. Quando se falou das segundas-residências de forma mais específica, todos estes apoiavam, embora grande parte separe os antigos veranistas dos que porventura viessem a “habitar” a região. “Quem já está pode ficar, mas não se pode mais ampliar”, disse uma moradora. Inclusive antigas lideranças, quando questionadas acerca disso, também sustentaram a mesma opinião: “é o sustento do Batoque”! A relação que os locais mantêm como caseiros e faxineiros ou até mesmo como vizinhos dos veranistas é muito forte e estreita (há até laços de compadrio, por exemplo), o que já está inserido no meio social.

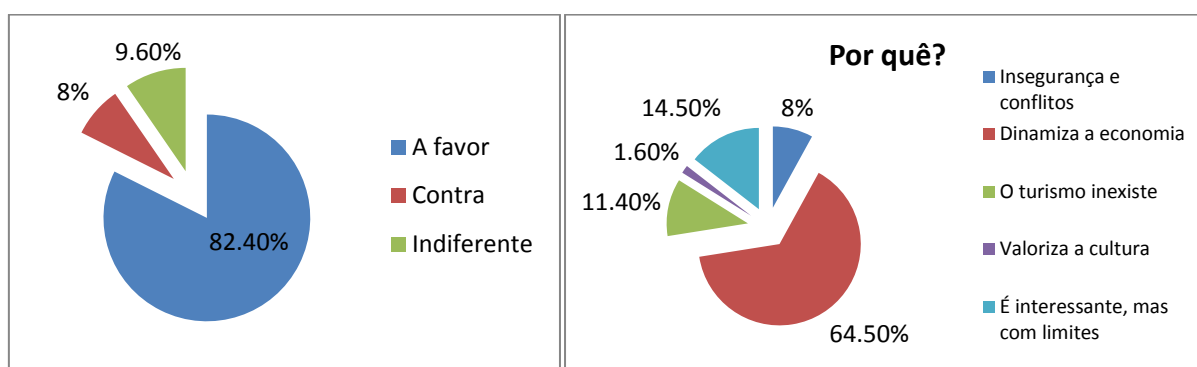
A questão da estrada, entre as pessoas que querem o turismo no Batoque, também foi bastante discutida, embora não tenha sido abordada em nenhum questionário. Para muitos,

a construção de uma nova estrada, pavimentada, seria a chave para dinamizar a economia da praia através do turismo. Durante as primeiras conversas com a população logo surgiu a questão da estrada, que em épocas de chuva fica praticamente intrafegável, como observado na figura 25. Todavia, opiniões divergentes foram apresentadas. Alguns moradores afirmaram que a não pavimentação da estrada era o que ainda mantinha o caráter de “intocável” do Batoque. Finalmente, com relação às famílias entrevistadas, apenas cinco se opuseram ao turismo. A questão da insegurança, drogas e conflitos trazidos pelos visitantes foi a grande explicação para que houvesse uma barreira contra a atividade turística na comunidade. O exemplo dos processos enfrentados por comunidades vizinhas pode explicar em grande parte essa aversão de alguns “batoqueiros”. Vale ressaltar que seis famílias se colocaram como indiferentes ao turismo, como demonstra o gráfico 09 (um número até maior do que aqueles que se contrapõem à atividade). Para estes, o aumento do número de visitantes em suas terras não agravará seu meio social ou ambiental, mas também não irá provocar grandes mudanças na economia da RESEX.

Figura 25: Estrada do Batoque.



Fonte: Acervo do autor (2014).

Gráfico 09: Opinião das famílias sobre o desenvolvimento do turismo no Batoque.

Fonte: elaborado pelo autor (2014).

A seguir, foi questionado de forma mais específica se algum membro da família mantém alguma relação econômica com o turismo ou com as segundas-residências. O resultado mostra de forma mais profunda a participação do turismo na conjuntura socioeconômica da Reserva, com 51,6% dos moradores afirmando manter ou ter algum parente do mesmo núcleo familiar que mantém alguma relação econômica com a atividade turística. Entre as ocupações citadas, 31,2% têm ligação direta com o veraneio (aluguel de casas, caseiros e diaristas), enquanto outras 37,5% são ligadas às barracas (o restante se divide entre as pousadas, trilhas, artesanato, venda de pescado e bugueiros). Complementando o mesmo pensamento, foi indagado se eles tinham interesse de desenvolver alguma atividade relacionada ao turismo. Assim, 43% daqueles que afirmaram não possuir vínculo com a atividade turística (nem ninguém em suas famílias) demonstraram vontade de fazer parte da atividade em algum de seus segmentos. Contudo, 40% do total da amostra se mostrou reticente em participar ativamente do turismo (isso inclui alguns que já desenvolvem alguma atividade inserida na cadeia de valor do turismo, mas que não querem expandir ou aumentar a participação da família).

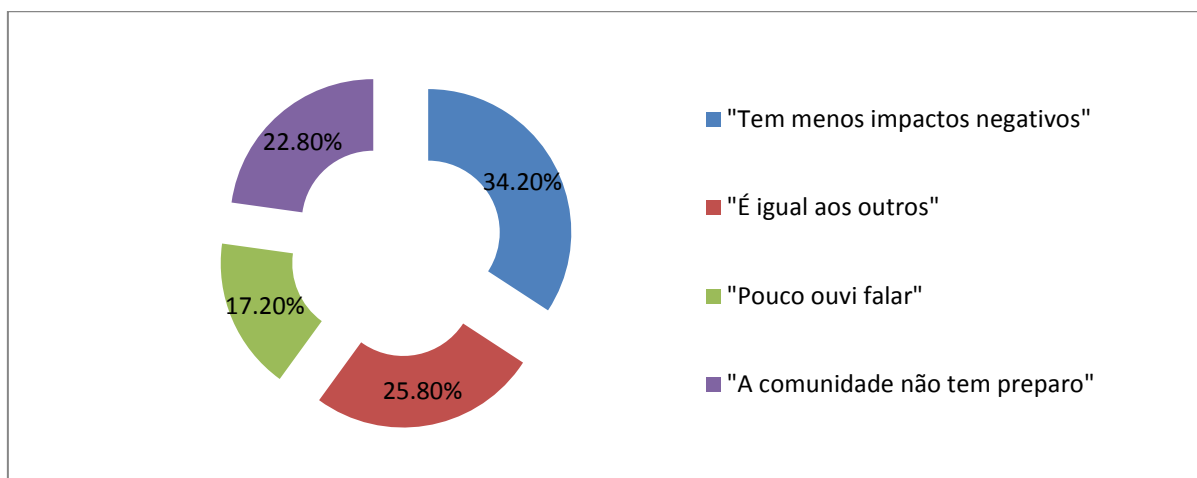
Com um número relativamente baixo de moradores preocupados com a ambiguidade característica do turismo, ou seja, conscientes dos benefícios e dos impactos negativos ao ambiente e ao seu meio social (apenas 14,5% são a favor de um turismo com limites, como demonstrado no gráfico 09), buscou-se entender como a população do Batoque observa a construção do turismo comunitário em sua praia. Desta forma, no questionamento posterior foi perguntado às famílias como elas percebem o turismo comunitário e qual seu posicionamento perante esse modo de gerir a atividade. Aqui, se tem um quadro mais claro sobre como a população interage com o turismo de base. O percentual daqueles que se colocam a favor do turismo continua alto (56,4%), porém o número de pessoas que são

indiferentes (41,9%) aumenta consideravelmente quando a pergunta é direcionada ao turismo comunitário.

Todavia, como poderia parecer *a priori*, essa indiferença se dá mais pela falta de conhecimento sobre o assunto, ou seja, os moradores ainda têm poucas informações acerca do turismo comunitário. Mais da metade das famílias entrevistadas (51,6%) afirmaram nunca terem ouvido falar sobre “esse tipo [de organização] de turismo” ou ter poucas informações. Isso demonstra que não só aqueles que se mostraram indiferentes possuem poucas informações sobre o turismo de base, mas também alguns moradores que apoiam a atividade, mesmo sem saber direito como ela se organiza (17,1% dos que apoiam afirmaram pouco conhecer sobre o turismo comunitário). Ainda tendo como referência aqueles que responderam apoiar a instalação do turismo de base na praia, apenas 34,3% explicaram sua posição de forma precisa e segura, abordando as vantagens de se gerir a atividade de maneira cooperativa (“a renda é mais bem distribuída”, “a renda fica aqui”, “tem menos impacto sobre o ambiente”, entre outros comentários). O restante que apoia o turismo de base se dividiu de forma mais cética, com 25,8% deles afirmando reconhecer essa abordagem como idêntica ao turismo convencionalmente desenvolvido por lá ou com poucas diferenças em sua ação e planejamento, enquanto outros 22,8% foram mais além e afirmaram que a comunidade não tem preparo ou intenção real de gerir o turismo.

Estes dados são importantes, ainda mais quando analisadas algumas opiniões de forma mais atenta (mesmo que estas opiniões não representem a parcela maior da comunidade), como as afirmações de alguns moradores de que o problema, antes de tudo, é político. “Eu não sei bem o que acontece, pois somente alguns é que estão junto da gestão desse turismo” (informações prestadas de forma oral por um morador). Vale ressaltar também que apenas uma família entrevistada se contrapôs à realização do turismo comunitário, explicando que não percebia diferença entre as formas de gestão do turismo, apenas uma substituição entre aqueles que comandam a atividade. O gráfico 10 explica de forma mais detalhada a opinião dos “batoqueiros” que se colocam a favor do desenvolvimento do turismo de base, mesmo que reservando algumas críticas.

Gráfico 10: Justificativa dos moradores que apoiam o turismo comunitário.



Fonte: elaborado pelo autor (2014).

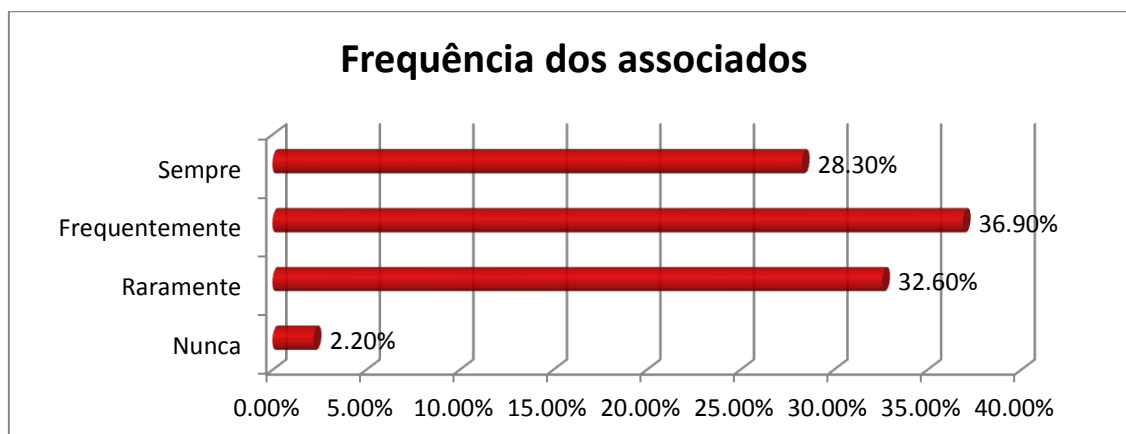
Esta análise traz à tona a dúvida sobre como está sendo incentivada a participação da comunidade em relação à atividade turística. De acordo com a Associação de Moradores e a própria Rede Tucum, quem deve estar à frente de todo esse planejamento e essas ações é o Grupo de Turismo local. Não obstante, como o GT é formado pelo Conselho Deliberativo, a Associação de Moradores tem papel central na mobilização da comunidade em torno do turismo de base. Assim, buscou-se entender como se dá a participação da própria comunidade no processo de tomada de decisão da Associação de Moradores. Neste ponto, é essencial destacar o conflito político que dividiu a comunidade do Batoque entre duas Associações, que embora não sejam antagônicas, como ocorre em outras comunidades, demonstra a divergência sobre as ações tomadas em nome de todos. Os pescadores, parcela majoritária e basilar da população do Batoque, não percebendo legitimidade e representatividade nas decisões tomadas pela Associação de Moradores (principalmente entre aquelas decisões que afetavam diretamente a pesca), criaram a Associação dos Pescadores a fim de obter maior representação. Atualmente, há um esforço de aproximação das presidências das duas associações, conforme informado pelas respectivas presidentes, o que também aproxima as decisões das mesmas. De toda forma, essa clivagem não teve grande impacto sobre as decisões acerca do turismo, já que esta sempre foi uma atividade restrita da Associação de Moradores.

De acordo com a própria Associação, as decisões sobre turismo são tomadas em acordo durante as reuniões do grupo. Analisar como se dá a participação da população local nestas reuniões se tornou fundamental para a compreensão de como se dá o processo de participação popular no Batoque. Questionados se participavam de alguma associação

comunitária, 74,2% responderam de forma positiva (foram analisados apenas os que tinham relação com a Associação de Moradores, já que apenas os pescadores possuem relação efetiva com a outra associação). Este dado representa um número expressivo: três quartos das famílias possuem acesso à participação direta no processo decisório, fruto em grande parte do longo processo histórico de afirmação e conflitos enfrentados pelos habitantes do Batoque. Todavia, a participação vai além do associativismo. Não basta apenas ser associado, tem que realmente se apropriar do processo decisório, efetivamente participar.

Por isso, a pesquisa também buscou analisar qual a frequência dos associados durante as reuniões que definem o destino da comunidade. Mais da metade (51,6%) dos entrevistados responderam que participam de forma esporádica e raramente (assim como os membros de suas famílias) vão às reuniões ou não participam de forma alguma (aqui estão incluídos aqueles que não são associados). Se forem levados em consideração apenas os dados referentes àqueles que são associados ainda assim os números serão significativos (34,8%), conforme o que é demonstrado no gráfico 11. Grosso modo, mais da metade da população vai raramente às reuniões, o que os impossibilita de participar da maioria das decisões e se informar de forma satisfatória sobre qualquer assunto público.

Um dos fatores que podem explicar esta “abstinência” dos moradores é a questão política. Muitos afirmam não serem representados ou não verem efetividade nas decisões que são tomadas pela Associação. A representante da Associação contestou essas afirmações dissertando que grande parte dos associados só comparece quando as decisões têm relação direta com seus interesses (o que de certa maneira pode ser evidenciado por declarações de alguns moradores afirmando que só comparecem quando há questões que os mesmos considerem estar diretamente ligadas a seus interesses). Por outro lado, 65,2% daqueles que são associados participam ativamente de todo o processo decisório, ou seja, vão com frequência às reuniões, ainda assim um número considerável. É interessante apontar que aqui não se pode falar em conflitos de gênero, pois a representatividade de homens e mulheres é rigorosamente igual. Todavia, estes dados tornam ainda mais complexa a relação com a ignorância de grande parte da população acerca do turismo comunitário.

Gráfico 11: Frequência dos moradores associados às reuniões da Associação de Moradores.

Fonte: elaborado pelo autor (2014).

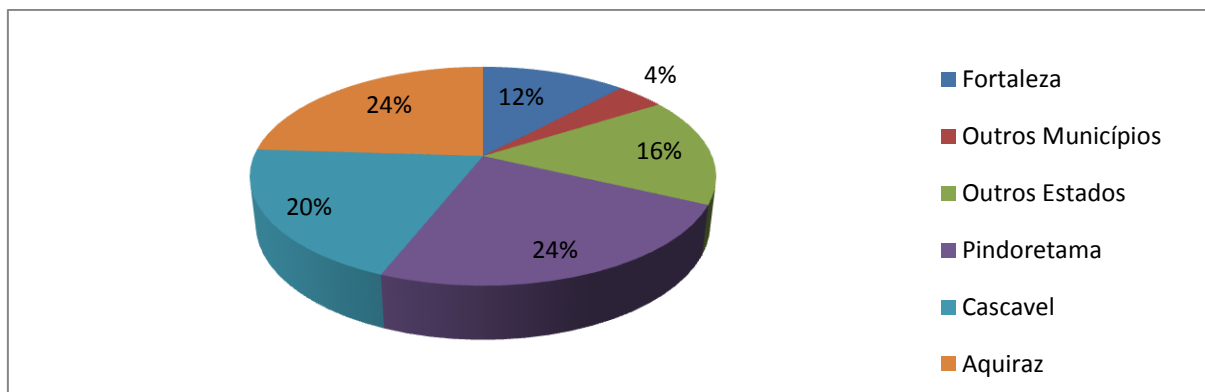
A análise desta relação aponta para o previsível dado de que todos aqueles que não frequentam a Associação de Moradores se inserem no grupo dos que ignoram o turismo de base, justamente por não receberem informações suficientes sobre a organização da atividade. Entretanto, um olhar mais próximo em relação a estes dados demonstrará que 62% daqueles que se dizem pouco informados sobre o turismo comunitário participam da Associação, sendo que 69% destes mantêm elevada assiduidade durante as reuniões. Como explicar tal porcentagem? As lideranças do turismo não estão dando a devida atenção à atividade e à sua divulgação? Alguns comentários destes moradores pode dar uma ideia do que ocorre (informações prestadas de forma oral): “não há prestação de contas, então não sabemos como acontece”; “as reuniões sobre isso não são bem divulgadas”; “a gente só sabe pela movimentação na pousada”, entre outros relatos falados à pesquisa. Este fato entra em consonância com o que foi explicado pelos próprios gestores e analisado no início deste capítulo: a necessidade de um maior envolvimento da comunidade, de uma melhor articulação dos gestores e maior interesse em desenvolver o turismo comunitário.

O mesmo questionamento em relação ao interesse da comunidade em participar do turismo foi estendido ao turismo de base. Aqui, 64,5% demonstraram interesse em participar do turismo comunitário (na direção contrária a este pensamento, apenas 27,4% não querem participar desta forma de organização do turismo). Isso revela o apoio que deve sustentar e incentivar o turismo de base. As explicações variam em diversos tons, mas o traço comum é que se houver maior incentivo das lideranças, eles se engajariam em algum elo da cadeia turística comunitária. Tornando ainda mais específica a análise, ter-se-á que 56% dos habitantes que afirmaram desconhecer ou pouco saber sobre o turismo comunitário demonstram interesse em participar da gestão da atividade. Seguindo o mesmo raciocínio,

uma parcela ainda se mantém em dúvida (12%), mas propensa a participar se conhecer mais profundamente a maneira de planejar e agir “nesse turismo”. É uma grande margem para se crescer e se desenvolver a atividade, aprofundando e expandindo seus laços.

Ainda como um desdobramento dessa questão, foi abordado o local de origem dos “batoqueiros”, pois como tradicionalmente observado no litoral cearense, as populações migram periodicamente. Das famílias entrevistadas, houve um total de 8% de “familiares” que não residem permanentemente no Batoque, mas exercem atividades produtivas lá e se declaram “batoqueiros” (não residem permanentemente, embora passem grande parte do tempo na comunidade). Ao todo, 37 famílias são naturais da praia (59%), enquanto 25 vieram de outras localidades (41%). Isso poderia influenciar em relação à questão do pertencimento, consequentemente influenciando no interesse ao que se refere às questões comunitárias. Alguns autores tratam o “estrangeiro” como alienado em relação às questões “de raiz” daquele lugar. Entretanto, a grande maioria dos que não nasceram no Batoque têm sua origem ligada às regiões próximas, o que diminui o impacto por não ser natural (vale salientar que o processo de turistificação da zona litorânea foi enfrentado por grande parte das localidades dali): 24% vêm de Pindoretama; outros 24% vêm de outros distritos do mesmo Aquiraz; 20% nasceram em Cascavel; apenas 12% vêm de Fortaleza e 4% vieram de outros Municípios cearenses (a proximidade destes Municípios pode ser evidenciada pela figura 11); ainda há a presença de 16% de moradores com origem em outros Estados (Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco). Como melhor observado no gráfico 12, pode-se notar que 68% daqueles que não são naturais vêm de áreas limítrofes ao Batoque. Ainda deve ser salientado que alguns (10 famílias) dos que nasceram no Batoque viveram por algumas temporadas em outras localidades, mas retornaram à Reserva.

Gráfico 12: Origem das famílias não naturais do Batoque.



Fonte: elaborado pelo autor (2014).

Representando uma parcela importante da população, os empreendedores foram analisados de forma mais específica, tendo evidenciada sua relação com seus estabelecimentos. Como destacado na metodologia, a pesquisa também buscou enquadrar os empreendimentos privados localizados na praia, principalmente aqueles que possuem relação direta com a atividade turística. Assim, o questionário B teve como foco os funcionários e proprietários destes estabelecimentos. Um ponto turbulento em relação ao turismo comunitário do Batoque foi evidenciado neste questionário e se refere justamente à baixa adesão dos empreendimentos turísticos ao projeto coletivo do turismo de base. Todas as barracas (18) e pousadas (duas, com exceção da pousada comunitária) da RESEX são particulares, além de nenhuma possuir inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica.

Em relação a não institucionalização da pessoa jurídica, esse é um fato que impossibilita o acesso formal dos empreendedores ao apoio, financiamento ou mesmo incentivo de organismos oficiais. Esse dado está diretamente relacionado ao não recebimento de ajuda externa, seja consultoria (via Estado ou mesmo por alguma ONG, por exemplo) ou qualquer auxílio financeiro, como relatado pelos entrevistados. Outro dado investigado pelo questionário B foi em relação à residência dos proprietários. Foi verificado que ao menos dois deles residem nas regiões próximas ao Batoque, realizando o chamado movimento pendular diariamente (deslocamento entre o Município de residência e o Município de trabalho). Em relação às pousadas, uma delas é de propriedade de um empresário que vive em Fortaleza, mas que mantém laços antigos com a comunidade.

O dado que mais intriga é em relação à participação dos “barraqueiros” e dos donos das pousadas na Associação de Moradores. Apenas uma barraca não está ligada formalmente à Associação, enquanto as duas pousadas possuem presença ativa nas decisões (através de seus proprietários). Mais uma vez, a questão da mobilização das lideranças em torno do turismo comunitário é colocada em xeque, haja vista que nenhuma dessas pousadas e nenhuma das barracas mantém relações formais com o Grupo de Turismo. Pode-se até compreender que estes empreendimentos particulares disputam mercado diretamente com a iniciativa comunitária, enfraquecendo-a. Além do que, a *expertise* e experiência gerencial dos empreendedores poderia facilitar o processo de organização do turismo de base, o que só fortaleceria a iniciativa coletiva. Em relação às barracas, foram encontradas 18 em toda a comunidade (divididas entre as que se situam na praia e outras que se localizam próximas à lagoa), grande parte delas estava fechada, tendo sua função compartilhada entre residência permanente ou de uso ocasional e estabelecimento comercial. Esse traço é tão comum que,

entre as sete barracas recenseadas, quatro também são utilizadas como moradia. Em relação ao número de funcionários, a maior parte das barracas emprega três pessoas ou mais (principalmente os familiares), sendo que a maioria dos funcionários é oriunda da própria comunidade.

Finalizando a análise, foi levantado que ao menos uma parte dos insumos e produtos comercializados nos equipamentos tem origem na própria comunidade (71%), enquanto o restante é adquirido em regiões próximas, como Pindoretama e Cascavel (reafirmando os laços profundos que o Batoque mantém com estes Municípios). As pousadas destoam dessa tendência, tendo a maior parte de seus produtos e insumos origem na capital, Fortaleza, o que não dinamiza a economia comunitária. Os principais consumidores das barracas e da hospedagem das pousadas também vêm da capital do Estado (88%). As pousadas ainda recebem clientes de outros Estados com certa frequência e um número relevante de estrangeiros, notadamente durante os meses de férias europeias.

7. CONCLUSÃO

O turismo comunitário, em sua essência e teoria, possibilita um real desenvolvimento sustentável, com as limitações ambientais respeitadas por sua escala reduzida de produção e pelo envolvimento hipotético da comunidade em todo o processo, desde a gênese da ideia, o planejamento e a ação. Mais além, consegue realizar e manter uma real expansão das liberdades substantivas das pessoas envolvidas por ele. Representa um estágio importante para o desenvolvimento social da população local e para a desaceleração de impactos negativos ocasionados pelo turismo convencional. Entretanto, deve ser salientado o fato de que, mesmo do ponto de vista teórico, o turismo de base percebe os mesmos limites da ideia de desenvolvimento sustentável em longo prazo: a difícil harmonização com um sistema que exige crescimento econômico ilimitado.

Ademais, o que se observa é que a prática apresenta obstáculos que não são previsíveis do ponto de vista teórico, o que se torna um grande obstáculo para o turismo de base se desenvolver de forma satisfatória. É desta forma que a análise do turismo comunitário realizado pela comunidade do Batoque se torna interessante, principalmente ao apontar e discutir os questionamentos que impedem que o turismo de base se desenvolva e realmente alcance a sustentabilidade almejada por todos. A questão econômica, distante do radicalismo proposto por alguns, é essencial até mesmo como justificativa para a prática do turismo de base. O acesso ao mercado aberto, por exemplo, permite que a proposta chegue até a demanda especializada. Deve ser salientado que a opção adotada por se desenvolver uma atividade turística, seja ela particular ou comunitária, enseja a entrada em um mercado, ainda que em alguns pontos a escolha comunitária propicie um acesso mais restrito ao mercado. Diante da dificuldade estrutural das comunidades e da própria Rede Tucum, uma aproximação com alguns mecanismos do próprio turismo convencional, como algumas agências de viagens, poderia dinamizar a promoção dessa forma de se organizar a atividade, sem que isto desvirtuasse os propósitos comunitários. Essa aproximação poderia ser encarada como uma etapa para o processo de maturação do turismo de base sem a necessidade de ser definitiva. Seria algo como utilizar as ferramentas do próprio sistema para fazer oposição ao mesmo. Vale lembrar que os agentes externos continuam sendo peça fundamental para a multiplicação do turismo de base.

É relevante a existência de uma demanda aquecida por um turismo mais autêntico. O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PORTUGAL, 2013), do governo português, uma

das nações onde o turismo tem maior importância estratégica para a economia, destaca a relevância da autenticidade para a caracterização de seu produto turístico no mercado global, por exemplo. Portugal busca expor o lado mais autêntico de suas localidades (e às vezes até “criar” esta autenticidade). É uma das apostas do país para que o turismo ajude na diminuição das disparidades socioeconômicas regionais. O próprio Plano Nacional do Turismo (BRASIL, 2008), do governo brasileiro, tem como principal objetivo a busca incessante por um turismo mais sustentável que envolva a população local e dinamize seu desenvolvimento socioeconômico. O turismo organizado pelas diversas comunidades brasileiras já é uma realidade e preenche justamente essas lacunas do mercado turístico global. Porém, a oferta deve se fazer conhecer pela demanda e um maior incentivo do Estado não deve ser desprezado, caso essa seja a opção da comunidade.

A proximidade com o complexo turístico do Porto das Dunas e com Fortaleza, uma vizinhança sempre ameaçadora, pode ter seu caráter revertido e ser utilizado como uma estratégia positiva para o Batoque na promoção de sua forma mais responsável de organizar a atividade turística. Para isso, outras ações devem ser tomadas, como a diversificação dos “produtos” turísticos. Não somente no Batoque, mas na grande maioria das comunidades que desenvolvem o turismo de base no Ceará, percebe-se uma ênfase exagerada no turismo de sol e praia. O contato com a comunidade, a troca de experiências e vivências, a cultura peculiar, ou seja, a essência do turismo de base não é desenvolvida de forma mais profunda. Em Batoque não há nenhuma experiência que valorize estes matizes. Mesmo as trilhas ecológicas através das dunas até os riachos são organizadas de forma esporádica e incipiente. Desta forma, não há como se afastar de forma mais decidida do turismo convencional. Os festivais culturais, a relação com o mar e com alguns produtos agrícolas ou entre os próprios moradores poderia ser mais bem trabalhada como atrativo turístico e, ao mesmo tempo, valorizar a própria cultura local. O sentimento de pertencimento e orgulho da comunidade aumenta proporcionalmente com isso.

Para Amartya Sen (2000), um verdadeiro desenvolvimento é conseguido com a expansão das liberdades substantivas dos indivíduos, que é o conjunto entre os processos que permitem a liberdade de ações e decisões aliado às oportunidades reais que as pessoas têm. Representa um conceito amplo, alcançado através de várias perspectivas “instrumentais” como liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, segurança protetora e transparência. Esses direitos e oportunidades ajudam a promover a capacidade geral de uma pessoa. Essas vertentes se correlacionam e são interdependentes. Assim, por exemplo, as

liberdades políticas (eleições livres, liberdade de expressão, etc.) ajudam a promover a segurança econômica. É desta forma que o autor faz uma crítica à ênfase dada aos rendimentos econômicos. Para ele (2000), a renda é apenas um instrumento para que a liberdade seja efetivada, assim como são outros instrumentos como a participação política, ou seja, um meio para se atingir um fim. Contudo, isto não quer dizer que a relevância do vetor econômico foi extinta.

É de acordo com este pensamento que se observa o turismo comunitário do Batoque. Há a necessidade de uma melhor institucionalização da atividade, da gestão e do planejamento, para que se alcancem níveis relevantes de geração de ocupações produtivas e renda, além de maior envolvimento popular, melhorando o desenvolvimento social da praia. O diálogo com os atores externos, inclusive com a Rede Tucum, devem ser aprimorados. O Grupo de Turismo local deve ser institucionalizado, já que é o elo mais forte, pois representa a liderança incentivadora e aglutinadora da comunidade para a execução e promoção da atividade. A troca de experiências com outras comunidades deve ser aprofundada, por exemplo, para melhorar a formação de arranjos produtivos locais impulsionados pelo turismo ou mesmo para entender melhor como envolver toda a comunidade. Algumas comunidades, como Caetanos de Cima, já desenvolvem inúmeras atividades socioeconômicas diretamente relacionadas ao turismo, envolvendo um número relevante de moradores. O exemplo dos quintais produtivos é basilar para se entender como a atividade turística pode dinamizar a economia e a sociedade local.

Mesmo o discurso das lideranças entra em ressonância com a importância do turismo comunitário para a Reserva e também com a necessidade de melhorar a articulação e ação dos mesmos. A educação ambiental, forte contexto do turismo de base, a geração de ocupação e renda para os moradores locais, a valorização social e cultural dos valores da comunidade, tudo entra como justificativa para melhor desenvolver o turismo comunitário. A promoção e divulgação do turismo de base para a própria população local também passa pela mobilização das lideranças. É notório o apoio e interesse da população em relação ao turismo, como demonstrado na pesquisa. O que falta é um maior incentivo para participar dessa forma diferente de gerir a atividade, inclusive demonstrando como o turismo comunitário traz mais vantagens para o coletivo.

O turismo comunitário também deve servir de elemento incentivador da expansão das liberdades políticas dos indivíduos. Assim, através do turismo de base, a população

percebe maior força e participa de forma mais ativa da vida política da comunidade. Isso também passa pela institucionalização, quando, por exemplo, a transparência de todo o processo de prestação de contas é aperfeiçoada, tendo impacto direto sobre a confiança dos moradores, o que influencia em sua participação mais efetiva. O empoderamento da população local, que passa a definir seus destinos e participar de suas decisões, também é elemento chave para a sustentabilidade. Contudo, na prática se observa que alguns grupos hegemônicos ocupam os espaços estratégicos da gestão da atividade, transformando seus interesses em interesses do grupo. O turismo de base tem que nascer como uma demanda primária e legítima da própria comunidade em um processo lento e gradativo que se inicia com o conhecimento sobre esta forma de gestão participativa. Mas, no Batoque, grande parte da comunidade desconhece o turismo comunitário. É como se o processo tivesse se invertido: em vez da população demandar o turismo de base, eles agora é que são demandados pelas lideranças para fazê-lo.

O que se percebeu na RESEX foi algo semelhante à hegemonia de interesses, embora os conflitos políticos não sejam tão profundos como em outras comunidades. Essa clivagem entre os diversos interesses da própria população acaba por influenciar negativamente a execução do turismo de base ao não permitir uma maior coesão interna. A falta de entendimento e mobilização que outrora foram mais fortes na RESEX influencia a organização do turismo. No Batoque, o espírito comunitário construído ao longo do tempo pelo processo de luta pela terra e que tornou a comunidade mais fortalecida viu-se minimizado perante a ascensão de interesses particulares. Como explicar a existência prévia de duas pousadas privadas, com excelente infraestrutura e *know-how*, por exemplo, em detrimento da organização de uma pousada comunitária? E o fato de nenhuma das barracas ter ligação direta com a gestão comunitária? Embora o fluxo gerado pelo turismo de base tenha impacto positivo direto nestas mesmas barracas.

Os desafios enfrentados pelo turismo comunitário na Reserva Extrativista do Batoque são semelhantes aos desafios enfrentados por outras comunidades. O Batoque, porém, ainda percebe algumas vantagens comparativas, principalmente por se situar em uma Reserva Extrativista. A dimensão ambiental é mais bem cuidada por possuir limites jurídicos bem estabelecidos, além do próprio processo de formação da RESEX levar a uma mobilização e maior participação da população local, o que se esperava ajudar no processo de mobilização em torno do turismo. De uma forma geral, a escala do turismo comunitário é reduzida, o que torna os impactos ambientais menos significativos ou minimizados. Mesmo

assim, algumas ameaças se colocam para a RESEX, como a não confecção do Plano de Manejo da Reserva. Esse plano é essencial, inclusive para que se monitorem os impactos negativos oriundos da atividade turística.

Em teoria o turismo de base pode levar uma comunidade a se inserir de forma real no conceito de sociedades sustentáveis (aquelas sociedades que conseguem decidir seu destino inserido nos preceitos do desenvolvimento sustentável), mesmo porque, devido suas óbvias limitações espaciais (o turismo de base não é viável para grandes aglomerações urbanas), consegue diálogo entre as dimensões sociais, econômicas e ambientais mais facilmente. Mesmo o turismo comunitário não atingindo seus objetivos no Batoque (pode-se até dizer que lá ainda não existe turismo de base real), não se pode negar que apenas a proposta de realização desta forma de turismo já impede o crescimento mais profundo do turismo convencional e seus impactos negativos característicos, notadamente para comunidades tradicionais e ambientes mais frágeis. Contudo, quando o próprio turismo comunitário não é pensado e planejado de acordo com as exigências e limitações da sustentabilidade, acaba por ser apenas uma cópia ou reorganização do discurso do turismo convencional e de seu crescimento econômico, apenas com um selo verde para se destacar no mercado competitivo. É esse o destino do turismo comunitário do Batoque caso seu caminho não seja repensado e reorganizado.

REFERÊNCIAS

- ADRIÃO, Denize. **Pescadores de sonhos: um olhar acerca da mudança nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do turismo balnear em Salinópolis-Pa.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 1, p. 11-21, 2007.
- ALLEGRETTI, M. H. **Reservas Extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia.** In: ARNT, Ricardo. (org.) O destino da floresta: Reservas Extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1994, p. 17-48.
- ALMEIDA, L. T. **As interações entre comércio e meio ambiente.** In: Braga, S. B.; Miranda, L. C. (Org.) Comércio e meio ambiente: uma agenda para a América Latina e Caribe. Brasília: MMA/SDS, 2002, p. 27 -40.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1995.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa.** São Paulo: Cengage Learning, 2009.
- ARAÚJO, Enos Feitosa de; PEREIRA, Alexandre Queiroz; PAULA, Edson Oliveira de. **Turismo litorâneo na metrópole cearense: o caso de Caucaia, Ceará, Brasil.** Conexão Ciência e Tecnologia, Fortaleza, vol. 04, nº 01, p. 72-81, nov. 2010.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes, 1997.
- BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatório Final de Projeto. Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – primeira fase.** Fortaleza, 2005.
- BARTELMUS, Peter L. **Environment and development.** Boston: Allen & Unwin, 1986.
- BECKER, Bertha K. **Políticas e planejamento do turismo no Brasil.** Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, vol. 01, nº 01, p. 01-07, 2001.
- BENEVIDES, I.P. **Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local.** In: RODRIGUES, A.B. (Org.). Turismo Desenvolvimento Local. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 23-41.
- BLACKSTOCK, K. **A critical look at community based tourism.** Community Development Journal, volume 40, nº 01, p. 39-49, 2005.
- BORGES, Cícera Inara. **O turismo comunitário em comunidades tradicionais da zona costeira do Ceará – em foco a experiência da Rede Tucum.** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- BOYER, M. **História do turismo em massa.** Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2003.
- BRAID, E. C. M. **Reserva Extrativista do Batoque: contextualização ambiental e proposições de ordenamento ambiental sustentável Aquiraz/CE.** 2004. Tese (Doutorado

em Planificação Territorial e Desenvolvimento Regional) – Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991.** Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 mar. 1991. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8181.htm. Acesso em: 05 mai. 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 27 mai. 2014.

BRASIL. **Decreto s/n de 5 de junho de 2003.** Cria a Reserva Extrativista do Batoque, no Município de Aquiraz, no Estado do Ceará, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 jun. 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9892.htm. Acesso em: 27 mai. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 27 mai. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007.** Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 ago. 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm. Acesso em: 27 mai. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11771.htm. Acesso em: 05 mai. 2014.

BRUSADIN, Leandro B. **Estudo da avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso.** Revista Hospitalidade, São Paulo, ano 2, nº 2, p. 87-111, 2005.

BRÜSEKE, F. J. **A economia da sustentabilidade: princípios.** In: CAVALCANTE, C. (org.) Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. Recife: INPSO/FUNDAJ, Ministério da Educação, 1994.

BUARQUE, S.C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal.** Brasília: PCT-INCRA/IICA, 1999.

BURNS, Peter. **Turismo e antropologia.** São Paulo: Chronos, 2002.

CARVALHO, Caio Luiz de. **Políticas Públicas no Turismo Brasileiro – a cidade de São Paulo e a construção de sua identidade turística**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências da Computação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CEARÁ. **Decreto nº 25.778 de 15 de fevereiro de 2000**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental do rio Pacoti e outras providências. Diário Oficial do Estado, Fortaleza, CE, 17 fev. 2000. Disponível em: http://antigo.semace.ce.gov.br/biblioteca/legislacao/conteudo_legislacao.asp?cd=75. Acesso em: 27 mai. 2014.

CLARKE, Jackie A. **Framework of Approaches to Sustainable Tourism**. Journal of Sustainable Tourism, v.5, n.3, p. 224-233, 1997.

CLAVAL, Paul. **La fabrication du Brésil: une grande puissance en devenir**. Paris: Belin, 2004.

CORDEIRO, Celeste. **O Ceará na segunda metade do século XIX**. In: SOUZA, Simone de (Org.) Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

CORIOLANO, Luzia Neide M.T. **O turismo comunitário no nordeste brasileiro**. In: BARTHOLO, R., SAN SOLO, D.G, BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 277-287.

COUTO, M. do S. D. da S.; TEIXEIRA, D. A. **Uma análise de diferentes questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável na contemporaneidade**. Ateliê Geográfico, Goiânia, vol.04, nº02, p. 215-232, abr. 2010.

COZBY, P. C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo, Atlas, 2003.

CRUZ, Rita de C. A. da. **Políticas de Turismo e Construção do Espaço Turístico – Litorâneo no Nordeste do Brasil**. In: LEMOS, Amalia Inês G. de (org.). Turismo – Impactos Sócio-Ambientais. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999. p. 263-272.

DANTAS, Eustógio W. Correia. **O pescador na terra**. In: SILVA, José Borzacchiello da, CAVALCANTE, Tércia Corrêa, DANTAS, E. W. C. (orgs.) Ceará – um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2005.

DANTAS, Eustógio W. Correia. **Maritimidade nos trópicos: por uma Geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DANTAS, Eustógio W. Correia. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

DANTAS, Shirley Carvalho. **Turismo, produção e apropriação do espaço e percepção ambiental: o caso de Canoa Quebrada, Aracati, Ceará**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

DESSE, Michel. **L'inégale maritimité des villes des départements d'outre mer insulaires**. In: PERON, Françoise. ; RIEUCAU, Jean. (orgs.) La maritimité aujourd'hui. Paris: L'Harmattan, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo, NUPAUB, 1995.

DUMAZEDIER, J. **Vers une civilisation des loisirs**. Paris: Éditions du Seuil, 1962.

DUPUY, Jean-Pierre. **A catástrofe de Chernobyl 20 anos depois**. Estudos Avançados, vol. 21, nº 59, São Paulo, p. 243-252, 2007.

EMBRATUR – INSTITUTO BRASILEIRO DO TURISMO. **Programa Nacional do Turismo – diretrizes**. Brasília: 2001.

FABRINO, Nathalia Hallack. **Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FEIX, Rodrigo Daniel; MIRANDA, Silvia Helena G. de; BARROS, Geraldo Sant’Ana de C. 2010. **Comércio Internacional, Agricultura e Meio Ambiente: teorias, evidências e controvérsias empíricas**. Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR), Piracicaba, vol. 48, nº 03, p. 605-634, jul/set. 2010.

FONTES, Ednice de O. ; LAGE, Creuza S. **Apropriação do espaço pelo turismo em Saúpe e seu impacto no desenvolvimento local**. In: CORIOLANO, Luzia Neide; LIMA, Luiz Cruz (orgs). Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003.

FREITAS, Carlos M. de; PORTE, Marcelo F. de S.; Gomez, Carlos M. **Acidentes químicos ampliados: um desafio para a saúde pública**. Centro de Estudo da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública (FIOCRUZ), 1995.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **The entropy law and the economic process**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

GIRÃO, Blanchard. **Sessão das quatro cenas e atores de um tempo mais feliz**. Fortaleza: ABC Fortaleza, 1998.

GOODLAND, R. **The case that the world has reached limits**. In: GOODLAND, R.; EL SERAFY, S. (eds). Environmentally sustainable economic development: building on Bruntland. Washington: The World Bank, working paper, 1991.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1977.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE – IUCN. **World conservation strategy**. Organização das Nações Unidas, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico – 2010**. Rio de Janeiro, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. **Perfil básico municipal – Aquiraz**. Fortaleza, 2006.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ – IPLANCE. **Macrocefalia de Fortaleza-suas raízes**. Fortaleza, 1982.

IOANNIDES, D. **Strengthening the ties between tourism and Economic Geography: a theoretical agenda**. *The professional geographer*, Washington, v.47, nº1, 1995.

KUMAR, Rama Sampath. **Aral Sea: Environmental Tragedy in Central Asia**. *Economic and Political Weekly Journal*, nº 37, set/2002.

LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatório Técnico: Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Rio de Janeiro: PEP/COPPE/ UFRJ, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.

LIMA, Josael Jairo S. **Turismo sustentável, alternativa de desenvolvimento local e conservação ambiental – uma análise interdisciplinar do PRODETUR/CE**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

LIMA, Maria do Céu de. **Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

LINHARES, P. **Cidade de água e sal: por uma antropologia do litoral do Nordeste sem cana e sem açúcar**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

LOTKA, Alfred J. 1945 – **The law of evolution as a maximal principle**. In: RIFKIN, J. & HOWARD, T. – 1989 – *Entropy into the greenhouse world*. Bantam Books, New York.

MALDONADO, C. **O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas**. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MARTINS, José Clerton de O. **Cultura e cultura organizacional: pressupostos das ações no turismo**. In: CORIOLANO, Luzia Neide; LIMA, Luiz Cruz (orgs). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003, p. 102-112.

MATIAS, João Luís; ZANOCCHI, José Maria. **A compatibilização entre o comércio internacional e a proteção ao meio ambiente no âmbito da OMC: análise do caso das restrições à importação de pneus recauchutados pelo Brasil**. In: Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, XX, 2011, Florianópolis. *Anais do Congresso*, Florianópolis: Boiteux, 2011, p. 4995-5015.

MATOS, Fábio de O.; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. **Cartografia do litoral de Fortaleza na década de 1940**. *Revista Mercator*, Fortaleza, v. 11, n. 24, pág. 89-100, jan-abr/2012.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William W. *Os limites do crescimento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

MERICO, Luís Fernando. **Introdução à econômica ecológica**. 2ª ed. Blumenau: EDIFURB, 2002.

MIDDLETON, Victor; CLARKE, Jackie. **Marketing de turismo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MIELKE, E.J.C. **Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária**. Campinas: Alínea, 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estudos da competitividade do turismo brasileiro**. Instituições e políticas públicas. Brasília, 2007, 31 p.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Edital de Chamada Pública de Projetos Mtur/nº 001/2008 - **Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária**, Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estatísticas básicas do turismo – ano 2012**. Instituições e políticas públicas. Brasília, 2013.

MITCHELL, J.; MUCKOSY, P. **A misguided quest: Community-based tourism in Latin America**. Overseas Development Institute. 2008, p. 102-103.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma Geografia do litoral brasileiro**. São Paulo: HUCITEC; Edusp, 1999.

MOREIRA, Roberto José. **Críticas ambientalistas à revolução verde**. Revista Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, nº 15, p. 39-52, out/2000.

MORETTIN, Luiz Gonzaga. **Estatística básica – Volume 1 – probabilidade**. São Paulo: Makron books, 1999.

MURPHY, P. E.; ANDRESSEN, B. **Tourism development on Vancouver Island: an assessment of the core periphery model**. The professional geographer, Washington, vol.40, nº1, 1988.

ODUM, Eugene P. **Fundamentals of Ecology**. 3ª ed. Minnesota: Saunders, 1971.

ORGANIZACAO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de Desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução à Metodologia da Pesquisa em Turismo**. Editora Roca: 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Panorama OMT del turismo internacional – 2013**. Madrid, 2013.

PAIVA, M. de Oliveira. **A afilhada**. Fortaleza: Anhembi, 1971.

PIGOU, Arthur. C. 1920 – **The economics of welfare**. In: DALY, H. & COBB, J. B. For the common good. London: Green Print, 1990.

PONTES, Lana Mary. **Formação do território e evolução político-administrativa do Ceará**. Fortaleza: IPECE, 2009.

QUEIROZ, Fábio A. de. **Meio ambiente e comércio na agenda internacional: a questão ambiental nas negociações da OMC e dos blocos econômicos regionais**. Ambiente e Sociedade, vol. 03, nº 02, jul./dez. 2005.

REBOUÇAS, Osmundo et al. **Gestão compartilhada – o pacto do Ceará**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1994.

REDCLIFT, Michael. **Sustainable development: exploring the contradictions**. London: Routledge, 1987.

REDE TUCUM. **Caderno de normas da Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário**. Rosa Martins (org.). Fortaleza: Instituto Terramar, 2013.

RIVERO, Oswaldo de. **O mito do desenvolvimento. Os países inviáveis do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2002.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e ambiente – reflexões e propostas**. 2ª edição, São Paulo: HUCITEC, 1999.

RODRIGUES, Rosa Alice. **Os impactos do desenvolvimento nas comunidades litorâneas do Município de Aquiraz – Ceará**. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais) – Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Turismo, empreendimentos imobiliários e populações tradicionais – Conflitos e interesses em relação à propriedade da terra**. Civitas, Porto Alegre, vol. 10, nº 3, 2010.

ROGERS, Peter P.; JALAL, Kazi F.; BOYD, John A. **An Introduction to Sustainable Development**. London: Earthscan, 2008.

ROSSINI, S. dos R. M.; TRINTIN, J. G. **Os anos dourados do capitalismo: uma breve abordagem sobre o crescimento capitalista**. Revista Akrópolis, Umuarama, vol. 7, nº 27, 1999.

SÁ, Maria T. **Lugares e não-lugares em Marc Augé**. Revista Artitexto, vol. 3, Universidade Técnica de Lisboa, p. 179-188, dez/2006.

SACHS, Jeffrey. **O fim da pobreza**. São Paulo: Cia. das letras, 2005.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SAMPAIO, C. A. et. al. **Perspectiva do turismo comunitário, solidário e sustentável**. In: SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C. (Orgs.). Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, 2011. p. 23-30.

SANSOLO, D.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro**. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-161.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: economia urbana dos países desenvolvidos**. São Paulo: Nobel, 1985.

SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO – SETUR. **Estudos turísticos da SETUR: Evolução recente do turismo no Ceará**. Fortaleza, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

- SILVA, E. V. da. **Modelo de aproveitamiento y perservación de los manglares de marisco y Barro Preto – Aquiraz/CE**. 1987. Dissertação (Mestrado em Planificação Rural e Meio Ambiente) – Centro Internacional de Altos Estudos Agrônômico Mediterrâneo de Zaragoza, 1987.
- SILVA, José Borzacchiello da. **A Cidade contemporânea no Ceará**. In: Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000, p.215-236.
- SIMPSON, M.C. **Community benefit tourism initiatives – A conceptual oxymoron?** Tourism Management, vol. 29, 2008, p.1-18.
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SOLHA, Karina Toledo. **Política de turismo: desenvolvimento e implementação**. In: RUSCHMANN, Doris ; SOLHA, Karina Toledo (Org.) Planejamento turístico. Barueri: Manole, 2006.
- SOUZA, Michele de. **Análise do turismo em Aquiraz – Ceará: política, desenvolvimento e sustentabilidade**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- STUDART, Barão de. **Climatologia, epidemias e endemias do Ceará**. Revista da Academia Cearense de Letras, Fortaleza, 1909. In: DANTAS, E. W. C. Maritimidade nos trópicos: por uma Geografia do litoral. Fortaleza: Edições UFC, 2009.
- TORRES, Rebecca M.; MOMSEN, Janet D. **Gringolandia: the construction of a new tourist space in Mexico**. Annals of the Association of American Geographers, vol. 95, n.02, p. 314–335, 2005.
- TSUDAA, T.; YORIFUJI, T.; TAKAO, S.; MIYAI, M.; BABAZONO, A. **Minamata disease: catastrophic poisoning due to a failed public health response**. Journal of Public Health Policy, Okayama, vol. 30, p.54, 2009.
- VASCONCELLOS, Marco Antônio S.; GARCIA, Manuel Henriquez. **Fundamentos de Economia**. 3ª Edição, São Paulo: Saraiva, 2009.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Os agentes modeladores de Salvador no período colonial**. Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, vol. 02, nº 03, p. 67-73, 2000.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- VIDAL, Maria Rita. **Proposta de Gestão Ambiental para a Reserva Extrativista do Batoque-Aquiraz/CE**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- ZAOUAL, Hassan. **Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições**. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, p. 55-75, 2009.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO A APLICADO COM OS GESTORES DO TURISMO COMUNITÁRIO

1. Quantos turistas visitaram o Batoque desde janeiro (nos últimos 6 meses)? (Se possível, fornecer dados de outras comunidades da Rede Tucum/Grupo Caiçara referentes ao mesmo período).
2. Como se dá a articulação da Rede/Grupo com a comunidade (como é o contato com as lideranças, qual o papel da Rede, etc.)?
3. Como a comunidade se auto organiza para gerir o turismo? (Aqui, é interessante entender como se dá a divisão de lucros do turismo e quais são os setores organizados pela comunidade, como receptivo, etc.).
4. Quais os empreendimentos de turismo que estão ligados ao turismo comunitário em Batoque? E há empreendimentos (pousadas, guias, etc.) não ligados à comunidade na RESEX?
5. Qual a porcentagem de residências de veraneio na comunidade? E quantas não são utilizadas pelos moradores locais (muitas podem ser alugadas, etc.)?
6. Quantos habitantes residem no Batoque? E quantos têm relação com o turismo (diretamente – quem participa do receptivo, por exemplo – ou indiretamente – o pescador que vende o peixe para a barraca)?
7. Há algum produto (como feira do coco, festival da cioba, trilhas ecológicas, etc.) que diferencie ou seja desenvolvido pelo turismo comunitário do Batoque?
8. Há alguma relação com o chamado trade turístico (agências de viagens, passeios vindo do Porto das Dunas, cadeia de hotéis, etc.) seja através da Rede ou mesmo pela associação de moradores?
9. Como vocês analisam o turismo comunitário no Batoque? E o que deve ser ou não modificado?

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO B APLICADO COM OS EQUIPAMENTOS
TURÍSTICOS DO BATOQUE**

1. Categoria (barraca, bar ou pousada):
2. Qual o modelo de gestão (coletivo ou particular)?
3. O gestor/proprietário é residente em Batoque? Há quanto tempo vive na comunidade?
4. O empreendimento possui CNPJ?
5. É ligada a alguma associação local? Se sim, qual?
6. Recebe algum apoio financeiro ou ajuda externa?
7. O empreendimento também serve de residência?
8. Quantas pessoas trabalham no estabelecimento (inclusive eventualmente)? Onde eles residem?
9. Os bens e serviços utilizados no estabelecimento são adquiridos no mercado local?
10. A maioria dos clientes é residente na comunidade?
11. Qual o destino do lixo e do esgoto do empreendimento?

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO D APLICADO COM A POPULAÇÃO LOCAL DO BATOQUE

1. Sexo:
2. Idade:
3. Profissão:
4. Exerce alguma atividade econômica complementar? Se sim, qual? Qual o período (ano inteiro, dois meses ao ano, um semestre, etc.)? E os demais membros da família?
5. Renda total familiar (atividade principal + atividade complementar):
6. Reside no Batoque? Se não, onde?
7. É natural do Batoque? Em quais outros lugares já morou?
8. Participa de alguma Associação Comunitária? Com que frequência vai às reuniões e participa das decisões? Se não, algum membro da família participa?
9. É a favor do turismo e/ou veraneio na RESEX? Por quê?
10. E como percebe o turismo comunitário? É a favor desta forma de gerir a atividade turística?
11. Mantém alguma relação econômica com o turismo ou com o veraneio (artesanato, comércio de doces, pescado, aluguel de casa, trilhas, etc.)? E algum membro da família mantém essa relação?
12. Tem interesse de desenvolver alguma atividade relacionada ao turismo ou veraneio (fazer uma barraca/bar, alugar a casa, etc.)? E algum membro da família?
13. Tem interesse de participar do turismo comunitário? Se sim, encontrou alguma dificuldade para se associar ou participar das atividades?